

Revista Formadores

Vivências e Estudos

Caderno de Educação e Cultura

Volume 10

Número 5

Novembro 2017

ISSN: 2177-7780 • ONLINE

ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

EDITORIAL

EDUCAÇÃO E CULTURA
Tânia Moura Benevides

ARTIGOS

A USABILIDADE DA PLATAFORMA ARDUINO NA ÁREA DIDÁTICA COMO ENSINO E APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM SALVADOR/BA
Eber da Silva de Santana e Renato do Nascimento Braga

ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO EM CACHOEIRA: O CASO DA FLICA - FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE CACHOEIRA
Luana de Santana Ribeiro, Lindiberto Nascimento Bezerra e Francisco Alves de Queiroz

A CONSTITUCIONALIDADE DA NÃO SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS DO ESTRANGEIRO NÃO RESIDENTE NO BRASIL
Adriano Feitosa

GERENCIAMENTO DE QUALIDADE DE SERVIÇOS: UMA ANÁLISE NA FACULDADE ADVENTISTA DA BAHIA
Lucas Matheus Macieira da Silva e Tânia Moura Benevides

O IMPACTO DO USO DE REDES SOCIAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO
Patrick César Santos Silva

A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE COMO FORMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA: UMA PROPOSTA PARA O SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UNIVASF - SIBI/UNIVASF
Ana Paula Lopes da Silva, Platini Gomes Fonseca, Daniella Barbosa Silva e Morjane Armstrong Santos de Miranda

RELATO DE EXPERIÊNCIA

INTERCULTURALIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO A SERVIÇO DA FORMAÇÃO DO MESTRE EM GESTÃO SOCIAL: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DE RESIDÊNCIA SOCIAL EM PORTUGAL
Emmanuelle Fonseca Marinho de Anias Daltro

ENSAIO

MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO INFORMAL: UM ENSAIO A LUZ DA SOCIOLOGIA
Francisco Alves de Queiroz

RESENHA

A PRIMEIRA ENTREVISTA EM PSICANÁLISE: UM CLÁSSICO DA PSICANÁLISE
Cintya de abreu Vieira



Faculdade Adventista da Bahia

Revista Formadores

Vivências e Estudos

CADERNO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Volume 10

Número 5

Novembro 2017

ISSN: 2177-7780 • ONLINE

ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

EDITORA-CHEFE

Profa. Dra. Tânia Moura Benevides

Faculdade Adventista da Bahia/Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual da Bahia

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Msc. Almerinda Andrea Pontes Silva Gomes

Universidade do Estado da Bahia

Profa. Msc. Erica Elena Avdzejus

Faculdade Adventista da Bahia/Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Fabiano Leichsenring Silva

Faculdade Adventista da Bahia

Prof. Msc. Jezreel Santos de Melo

Faculdade Adventista da Bahia

Prof. Msc. Ricardo Costa Caggy

Faculdade Adventista da Bahia

Profa. Dra. Wilma Raquel Barbosa Ribeiro

Faculdade Adventista da Bahia

AVALIADORES

Profa. Msc. Kátia Silene Albuquerque

Universidade do Estado da Bahia

Profa. Dra. Tânia Moura Benevides

Faculdade Adventista da Bahia/Universidade Federal da Bahia/Universidade do Estado da Bahia

Prof. Msc. Floriano Barboza Silva

Universidade Federal da Bahia

Prof. Msc. Ivo Pedro Gonzalez Júnior

Faculdade Adventista da Bahia

Prof. Especialista Jailson Braga Brandão

Universidade do Estado da Bahia

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Tânia Moura Benevides

DIAGRAMAÇÃO

Elomar Xavier

Website

<http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores>

Revista Formadores

Vivências e Estudos

CADERNO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Volume 10

Número 5

Novembro 2017

SUMÁRIO

EDITORIAL

EDUCAÇÃO E CULTURA

Tânia Moura Benevides

4

ARTIGOS

A USABILIDADE DA PLATAFORMA ARDUINO NA ÁREA DIDÁTICA COMO ENSINO E APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM SALVADOR/BA

Eber da Silva de Santana e Renato do Nascimento Braga

6

ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO EM CACHOEIRA: O CASO DA FLICA - FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE CACHOEIRA

Luana de Santana Ribeiro, Lindiberto Nascimento Bezerra e Francisco Alves de Queiroz

15

A CONSTITUCIONALIDADE DA NÃO SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS DO ESTRANGEIRO NÃO RESIDENTE NO BRASIL

Adriano Feitosa

35

GERENCIAMENTO DE QUALIDADE DE SERVIÇOS: UMA ANÁLISE NA FACULDADE ADVENTISTA DA BAHIA

Lucas Matheus Macieira da Silva e Tânia Moura Benevides

52

O IMPACTO DO USO DE REDES SOCIAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Patrick César Santos Silva

68

A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE COMO FORMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA: UMA PROPOSTA PARA O SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UNIVASF - SIBI/ UNIVASF

Ana Paula Lopes da Silva, Platini Gomes Fonseca, Daniella Barbosa Silva e Morjane Armstrong Santos de Miranda

79

RELATO DE EXPERIÊNCIA

INTERCULTURALIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO A SERVIÇO DA FORMAÇÃO DO MESTRE EM GESTÃO SOCIAL: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DE RESIDÊNCIA SOCIAL EM PORTUGAL

Emmanuelle Fonseca Marinho de Anias Daltro

97

Revista Formadores

Vivências e Estudos

CADERNO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Volume 10

Número 5

Novembro 2017

SUMÁRIO

ENSAIO

MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO INFORMAL: UM
ENSAIO A LUZ DA SOCIOLOGIA

Francisco Alves de Queiroz

111

RESENHA

A PRIMEIRA ENTREVISTA EM PSICANÁLISE: UM CLÁSSICO DA PSICANÁLISE

Cintya de abreu Vieira

116

Revista Formadores

Vivências e Estudos

CADERNO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDITORIAL

Mais um caderno de Educação e Cultura é apresentado aos leitores. Nessa edição são contemplados seis artigos, um relato de experiência, um ensaio e uma resenha. Todos versam sobre diferentes temáticas que interessam àqueles que possuem interesse em educação e cultura.

A edição é iniciada com o artigo de Eber Silva Santana Francisco e Renato do Nascimento Braga. O artigo trata da usabilidade da plataforma Arduino na área didática como ensino e aprendizagem, é um estudo de caso em uma instituição de ensino superior em Salvador-BA. A seguir Luana de Santana Ribeiro, Lindiberto Nascimento Bezerra e Francisco Alves de Queiroz analisam a FLICA a partir de duas bases conceituais – desenvolvimento e economia criativa. Adriano Feitosa, traz uma análise sobre a constitucionalidade da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos do estrangeiro não residente no Brasil. Lucas Matheus Macieira da Silva e Tânia Moura Benevides apresentam uma análise na Faculdade Adventista da Bahia sobre o gerenciamento de qualidade de serviços. O impacto do uso de redes sociais no ambiente de trabalho é analisado por Patrick César Santos Silva. Por fim apresentamos o artigo a promoção da acessibilidade como forma de gestão estratégica: uma proposta para o sistema integrado de bibliotecas da UNIVASF - SIBI/UNIVASF das autoras Ana Paula Lopes da Silva, Platini Gomes Fonseca, Daniella Barbosa Silva e Morjane Armstrong Santos de Miranda.

Buscando trazer para o leitor diferentes formatos de trabalhos acadêmicos foram contemplados nessa edição o relato de experiência intitulado - interculturalidade e internacionalização a serviço da formação do mestre em gestão social: um relato da experiência de residência social em Portugal - de Emmanuelle Fonseca Marinho de Anias Daltro; o Ensaio - modernidade, pós-modernidade e relações de trabalho informal: um ensaio a luz da sociologia do Professor Francisco Alves de Queiroz; e a resenha a primeira entrevista em psicanálise: um clássico da psicanálise de Cintya de Abreu Vieira.

Desejamos uma boa leitura a todos!

Tânia Moura Benevides

Eber da Silva de Santana

eber.santana@hotmail.com

Mestrando em Sistemas e Computação pelo PPGCOMP - UNIFACS, Graduação em Administração com ênfase em Sistemas da Informação, Tecnólogo em Processamento de Dados, Especialista em Redes e Segurança da Informação - CSO e MBA em gestão de Projetos. Atualmente analista de Suporte Pleno e Professor Universitário, com experiência na área de computação com ênfase em Infraestrutura e Segurança da Informação. Aproximadamente 17 anos de experiência nacional e 3 anos de experiência internacional nas áreas corporativa (gestão de infraestrutura, sistemas e docência). Nível intermediário de inglês e experiência em tecnologia de redes (TCP/IP, WAN, LAN, DNS, DHCP), banco de dados (SQL), servidores de e-mail (Exchange), servidores de aplicação (IIS), Windows Active Directory, GPOs e virtualização (VMWare e Hyper-V), suporte a usuários nacional e estrangeiros, demandas de servidores Windows e Linux e sistemas integrados ERP/CRM. Conhecimento geral de normas como: (EIA/TIA), protocolos (TCP/IP, MPLS) padrões (DICOM) entre outros. Na área de telecomunicações atuando com telefonia básica em (DGs, Centrais TDM) Wireless (CDMA, Centrais Digitais), sinal ADSL, VDSL, E1s. Conhecimento em Virtualização Hyper-V e VmWare e na área de Sistemas. Atuação como consultor e implantador na área de concessionárias de automóveis e motos; treinamentos presenciais de funcionários, migração de informações de sistemas anteriores e acompanhamento de todas as áreas de negócio da concessionária visando à correta utilização de um complexo sistema de gestão completamente integrado baseado em SQL. Suporte técnico aos diversos clientes espalhados por todo o território nacional por meio de Help Desk ou demais meios de comunicação. Suporte a usuário a sistema CRM e ERP através de dispositivos remotos, análise de infraestrutura, gerenciamento de atividades das concessionárias. No âmbito acadêmico professor das disciplinas Sistemas Operacionais Windows e Linux, Segurança da Informação, Sistemas Distribuídos, Administração de Servidores, Segurança de Redes, Introdução a Informática, Interface Homem Computador, Gestão de TIC Tutor de Metodologia do Ensino Superior e Orientador de TCC da Faculdade Dom Luiz de Ornelas em Ribeira do Pombal. Professor das disciplinas de Arquitetura de Computadores e Segurança e Auditoria da Informação da Faculdade Dom Pedro 2. Professor das disciplinas de NGN e VOIP, Segurança da Informação, Sistemas Distribuídos e Segurança de Redes WIFI na Faculdade Maurício de Nassau. Professor das disciplinas de NGN e VOIP, Segurança da Informação, Sistemas Distribuídos e Segurança de Redes WIFI. Participou dos projetos de Edital Nº 016/2015 Concurso Ideias Inovadoras 2015 pela Faculdade Dom Pedro 2.

Francisco Renato do N. Braga

francisco.braga@serpro.gov.br

Bacharel em Análise de Sistemas pela Faculdade Dom Pedro Segundo. Terceiro-Sargento da reserva não remunerada da Marinha do Brasil Especialista em Comunicações Navais pelo Centro de Instrução Almirante Alexandrino, servindo em diversas unidades Militares pelo Brasil sempre na área de Telecomunicações por cerca de 14 anos, atuação em projetos de sistemas de comunicação VHF e UHF e sistemas de telefonia GSM/CDMA, implementação de equipamentos que envolvem tais tecnologias. Atualmente trabalha no Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) como Administrador de Redes lotado na Receita Federal do Brasil, atuando como mantenedor de Níveis de Serviço acordados, instalação e manutenção de servidores windows, manutenção de infraestrutura de rede local, suporte técnico ao usuário e manutenção de solicitações de serviço por meio de ferramenta workflow, virtualização de servidores assim como conhecimento das ferramentas VmWare e Hyper-V. Atuante na comunidade ARDUINO e disseminador da Plataforma como agregador de valor para o conhecimento sobre sistemas de prototipagem e embarcados.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2017
Caderno Especial

A USABILIDADE DA PLATAFORMA ARDUINO NA ÁREA DIDÁTICA COMO ENSINO E APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM SALVADOR/BA

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo aplicar a essência da usabilidade da Plataforma Arduino no ensino e aprendizagem, bem como evidenciar a sua interdisciplinaridade. A plataforma é apresentada como base de sustentação para diversas ideias, fruto da criatividade e liberdade que ela impõe. Por ser um meio de baixo custo e possuir uma comunidade imensa e aberta (Open Source), o Arduino é apresentado aos professores e alunos, como uma possibilidade de criar um ambiente didático proveitoso, por ser uma tecnologia tangível. Para atingir o objetivo proposto, foram desenvolvidos questionários com a finalidade de avaliar o conhecimento dos alunos com o contato com a Plataforma Arduino. O questionário foi aplicado a 20 alunos, do 2º semestre, da disciplina Lógica de Programação, do curso de Gestão de Tecnologia da Informação de uma Instituição de Ensino Superior – IES, localizada em Salvador/BA, os questionários foram aplicados antes e depois de uma explanação sobre a plataforma a fim de identificar a usabilidade do mesmo e poder analisar se houve um melhor desempenho estudantil após essa explanação. Os dados obtidos após a aplicação do instrumento de pesquisa, foram tratados através de uma análise quantitativa. Assim, chegou-se à conclusão que o uso das tecnologias em sala de aula, podem propiciar ao estudante uma nova forma de pensar e enxergar o mundo, despertando a curiosidade e abrindo novos horizontes.

Palavras-chave:

Arduino. Interdisciplinaridade. Programação. Educação. Prototipação.

SANTANA, Eber da Silva de; BRAGA, Renato do Nascimento. A usabilidade da plataforma ARDUINO na área didática como ensino e aprendizagem: um estudo de caso em uma instituição de ensino superior em Salvador/BA. Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 10, n. 5, p. 6 - 14, nov. 2017.

1. INTRODUÇÃO

O potencial interativo do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC no ato pedagógico se revela na possibilidade de criação dialógica e intersubjetiva propiciada pelas interações entre pensamentos, conceitos, imagens, mídias e ideias, nas quais o sujeito atua de forma consciente com os objetos de conhecimento, assim, para Almeida (2013, p. 3), “a TIC - a tecnologia digital como suporte para desenvolver o ensino e a aprendizagem tem características estruturais e conceituais que precisam ser compreendidas”.

Etimologicamente, interação diz respeito à ação recíproca com mútua influência nos elementos inter-relacionados, para Silva (2000), a interatividade possibilita que o espectador ultrapasse a condição de passivo para ativo, explicitando a ocorrência da interatividade relacionada com o diálogo entre emissão e recepção, a criação conjunta da comunicação e a intervenção do usuário. A criação de um ambiente que propicie esta interatividade seja com os próprios indivíduos ou com as variáveis do ambiente é o que a Plataforma Arduino propõe.

A Plataforma Arduino é muito mais do que um projeto aberto de uma placa de interface baseada em microcontrolador, pois são também incluídas ferramentas de desenvolvimento de software necessárias para programar as placas de Arduino (MONK, 2014). É possível também contar com uma ampla comunidade envolvida com a construção, a programação e a eletrônica, além de extrair deste ambiente habilidades e experiências de diversas áreas, afirmando assim, características que propiciam um alto nível de interatividade.

A Interatividade pode vir a ser muito benéfica quando aplicadas em disciplinas voltadas ao desenvolvimento de softwares tais como TLP (Técnicas de Linguagem de Programação). Dessa forma esse estudo tem como objetivo analisar o uso da Plataforma Arduino como ferramenta no auxílio do ensino-aprendizagem, verificando se há uma melhora no rendimento acadêmico dos estudantes em disciplinas que envolvem programação e algoritmos, se justificando assim a pertinência do tema com a proposta da inserção de uma ferramenta que auxilie na melhora do desempenho acadêmico em disciplinas que envolvem programação e algoritmos, disciplinas essas que muitas vezes são de difícil assimilação por parte dos estudantes.

O trabalho está organizado em cinco seções, a primeira aqui delineada visa apresentar a problemática a ser tratada, a segunda apresenta o referencial teórico que está organizado em duas subseções, buscando reproduzir o arcabouço teórico sobre o tema. Na terceira e quarta seção, é tratado a metodologia da pesquisa e a análise de dados, respectivamente. Por fim, na quinta seção teremos as considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida.

2. A PLATAFORMA ARDUINO

O Arduino é uma plataforma de hardware Open Source, de fácil utilização, ideal para a criação de dispositivos que permitam interação com o ambiente, que utilizem como entrada sensores de

temperatura, luz, som etc., e como saída LEDs, motores, displays, auto-falantes etc., criando desta forma possibilidades ilimitadas (SOUZA, 2011).

O conceito Arduino surgiu na Itália no ano de 2005, com o objetivo de criar um dispositivo para controlar projetos e protótipos construídos de uma forma mais acessível do que outros sistemas disponíveis no mercado (SILVA, 2014).

Massimo Banzi é co-fundador do projeto Plataforma Arduino, o mesmo estava como docente do Instituto de Interação de Projetos e Ensino Ivrea na Itália, no curso de Design de Interação para dispositivos físicos e percebeu que cada vez mais eram necessários componentes eletrônicos, pois quando estava fazendo a interação design enxergou a necessidade de ser capaz de construir um protótipo para testar seus próprios projetos. Massimo Banzi desejava fazer a criação de componentes eletrônicos para estudantes, tornando os protótipos tão simples quanto possível. Além de almejar que designers pudessem ser capazes de construir e evoluir nos aspectos eletrônicos do seu trabalho, sem depender de especialistas.

A plataforma Arduino foi uma das primeiras placas eletrônicas Open Source que revolucionou o mundo do hardware e software aberto, sendo a família dessas placas responsável por uma importante ajuda para desenvolvedores profissionais e não profissionais na criação de protótipos de projetos elétricos e uma forma de aprender de maneira acessível e possível para todos sendo nela possível adicionar diversos tipos de componentes eletrônicos direcionados e programados criando um ambiente direcionado a uma determinada atividade (ARDUINO.ORG, 2014).

Em seu estudo Dale (1969, p. 24), afirma que “em muitos casos se observa que quanto mais abstrato determinado assunto, mais difícil é para o aluno assimilar tal conhecimento”, assim o autor considera que o uso em potencial de uma ferramenta construtivista torna a assimilação mais palpável além de afirmar que as ferramentas de prototipagem, como o Arduino, podem propiciar a relação de construção do conhecimento, sendo tal afirmativa reiterada por Almeida (2003, p. 93) ao afirmar que “uso de ambientes com tecnologia permite a criação de novos espaços sociais e contextos educacionais”.

2.1. Projetos em Arduino para melhoria pedagógica

Monk (2014) em seu estudo aborda diversos projetos em Arduino para a melhoria pedagógica, onde é feita uma apresentação da Plataforma Arduino de forma que o aprendizado seja assimilado em uma escala progressiva. Tal fator é determinante para assimilação do conhecimento e faz com que os projetos se relacionem no eixo simétrico entre as ideias e soluções que eles apresentam e a maneira como os temas são inseridos no ambiente de desenvolvimento integrado da Plataforma. Essa apresentação não torna rígido o conhecimento de conceitos aos alunos que por ventura não tenham intimidade com certos elementos da eletrônica como resistores, LEDs, Microcontroladores e eletricidade, sendo todos eles, conceitos que envolvem Tensão, Voltagem, Amperagem, que o

aluno nunca tenha se deparado com tais conteúdos, os conceitos são apresentados de maneira intuitiva, possibilitando então o aprendizado baseado em interdisciplinaridade.

O foco principal do trabalho de Monk (2014) é a apresentação da Plataforma, seus benefícios e suas particularidades, o que torna o Arduino uma Plataforma eficiente no que diz respeito à interdisciplinaridade nos conceitos que envolvem o ensino de Programação e Algoritmos para a compreensão das sintaxes que envolvem a linguagem de programação em seu ambiente de desenvolvimento.

No presente trabalho foram escolhidos dois projetos de Simon Monk (2014) que reúnem os conceitos de programação e eletrônica que são aplicados gradualmente, de forma que, o aumento do nível de complexidade vai tornando os projetos mais dinâmicos, permitindo que o estudante acompanhe o desenvolvimento e incentivando-o na busca de conhecimento, assim a complexidade é assimilada de forma gradativa e intuitiva pelo observador. O primeiro projeto denominado LED piscante com Delay programado e o segundo projeto denominado Sinalizador se SOS com LED piscante, considerado uma expansão do projeto um.

2.1.1 LED piscante com delay programado

O primeiro projeto tomado como base foi o de LED piscante com Delay programado, onde Monk (2014) apresenta a plataforma, e descreve o esquema que relaciona o Software e o Hardware, se preocupando em passar ao aluno a oportunidade de relacionar uma ferramenta concreta ao desenvolvimento de suas ideias em sala de aula. O autor ainda propicia ao leitor um arsenal de ideias sobre os assuntos que envolvem os paradigmas da linguagem de programação mostrando a semelhança existente com a linguagem de programação em C, pelo fato de ser uma linguagem já utilizada em ambiente acadêmico tornando mais expressiva sua assimilação. Em momentos oportunos o autor ainda trata de assuntos inerentes a Hardware, explorando o Hardware do Arduino e alguns conceitos de eletrônica elementar, estruturas de repetição, lógica de programação além de aspectos de legibilidade e capacidade de escrita.

2.1.2 Sinalizador se SOS com LED piscante

O segundo projeto constante no Capítulo 2 da obra 30 projetos com Arduino, de Monk (2014), torna ainda mais interessante navegar pelos projetos, pois o autor propõe à expansão do conjunto de ideias, se tratando assim de uma melhora do primeiro projeto, existindo um seguimento gradual dos mesmos elementos. Neste projeto Monk (2014) explica alguns fundamentos de programação, como por exemplo, como são feitos comentários nos códigos dos projetos que

ajudam a manutenção de códigos, as funções Setup e Loop que compõe o escopo do código e são importantes para a compilação dos códigos sem erros, como são definidas as variáveis e tipos de dados, como se comporta uma variável no escopo do código e como estas são guardadas na memória, as operações aritméticas que envolvem as variáveis, Strings e suas peculiaridades da Plataforma, além de realizar um apanhado sobre estruturas condicionais. O autor inicia a exploração da linguagem de Programação C utilizada na construção dos Sketchs da Linguagem.

3. METODOLOGIA

Afim de se atingir o objetivo específico desta pesquisa em analisar o uso da Plataforma Arduino como ferramenta no auxílio do ensino-aprendizagem, verificando se há uma melhora no rendimento acadêmico dos estudantes em disciplinas que envolvem programação e algoritmos, foi desenvolvido o Questionário 1, composto com 10 perguntas que objetivaram avaliar o conhecimento dos respondentes com contato com a Plataforma Arduino, bem como a sua usabilidade. Tal questionário foi aplicado a 20 alunos, do 2º semestre, da disciplina Lógica de Programação, do curso de Gestão de Tecnologia da Informação de uma Instituição de Ensino Superior – IES, localizada em Salvador/BA. Os dados obtidos foram tratados através de uma análise quantitativa.

Após a aplicação do primeiro questionário, o grupo recebeu treinamento prático de quatro hora na Plataforma Arduino, com os conceitos da disciplina Lógica de Programação. Foi iniciada a apresentação da Plataforma Arduino, contada um pouco da sua história, sobre os idealizadores do projeto, os motivos que levaram a sua criação, suas características que apontavam como ferramenta ideal para ensino-aprendizagem na prática e mais ainda uma ferramenta capaz de aliar vários conceitos em projetos que utilizariam uma pequena placa com microcontrolador programável, que tinha como objetivo ajudar estudantes na consecução de suas ideias.

Na medida em que era realizada a montagem do ambiente, foram sendo apresentados os componentes eletrônicos da placa seu Ambiente de Desenvolvimento Integrado (IDE), a linguagem envolvida na programação e os projetos envolvidos no estudo. Após a exposição, foi necessário desprender um pouco mais de tempo especificando assuntos relacionados à programação, pois este seria o foco principal da realização desta pesquisa, visando à assimilação dos conceitos inerentes a linguagem de programação e a lógica na consecução dos projetos, fazendo um quadro comparativo relacionados a paradigmas em que a linguagem apresentava.

Em seguida, após o treinamento, foi aplicado um novo questionário, o Questionário 2 em anexo, referenciando ao que foi exposto em sala e como o uso da Plataforma contribuiria sobremaneira para a prática pedagógica. Assim, foi iniciado o processo de análise dos dados obtidos com a aplicação do questionário, conforme seção a seguir.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Após desenvolvimento do referencial teórico, delimitação da amostra e aplicação dos questionários, afim de se atingir o objetivo em analisar o uso da Plataforma Arduino como ferramenta no auxílio do ensino-aprendizagem, verificando se há uma melhora no rendimento acadêmico dos estudantes em disciplinas que envolvem programação e algoritmos, deu-se início a análise dos dados obtidos.

Com base na aplicação do Questionário 1, foi identificado que 60% dos alunos conhecem algum meio de prototipagem que ajudem na assimilação de conceitos relativos a programação, sua estrutura e assuntos ligados a sintaxe da programação. O objetivo desta ferramenta de prototipagem, seja ela Arduino ou não, é que possa ajudar em disciplinas de programação ou outras que envolvam determinadas características da prototipagem eletrônica, pois a maioria já conhecia alguma outra ferramenta e o fato destas apresentarem a característica de serem tangíveis, foi preponderante e interessante aos mesmos.

Todos os entrevistados acreditam que o uso de plataforma tangíveis podem montar um ambiente de fácil assimilação com relação aos conceitos que cerceiam disciplinas que envolvem programação. Em média 40% dos entrevistados afirmaram gostar dos métodos apresentados em sala de aula para demonstrar os conceitos relativos às linguagens de programação, enquanto que 40% dos entrevistados afirmam não gostar e os outros 20% não souberam responder.

Dos respondentes, 35% afirmam que apresentaram dificuldades na assimilação dos conceitos que envolvem a linguagem de programação em C, em seu primeiro contato com a linguagem e 50% não souberam responder se foi fácil a assimilação referente ao primeiro contato com a sintaxe relativa à programação C. Mesmo que os métodos atuais sejam agradáveis aos alunos e contribuam para a assimilação do conhecimento, isso depende também dos Docentes que busquem meios que possam trazer o interesse dos alunos para um determinado assunto, além de incentivarem a criação de ideias e soluções para determinados problemas, intuito este em que a Plataforma Arduino possa ser adequada a esta aplicabilidade.

Quanto a lógica que envolve as estruturas de controle e decisão na programação em C, 65% dos alunos não souberam responder se foram demonstradas de maneira clara através dos métodos atuais desenvolvidos em sala de aula. Enquanto 60% respondeu afirmativamente que nas disciplinas de programação foi de fácil assimilação a forma como a programa e o resultado desta se ligam com a parte física dos sistemas envolvidos.

A preocupação maior seria o conhecimento sobre determinados assuntos inerentes à eletrônica, más que foi demonstrada ao contrário, boa parte dos alunos já tinham um determinado conhecimento sobre assuntos inerentes as essas disciplinas, contribuindo para a assimilação mais rápida dos projetos, conhecimento exigido não tão aprofundado pelo fato de o foco na pesquisa envolver o ensino de Algoritmos e Programação, más que deixa um “gancho” para novos trabalhos em que possam envolver a melhoras em outras disciplinas. Dos entrevistados, 80% afirmaram que já tiveram contato com assuntos e/ou materiais relativos à eletrônica em sala de aula. E 80%

afirmaram não haver incentivo em sala de aula à criação de ideias e soluções que tragam para a realidade a abstração que é apresentada nas disciplinas de programação.

Todos os alunos responderam que acreditam que é importante para o aluno o uso de métodos e/ou plataformas físicas que despertem a criatividade e as ideias em disciplinas de programação. As respostas obtidas no Questionário 1, podem ser visualizadas no Gráfico 1.

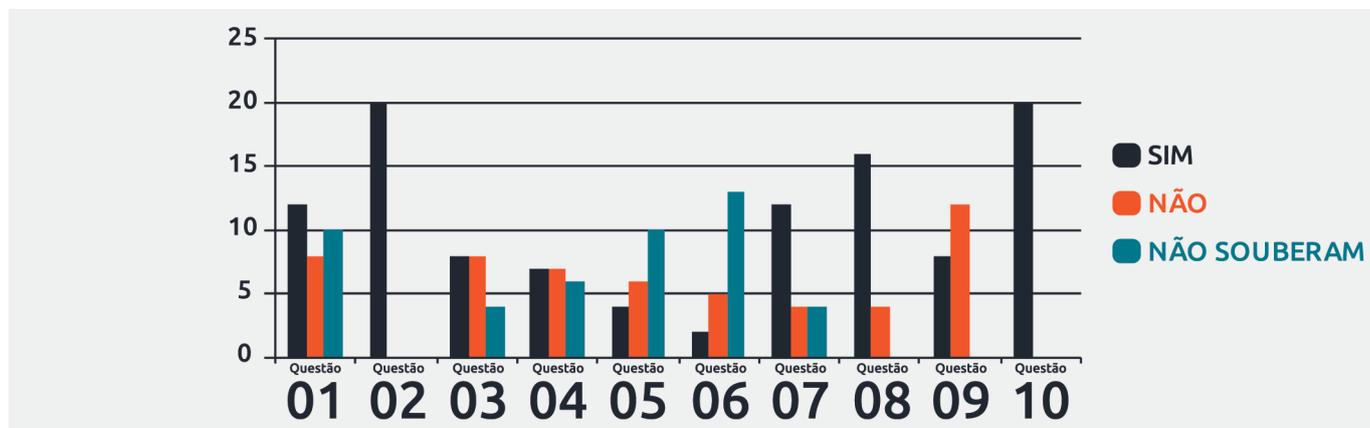


Gráfico 1 – Questionário avaliativo sobre o uso de Plataformas de Prototipagem

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Após a aplicação do Questionário 1, foi feito o treinamento prático da Plataforma Arduino aos alunos. A pesquisa em seu momento mais prático mostrou as diversas vantagens do Arduino integrado em sala de aula com o objetivo de melhorar o ensino aprendizagem em algoritmos, programação, estruturas de controle e repetição, dentre elas:

1. A assimilação de conceitos inerentes a linguagem de programação, como as estruturas que envolvem a programação (Funções Setup e Loop);
2. A criação de variáveis, variáveis locais e globais, como estas variáveis se comportam na estrutura do código, quais suas melhores práticas;
3. Conceitos relacionados a legibilidade e capacidade de escrita dos códigos;
4. Conhecimento aprofundado sobre o Ambiente de Desenvolvimento Integrado que envolve uma linguagem de programação;
5. Visualização da possibilidade de integração entre Hardware e Software;
6. Interpretação de problemas que envolvem a criação de algoritmos;
7. A criação de ideias que solucionem problemas do cotidiano;
8. O uso de ferramentas Open Source, que proporcionam a possibilidade de expansão do conhecimento sem barreiras e o incentivo para o desenvolvimento destas ferramentas a partir de uma Comunidade atuante; e
9. E, por fim, vale ressaltar o baixo custo na qual a Plataforma propicia considerando as diversas utilidades do Arduino e seus similares.

Após o treinamento, foi aplicado o Questionário 2, onde foi possível verificar que 65% dos estudantes que participaram da pesquisa já conheciam a Plataforma Arduino, que reforça sua ideia inicial de ser uma ferramenta para o meio acadêmico e deste ambiente é parte fundamental,

pois a mesma tem a característica de fomentar a criatividade e ensinar de maneira intuitiva e agradável, pois é vista por 95% dos alunos pesquisados, como uma proposta interessante.

Reforçando a questão do conhecimento sobre eletrônica, a maior parte não sentiu dificuldade no manuseio dos elementos que compunham os projetos. Os estudantes já possuíam um determinado conhecimento de lógica de programação, isso também contribui para a assimilação não tão rígida da linguagem de programação do Arduino. Mesmo sendo simples e práticos 65% dos respondentes afirmaram que os projetos foram suficientes para demonstrar conceitos de Programação, Algoritmos e estruturas de controle e tomada de decisão. Todos os alunos afirmaram que estes e outros projetos poderiam ser criados e praticados através de Kits de desenvolvimento de baixo custo, podendo ser adquiridos pelas IES não despendendo recursos exorbitantes a fim de melhorar a prática pedagógica, ajudar os docentes a criação de ambiente de ensino proveitoso além de incentivar os alunos no processo de aprendizagem.

Dos alunos questionados, 95% afirmam que a Plataforma Arduino conseguiu abranger o suficiente em quesitos que envolviam Hardware e Software, enquanto 55% afirmaram que houve aumento de assimilação de conceitos como a lógica que envolvia as estruturas de controle. 95% dos alunos acreditam que o ambiente acadêmico necessita de meios mais tangíveis que assimilem conceitos abstratos de disciplinas que envolvem programação. Foi demonstrado que o Arduino como ferramenta que reforça os conceitos de tangibilidade, esteve intimamente ligado a criação de ideias, ou seja, o aumento do nível de criatividade que a ferramenta propunha foi de acordo com a sua totalidade de pesquisados. As respostas obtidas no Questionário 2, podem ser visualizados no Gráfico 2 abaixo.

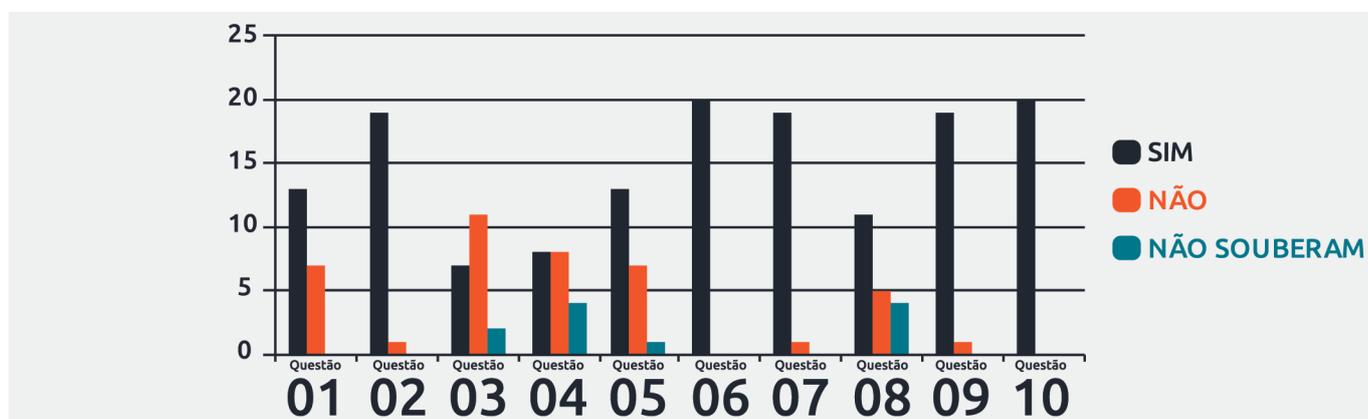


Gráfico 2 – Questionário avaliativo sobre o uso de Plataformas Arduino

Fonte: Elaboração Própria (2016)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso das tecnologias em sala de aula, propicia ao estudante uma nova forma de pensar e enxergar o mundo, desperta curiosidade e abre novos horizontes. Com o objetivo de analisar o uso da

Plataforma Arduino como ferramenta no auxílio do ensino-aprendizagem, verificando assim se haveria uma melhora no rendimento acadêmico dos estudantes em disciplinas que envolvem programação e algoritmos, o estudo foi realizado com 20 alunos de uma IES particular localizada em Salvador/BA, onde foram aplicados dois questionários, cada um em momento distinto do estudo, afim de se elucidar o objetivo assim, a escolha da Plataforma Arduino foi importante por reunir os conceitos necessários e aplicar muito além do que se propôs.

Associar cada vez mais novas tecnologias às práticas acadêmicas usuais, desperta aos que praticam o aprender a acreditar que o processo de ensino tem sido fruto de melhorias constantes por parte dos docentes. O uso da Plataforma Arduino, levando em consideração suas características de baixo custo, uma boa acessibilidade a material informativo, uma comunidade aberta e participativa, o fato de ser uma ferramenta didática, gerada a partir de uma ideia de melhorar a vida de quem a utiliza, foram os pontos fortes para a escolha da ferramenta.

A partir dos dados extraídos da pesquisa, conclui-se que as práticas atuais de ensino junto com suas ferramentas de apoio ainda são interessantes aos alunos, e com a possibilidade de implantação da Plataforma Arduino como apoio a essas práticas, a mesma não substituiria, mas sim contribuiria para uma melhoria em simetria aos métodos atuais. Assim, a atualização da didática aplicada por parte do corpo docente e incentivada pelas instituições de ensino, por meio das novas tecnologias, propicia uma diferença aos alunos por mais que os mesmos sejam de diferentes áreas, esse incentivo vem decorrente da assimilação da ideia de que o aprendizado é algo intuitivo, que decorre simplesmente da prática através de instrumentos onde sua capacidade de criar, pensar e solucionar problemas seja prazerosa.

REFERÊNCIAS

Arduino Guide Environment. Disponível em: <<http://www.arduino.cc/en/Guide/Environment> >. Acesso em: 05 mai. 2016.

ALMEIDA, M. **Educação, ambientes virtuais e interatividade.** In. SILVA, Marco. (org). Educação Online. São Paulo: Loyola, 2003.

DALE, E. **Audio-Visual Methods in Teaching (3rd ed.).** The Dryden Press. New York, 1969.

MONK, S. **30 projetos com Arduino / Simon Monk;** Tradução: Anatólio Laschunk. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

SILVA, J. L. S.; MELO, M. C.; CAMILO, R. S.; GALINDO, A. L.; e VIANA, E. C. 2014. **Plataforma Arduino integrado ao PLX-DAQ: Análise e aprimoramento de sensores com ênfase no LM35.** XIV Escola Regional de Computação Bahia, Alagoas e Sergipe (ERBASE). Feira de Santana, BA. 2014.

SOUZA, A. R.(et al.). **A placa Arduino: uma opção de baixo custo para experiências de física assistidas pelo PC.** Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 33. n. 1, 1702. Edição (Só da 2ª em diante) ed. Local: Editora, 2011.

Luana de Santana Ribeiro

luanacastorribeiro16@gmail.com

Graduanda em Administração de Empresas pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), Presidente da Sete Jr. (Empresa Júnior da FADBA) em 2017 onde desenvolveu habilidades na área de Vendas, gerenciamento de projetos, planejamento estratégico, prospecção de clientes, gestão de conflitos, marketing de pesquisa, comunicação e liderança desde 2014.

Lindiberto Nascimento Bezerra

lindiberto.nb@gmail.com

Graduando em Administração pela Faculdade Adventista da Bahia, atuou como estagiário no setor de Manutenção e Construção como auxiliar administrativo e atualmente no setor de Logística da Instituição. Recenseador pelo IBGE no ano de 2010 e repositor de estoque no ano de 2011, e vendedor autônomo de 2012 a 2014.

Francisco Alves de Queiroz

franciscoqueirozz@gmail.com

Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbanismo pela Universidade Salvador, Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia, possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2006); Pós graduado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, pela Faculdade Adventista de Administração; É Professor de Ensino Superior e Pós-Graduação, tem Experiência em Gestão de Políticas Públicas, Análises Estatísticas, Educação a Distância e Avaliação de Desempenho. É Consultor de Políticas nas áreas de Saúde e Gestão Educacional.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2017
Caderno Especial

ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO EM CACHOEIRA: O CASO DA FLICA - FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE CACHOEIRA

RESUMO

O presente estudo busca alternativas criativas de organizações do trabalho e geração de renda para os empreendedores locais a partir das oportunidades geradas pelo fluxo de pessoas proporcionado pela Festa Literária Internacional de Cachoeira (FLICA). É realizada uma discussão sobre o desenvolvimento econômico de Cachoeira - BA com foco na economia criativa e possíveis contribuições da FLICA e uma análise do segmento literário. É apresentado e analisado os aspectos macroeconômicos da cidade e, por fim, um diagnóstico quanto ao desenvolvimento local proporcionado pela Festa Literária. A análise foi realizada nos anos de 2014 e 2016. Foram aplicados questionários com os empreendedores locais, entrevistados os administradores sócios do evento e diversos expositores de estandes de livros. Destaca-se que durante esta festa a cidade torna-se um vetor de cultura, literatura, entretenimento e arte, mas há necessidade de envolver melhor os trabalhadores e os comércios locais e principalmente garantir um melhor aproveitamento das riquezas geradas pela FLICA.

Palavras-chave:

Desenvolvimento econômico. Economia Criativa. FLICA. Cachoeira.

1. INTRODUÇÃO

A temática abordada apresenta características referente ao desenvolvimento econômico da cidade de Cachoeira - BA durante o período em que acontece a FLICA - Festa Literária Internacional de Cachoeira com foco na economia criativa. A FLICA é um evento literário anual, que durante uma semana oferece entretenimento, cultura e arte de forma direta e indireta à comunidade local e visitantes,

RIBEIRO, Luana de Santana. BEZERRA, Lindiberto Nascimento. QUEIROZ, Francisco Alves de. **Economia criativa e desenvolvimento em Cachoeira: o caso da FLICA - Festa Literária Internacional de Cachoeira.** *Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 10, n. 5, p. 15 - 37, nov. 2017.*

onde se encontra artesanato, gastronomia e uma gama de produtos produzidos na região possibilitando um fortalecimento da economia atraindo pessoas de diversos locais e até outros países para Cachoeira.

Este estudo responde questionamentos sobre qual o tipo de desenvolvimento acontece neste período na região, quais os benefícios que a FLICA proporciona para a cidade de Cachoeira, e quais os impactos causados aos empreendimentos locais. Estes questionamentos foram discutidos buscando a relação da FLICA com os grupos de economia criativa da cidade. Quem realmente ganha dinheiro com FLICA? Quem a Financia? Qual a sua potencialidade? É necessário desvendar os reais interesses que há por trás deste evento.

A economia criativa proporciona a inovação tendo uma diversidade de produtos e serviços gerados para o desenvolvimento da economia local, beneficiando assim um ciclo econômico na região, gerando oportunidade ao empreendedorismo.

Para conceituar e compreender o processo da economia Criativa utilizou conceitos pontuais dos autores Victoriano e Reis e para entender a relação com o desenvolvimento econômico é apresentado perspectivas de diversos autores, sendo os principais Souza e Vasconcellos, os quais abrangem características do desenvolvimento no âmbito macroeconômico.

A economia se divide em duas grandes áreas micro e macroeconomia, outros termos que ultimamente estão sendo utilizados, como criativa, solidária, verde, são termos que visam a sustentabilidade e alternativas ao modelo de concentração de renda e segregado do processo capitalista de geração de riqueza. A criativa principalmente, busca a geração de renda através de aproveitamento de recursos disponíveis na localidade e em desenvolver habilidades dos trabalhadores em relação a sua cultura, folclore e recursos naturais.

Há um certo modismo em denotar o termo criativo e sustentável a enumeras atividades em eventos promovidos por diversas entidades na cidade de Cachoeira. Assim, a pesquisa busca desvendar até que ponto a FLICA contribui para o desenvolvimento econômico da cidade de Cachoeira com viés na economia criativa, apresentando o ciclo econômico que é gerado durante o período do evento e o que a cidade e a população ganham ou deixam de ganhar. Para tais questionamentos foram utilizadas uma dialética investigativa, observando três edições do evento, 2014, 2015 e 2016. As observações foram registradas com fotografias, áudios e aplicação de instrumentos de natureza quantitativa e qualitativos, questionários aos donos de stands de livros expostos na FLICA e entrevistas com empreendedores locais e com os sócios da empresa proprietária que explora a FLICA. Os dados tratados vassam a análise de conteúdo, observando a fala dos agentes e comparando com suas práticas e com a concepção que a comunidade tem do evento, proporcionando assim um entendimento mais amplo da realidade, as definições teóricas de economia criativa, desenvolvimento econômico, sendo trabalhadas através de uma análise conceitual, comparando a opinião de diversos autores contemporâneos e a proximidade destes conceitos com a realidade manifestada no evento, e por fim, produzido um levantamento de dados numéricos quanto ao faturamento e ao comportamento de oferta dos empresários Cachoeiranos.

Para fins de justificativa na elaboração do presente estudo, tomamos como conceito

principal o entendimento entre a concepção da economia criativa e seu posicionamento no desenvolvimento local, em forma de contribuição para a economia da cidade de Cachoeira através da FLICA, evento que possui uma abrangência internacional atraindo uma gama de diversidade e explorando as riquezas de Cachoeira durante um curto período de tempo. O que se tem como compreensão de uma festa literária que abarca além da literatura, a arte, cultura, entretenimento e gastronomia, envolvendo o cenário Cachoeirano em seu atrativo cultural, revelando toda a riqueza histórica encontrada na cidade.

Para Caracterização do assunto tem se como objetivo discutir os efeitos econômicos gerados pelo evento na cidade de Cachoeira-BA durante a realização da FLICA. O estudo visa identificar a intensidade desse impacto para a economia local através dos indicadores econômicos como: emprego e distribuição de renda, para compreender o que a economia local e a cidade com toda sua história e riqueza cultural ganha de fato ao receber um evento como este.

Este presente estudo está dividido nos seguintes capítulos: Um introdutório, o capítulo dois trata da temática economia criativa e o desenvolvimento econômico contemplando sua história, conceitos e setores criativos, o segmento literário e as características da FLICA. O terceiro aborda aspectos macroeconômicos da cidade de Cachoeira, e por fim é apresentado alguns dados da pesquisa sobre as influências para os empreendedores e para a cidade de Cachoeira-BA.

2. A ECONOMIA CRIATIVA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Esse capítulo aborda a economia criativa no seu contexto histórico, conceitual e setores criativos em sequência é apresentada a possível relação entre a economia criativa e o desenvolvimento econômico, até chegarmos no ponto principal que é o seguimento literário apresentando o caso da FLICA.

2.1. Economia Criativa: História, Conceito E Setores Criativos

Grande parte das referências que originaram o conceito de economia criativa foram feitas a partir do Projeto Creative Nation, que foi desenvolvido em 1994 na Austrália, apesar de alguns autores como Charles Landry relatarem a ocorrência de algumas conferências internacionais importantes – como a de Melbourne, cidade que acabou recebendo o título de “cidade criativa” em 1988, sendo assim foi registrado pelo prefácio de Cidades Criativas Perspectivas (2011)

(PAVANELLI,2011-2012).

Em 1997 o tema ressurge na Inglaterra, já com o governo de Tony Blair, isso aconteceu em resposta da intensificação da competição, fundamentada numa análise das contas internas e das tendências de mercado, debatendo de frente às vantagens comparativas da nação no contexto econômico global (FONSECA REIS, 2008).

A Austrália e a Inglaterra foram os primeiros países a se articularem dentro da economia criativa. Esses países criaram políticas públicas para estimular o que chamaram de indústrias criativas – um grupo de 14 setores que tem na criação seu principal pilar, incluindo produção de arte, publicidade, arquitetura, moda, turismo cultural e desenvolvimento de software (PAVANELLI, 2011-2012, p.8).

Há pouco tempo, a economia criativa passou a ser oficialmente discutida no Brasil pela formação da secretaria da economia criativa (integrante do MinC), que foi inaugurada no início de 2011 pelo governo Dilma e infelizmente extinta em maio de 2016 pelo governo Temer, mesmo representando 8% do PIB nacional com milhares de trabalhadores, esta extinção provocará dificuldades de acesso a incentivos da Lei Roaunet e retrocesso ao desenvolvimento do setor criativo no Brasil. Em paralelo, há representantes do mercado financeiro interessados em contribuir com a evolução do conceito de economia criativa, mas temos de desconfiar muito deste interesse, pois os exemplos dos grandes grupos econômicos privados é muito mais de se aproveitarem de benefícios fiscais, o que pode ser discutido em uma continuação deste estudo.

O fato é que o mercado de empreendedorismo passou por algumas transformações nas últimas décadas, a vinte anos era comum empreender por necessidade, devido a uma menor oferta de emprego as pessoas procuraram vias alternativas, muitas vezes informal de produção para garantirem a sobrevivência. Victoriano (2012) destaca que hoje, as oportunidades são cada vez maiores e a economia criativa representa aproximadamente 7% do PIB global, surge um novo olhar sobre este tipo de empreendedorismo, pois, a tendência é que esse setor de economia seja cada vez mais explorado e difundido no país. Assim urge à necessidade de reflexões por parte de governos, da sociedade e de empreendedores na construção de políticas e ações dando mais atenção à novas profissões e a economia colaborativa-criativa.

A economia criativa não possui um conceito bem definido sobre o que de fato ela é, sendo então um conjunto de fatores que nos leva a entender que a economia criativa é sobremaneira ampla, podendo ser trabalhada a partir de distintas abordagens.

David (2008) aponta que o estudo sobre a Economia Criativa não deve se limitar apenas à análise das indústrias criativas, mas também “ao impacto de seus bens e serviços em outros setores e processos da economia e as conexões que se estabelecem entre eles” (apud Reis, 2008, p. 25 e Gorgulhoet alli, 2008, p. 303).

Fica claro que, dentro de tal enquadramento, a amplitude do conceito aumenta sobremaneira. Não se trata de considerar o setor criativo simplesmente como mais uma dentre diversas atividades econômicas de um dado país ou região, mas sim de interpretá-lo como um verdadeiro “catalisador (...) de processos, relações e dinâmicas econômicas de setores diversos” (REIS, 2008, p. 25). O aumento de escopo do conceito de Economia Criativa torna as análises no setor mais

ricas e versáteis.

No relatório FIRJAN (2014) nas últimas décadas, tem-se consolidado nas empresas o fator criatividade como importante insumo de produção, assim como seu papel transformador no sistema produtivo. Além dos demais recursos como capital, mão de obra e matéria-prima, os gestores estratégicos têm tomado como essencial o uso das ideias para geração de valor ao cliente, adquirindo assim grande importância como vantagem competitiva. Num mercado com tantos competidores e produtos tão semelhantes a criatividade passa a ser um ativo de peso dentro da lógica de agregação de valor, pois aqueles que conseguem inovar e se reinventar continuamente são os que obtêm sucesso a longo prazo.

Com o objetivo de destacar, além do seu papel fundamental de cultura, o vasto potencial de geração de empregos e riqueza, foi que na década de 1990 o Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS) do Reino Unido criou o conceito de indústrias criativas, sendo classificadas assim todas as atividades “que têm sua origem na criatividade, na perícia e no talento individual e que possuem um potencial para criação de riqueza e empregos através da geração e da exploração de propriedade intelectual” (DCMS, 1998).

O estudo que deu origem ao conceito acima descrito mapeou não só as empresas essencialmente criativas, mas toda a cadeia criativa, ou seja, todos os envolvidos no processo tanto de criação, como na produção e distribuição dos bens e serviços que tem como insumo primário o capital intelectual. Essa cadeia é formada por três grandes áreas: Núcleo Criativo que é o centro de toda a Cadeia Produtiva da Indústria Criativa, formado por atividades econômicas que têm as ideias como insumo principal para geração de valor; as Atividades Relacionadas que provêm diretamente bens e serviços ao núcleo, são representadas por, em sua maioria, indústrias e empresas de serviços fornecedoras de materiais e elementos fundamentais para o funcionamento deste; e o Apoio que são aqueles que indiretamente ofertam produtos e serviços ao núcleo.

A economia criativa é composta por seus setores criativos que são assim chamados aqueles que possuem em suas atividades a criatividade e o conhecimento, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social (MINC, 2012).

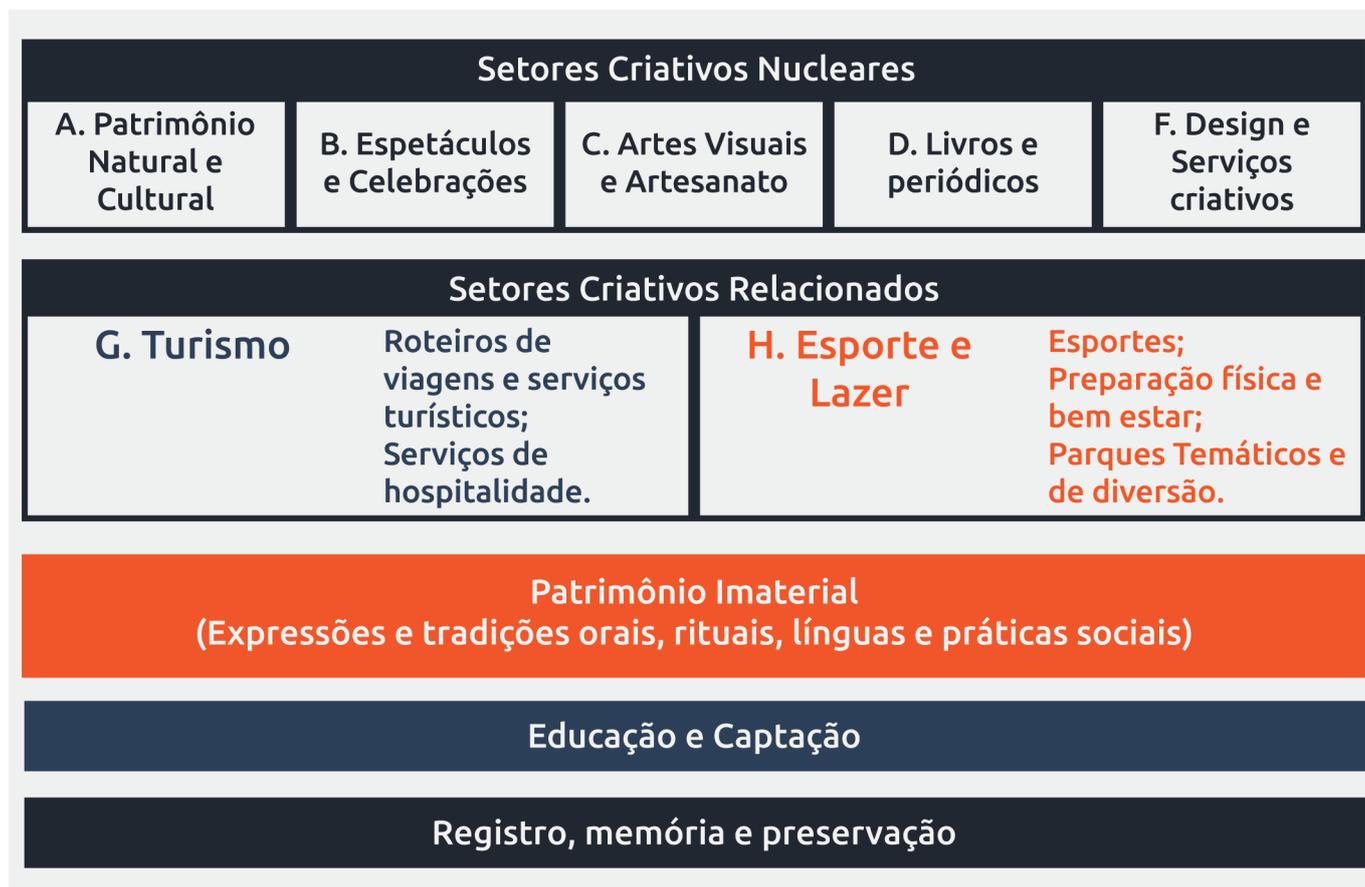


Figura 1 – Setores Criativos Nucleares
Fonte: MINC, 2012.

Na figura 1 estão representados, segundo a UNESCO, os setores Criativos Nucleares, onde se concentra a criatividade tendo em vista a produtividade em relação a riqueza cultural e econômica. Já em relação aos setores criativos relacionados, não são essencialmente criativos, mas são diretamente impactados em relação aos serviços de turismo, esportes e lazer. No setor de Patrimônio Imaterial que é passado por gerações, em sociedades e comunidades, em suas interações, em práticas sociais e culturais com o meio ambiente e sua história os demais setores apresentados na figura são setores de apoio aos setores Criativos Nucleares e ao Patrimônio Imaterial (MINC, 2012).

Setores Criativos Nucleares Macro categorias	Atividades Associadas
A. Patrimônio natural e Cultural	<ul style="list-style-type: none"> Museus; Sítios históricos e arqueológicos; Paisagens culturais; Patrimônio natural.
B. Espetáculos e celebrações	<ul style="list-style-type: none"> Artes de espetáculo; Festas e festivais; Feiras.
C. Artes visuais e artesanato	<ul style="list-style-type: none"> Pintura; Escultura; Fotografia; Artesanato.
D. Livros e periódicos	<ul style="list-style-type: none"> Livro; Jornais e revistas; outros materiais impressos; Bibliotecas (incluindo as virtuais); Feiras do livro.
E. Audiovisual e mídias interativas	<ul style="list-style-type: none"> Cinema e vídeo; Tv e rádio (incluindo internet); Internet podcasting; Videogames (incluindo online)

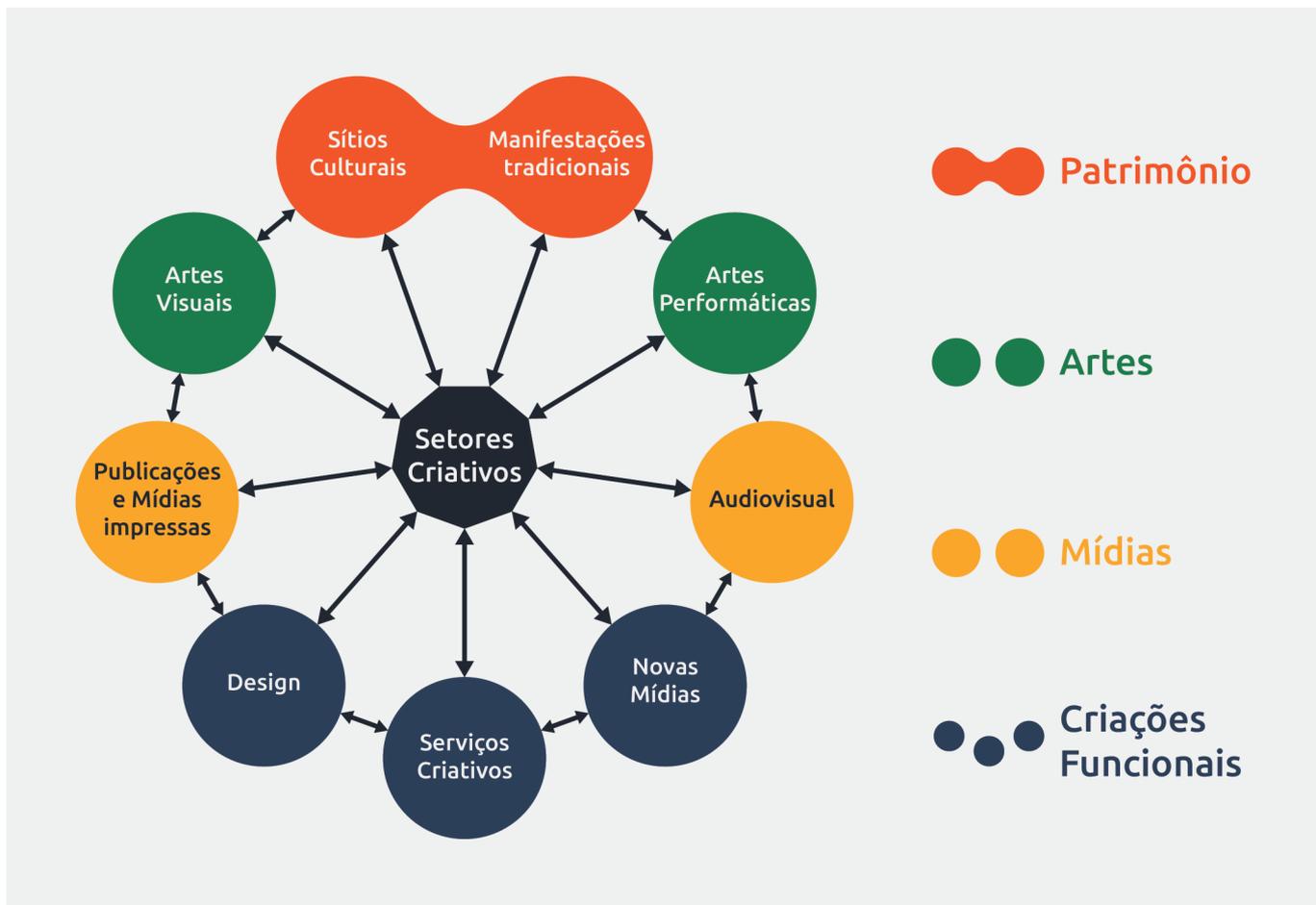


Figura 2 – Classificações dos Setores Criativos

Fonte: UNCTAD, 2008.

São apresentados os segmentos dos setores criativos e utilizada como base de comparação em relação às estatísticas e crescimento no âmbito nacional e internacional em relação às expressões culturais. E a classificação dos setores criativos foi criada pela UNCTAD, que produziu o primeiro e segundo relatório sobre a economia criativa onde foram destacadas nove áreas separadas em quatro setores como mostra a figura 2. (MINC, 2012)

Diante das tentativas de conceitos e aplicações do que vem a ser economia criativa e percebendo toda a dificuldade teórica de definição, este estudo adota pela simplicidade e objetividade as concepções de David e Reis em que a Economia Criativa se refere ao impacto de seus bens e serviços em outros setores e processos da economia e as conexões que ela estabelece com diversas atividades econômicas de uma região, um catalisador de relações e dinâmicas econômicas, e completamos isto com a capacidade de aproveitamento de recursos (materiais e saberes) alternativos e habilidades dos trabalhadores locais.

2.2. Possíveis Relações Entre Economia Criativa e o Desenvolvimento Econômico

O interesse dessa temática é abordar a questão no âmbito do desenvolvimento regional sustentável

e suas possíveis relações com a economia criativa. Assim, a discussão de conceitos individuais e amplos sobre as práticas harmonizará uma visão mais detalhada dos pontos abordados e a compreensão de possíveis relações.

Sobre desenvolvimento sustentável tem-se um conceito bastante amplo, resultado do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida da sociedade, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS E GARCIA, 1998, p. 205).

Definir um marco para pensar o desenvolvimento econômico é muito impreciso, poderíamos a nível de América Latina pensar sobre as concepções Cepalinas de Prebisch e Celso Furtado, dos pensamentos dos baianos Rômulo Almeida e Milton Santos sobre os diversos modelos e práticas para o desenvolvimento de países de economia tardia, periféricos ou em desenvolvimento no século XX.

A partir da Segunda Guerra Mundial, o termo desenvolvimento apesar das divergências existentes entre as concepções de declarações e conferências que sucederam nesse período ganha um contorno mais delineado, crescer economicamente, melhorar a qualidade de vida das pessoas e preservar os recursos naturais para as gerações futuras. O documento mais importante dessa época, no que tange as questões de desenvolvimento, é a carta das Nações Unidas, divulgada, em abril de 1945, na Conferência de São Francisco, nesse mesmo ano, a criação oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), composta inicialmente por 51 países, cuja finalidade primava pela manutenção e melhoramento dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo (BATISTA, 2002).

Existem controvérsias entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento que ainda não foi bem definida, como diz Scatolin (1989, pag.6);

Poucos são os outros conceitos nas ciências sociais que se têm prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização têm sido usados frequentemente como sinônimo de desenvolvimento. Em verdade eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos de realidade, pois o conceito prejulga indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

Os economistas visam a necessidade de criar um modelo de desenvolvimento que englobe os constatáveis econômico e social. Furtado (1961) critica veementemente o prisma econômico que restringe desenvolvimento apenas a melhorar a qualidade de bens e serviços por acordos de tempo de um determinado grupo, considerava desenvolvimento econômico como crescimento econômico com acompanhamento de melhorias do nível de vida e dependente das características específicas de cada país ou região.

O desenvolvimento econômico invoca um ritmo de crescimento econômico contínuo e superior ao desenvolvimento da população, fazendo com que tenham mudanças estruturais e melhorias

nos indicadores de qualidade de vida. É desta forma que o desenvolvimento passa a ser entendido como um consequente processo de crescimento. Desse jeito o crescimento é a chave para as soluções dos problemas humanos e para o desenvolvimento (SOUZA, 2010).

Em 1970 foi a data em que surgiu o termo “sustentabilidade”, e no final deste mesmo ano em meio as reuniões e comissões das Organização das Nações Unidas (ONU) o termo “Desenvolvimento Sustentável” foi posto em prática. O relatório de Brundtland foi extremamente importante para que este termo ganhasse força e visibilidade (VEIGA, 2010).

Diz Seiffert (2007, p.26), que o relatório de Brundtland foi:

Produto da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que abordou o desenvolvimento sustentável como aquele que utiliza os recursos naturais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades.

Foi com o surgimento do tema desenvolvimento sustentável, que se tornou possível aprofundar pensamento e discussões, a respeito de possíveis criações de outros desenvolvimentos aliados a pratica de conservação do meio ambiente, assim, foi inevitável a criação de outros desenvolvimentos, como o desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, desenvolvimento cultural e desenvolvimento geográfico (SEIFFERT, 2007).

O desenvolvimento social segue a ideia de um desenvolvimento sustentado por uma sociedade, a fim de que se tenha um equilíbrio na distribuição de renda, tornando-se cada vez mais uma sociedade igualitária, superando as diferenças entre os padrões de vida (SEIFFERT, 2007).

Segundo o pensamento de Seiffert (2007, p.30), a respeito de desenvolvimento econômico diz, “somente será alcançado por uma alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado”, sendo assim, nos permite dizer, tem de haver uma forma moldada de reconhecimento dos recursos naturais.

Desenvolvimento cultural visa não só a valorização do meio ambiente, junto a este aspecto, visa à questão da valorização em preservar a cultura local, fazendo com que não se tenha uma descaracterização de um modelo cultural existente durante muitos anos pela história (SEIFFERT, 2007).

Para Junqueira (2000) e Buarque (2005), o desenvolvimento local ou regional torna-se sustentável quando são levados em conta alguns aspectos como a mobilização e exploração das potencialidades sociais e contribuindo para a viabilidade e competitividade da economia regional, tendo como premissa a conservação dos recursos naturais locais (CORRÊA, 2011).

Buarque (2006), em citação menciona que o desenvolvimento regional sustentável pressupõe a qualidade de vida da população, a eficiência da economia e uma gestão pública que seja eficiente. O autor cita três pilares que norteiam o desenvolvimento regional: a governança, a organização da sociedade e a distribuição de ativos sociais. Para além o mesmo, corroborando por Junqueira

(2000), menciona que

[...] o desenvolvimento regional sustentável é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizado no tempo e espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso social futuro e a solidariedade entre gerações [...] (BUARQUE, 2006, p.67)

O desenvolvimento regional sustentável agrega valores que envolvem parâmetros e pressupostos que contribuem para o desenvolvimento sustentável de determinada região. Para (SACHS, 2004) o pressuposto cultural é importante para análise regional, pois busca das raízes dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção que facilitem a geração de soluções específicas para cada ecossistema e cultura local. Envolve-se por tanto, um relacionamento muito grande a respeito da cultura local, geralmente muito afetada pelas opções tecnológicas adotadas. Desse modo, evita-se a descaracterizações de um padrão cultural moldado durante anos pela história da comunidade, pois tal fato em geral induzirá sua desagregação e um processo de emigração. A introdução de valores ambientais através de um processo educacional efetivo molda o caráter de indivíduos ambientalmente sensibilizados, formando cidadãos completos (SACHS, 2004).

Fomentar a possibilidade de Desenvolvimento Regional Sustentável atrelado a economia criativa é de grande valia. Partindo do conceito de desenvolvimento regional sustentável – promover a reconciliação das atividades econômicas com a necessidade de proteger o planeta e assegurar um futuro sustentável para todos os povos – podendo assim classificar a economia criativa como um meio alternativo e próspero para esta proteção e prosperidade econômica da região (MORAES, 2011).

Mediante a definição de desenvolvimento regional sustentável, pode-se compreender e pensar algo novo a partir da economia criativa, indo muito mais além do termo criatividade. A conexão de desenvolvimento regional sustentável e economia criativa resultam na consolidação, na inclusão e melhorias nas condições de vida da população em geral, ou seja, promove um desenvolvimento socioeconômico-cultural de um município, região, estado e conseqüentemente de um país, que até então não havia se pensado e muito menos planejado essa (s) nova (s) possibilidade (s) de sustentabilidade socioeconômica (PLANO DA SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA. Políticas, diretrizes e ações. 2011 a 2014).

A ética da sustentabilidade é a solidariedade com as gerações futuras, pois elas apoiadas num tripé onde precisam estar em perfeito equilíbrio com a economia, o social e o ambiental. Preservar o meio ambiente para que as gerações futuras tenham o que temos hoje (BURZTYN. 2001). Deste modo a economia criativa tem um respeitável papel quando coloca o ser humano na condição promotor direto do desenvolvimento, baseados na criatividade, talento e habilidade individual incorporados na propriedade intelectual e envolvem as cadeias produtivas das indústrias culturais e suas imbricações (BEZERRA; CHACONE).

Economia criativa é um tema que abarca um vasto conjunto de atividades inseridas em quatro grandes áreas criativas: Consumo, Cultura, Mídias e Tecnologia, sendo um dos setores mais

enérgicos e abarcantes da economia global. Por possuírem características semelhantes entre seus segmentos, esta associação facilita tanto a leitura do comportamento das áreas e de seus segmentos ao longo dos anos, como também a identificação das habilidades das regiões e estados brasileiros (FIRJAN. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil).

É de extrema importância sinalizar que vários são os setores reflexos dessa nova dimensionalidade que a população ganha com os investimentos industriais, comerciais trazendo uma forte expansão de valorização e exploração no turismo, construção civil, educação e a criação de faculdades, públicas e particulares. Que por meio desta expansão sociocultural o desenvolvimento de uma região se torna autossustentável, com a disseminação da cultura regional ganha-se olhares, antes desatentos (BOURDIEU, 2009).

Quaisquer que sejam as antinomias que se apresentem entre as visões da história que emergem em uma sociedade, o processo de mudança social que chamamos desenvolvimento adquire certa nitidez quando o relacionamos com a ideia de criatividade. (FURTADO, 2008).

Atualmente existe um vasto mercado em que as ideias geniais valem dinheiro. Segundo dados das Nações Unidas, 8% do PIB mundial é gerado por negócios em torno de música, literatura, design, moda, desenvolvimento de softwares, artesanato. Esse patrimônio cultural é chamado de intangível, mas os ganhos obtidos por meio dele são bem concretos (ORAGGIO, 2016).

Apostar neste modelo de desenvolvimento não é algo futurista ou eloquente, uma vez que se tem mostrado resultados otimistas e crescentes em torno da economia criativa, atrelado e por trás do termo o fator desenvolvimento regional sustentável se torna sinônimo (FIRJAN. 2015).

Por fim, se torna de extrema importância realçar e reafirmar que a temática economia criativa está inteiramente interlaçada ao desenvolvimento regional sustentável, visto como as mudanças econômicas e em especial as novas tecnologias alteram as conexões entre a cultura (das artes ao entretenimento) e a economia, abrindo um leque de oportunidades econômicas baseadas em empreendimentos criativos (ITAÚ CULTURAL, 2014).

2.3. Segmento Literário: A Flica

O seguimento literário está situado dentro da economia criativa em aspectos do macro- categoria de livros e periódicos que tem como atividades associados livros, jornais, revistas e outros materiais impressos com classificação na categoria de mídias por meio de publicações, mídias impressas, tendo localização em bibliotecas e feiras literárias.

Apesar de ser um País com média de leitura de dois livros por pessoa ao ano (de acordo com a última pesquisa “Retratos da literatura no Brasil” de 2012, do instituto Pró-livro), o Brasil tem

apresentado um crescimento anual significativo no ramo literário através de Feiras, Salões, Festivais, Bienais e outros eventos literários em todo o território nacional. De acordo com o ministério da cultura o número de eventos do tipo passou de 257 em 2013 para pelo menos 320 em 2014.

Esses eventos têm crescido de tal forma que o público tem aumentado de maneira a rivalizar com bloco de carnavais. Autores avaliam que a importância dessas feiras não se resume a o fato de que o livro tem Público no País, mais serve também para retomar o debate sobre literatura por meio de interações entre leitores, autores, editores e pessoas ligadas à área e da possível retomada do interesse pela leitura.

Desde o ano de 2006 o BNDES já dedicou mais de 1,2 bilhões para financiar boa parte do mercado editorial. Parte considerável dessa quantia foi destinada a feiras e eventos literários, que juntamente com o sucesso de Feiras como a Feira internacional de Paraty atualmente na 13ª edição tem sido o motivo dessa proliferação de feiras literárias. O sucesso dessa feira (Paraty) tem sido tão grande que mesmo o nome da feira tem sido adaptado em outros eventos como a Fliparanapiacaba, em Santo André, São Paulo, ou a Flimar em Marechal Deodoro, Alagoas, cada um com seu atrativo particular. A Feira Literária Internacional de Cachoeira acontece dentro de um convento por exemplo.

Obviamente nem tudo são flores com esses eventos, pois há muitos mal organizados e com o objetivo único de apenas arrecadar recursos governamentais. Mas a grande força desses eventos é a capacidade de interagir as diversas culturas existentes tanto nacionais com internacionais através de músicas, teatros, histórias e pela aproximação do livro com o potencial leitor, desta forma vai se quebrando as barreiras contra a leitura, que deixa de ser vista como uma tarefa chata e escolar para passar a ser vista como realmente é: o aprendizado mais divertido possível.

O governo tem um grande desafio que é combater a concentração desses eventos no eixo Rio-São Paulo e Sul e fazer com que esses eventos sejam mais presentes no Norte Nordeste, ou seja promover uma descentralização, para que dessa forma o livro chegue mais perto do leitor em todo o território nacional.

No que tange o recorte estadual, a Bahia possui 29.234 profissionais vinculados a produção criativa, porém, somente 1.405 estão no segmento literário, aproximadamente 4,81%. A faixa salarial desta fatia baiana está entre 2.908 reais (FIRJAN, 2014).

Ainda que a Bahia seja um campo com regiões de características ricas em diversidade sócio-político-culturais, os dados são superficiais. Muitos empreendedores existem de forma desconhecida, atuando ainda de forma alternativa como as editoras de cordéis, quadrinhos e gráficas que funcionam como editoras. Segundo Cristina Pereira de Carvalho (coordenadora do sistema de informações e indicadores culturais) faltam estatísticas governamentais sobre indústrias criativas e reconhecer a importância de produções estatísticas nacionais é uma condicionante para o desenvolvimento do setor (OLIVEIRA, GALVÃO E SEIDEL, 2014).

O plano estadual do livro na Bahia atua no desenvolvimento da economia do livro com o objetivo de, além de incrementar e apoiar a rede produtiva do livro, fomentar a produção de indicadores

sobre a situação do livro e da leitura na Bahia. Mas para desenvolvê-las e criar linhas de apoio para financiamento de livros como consta no plano é necessário mapeamento e diagnóstico mais profundos (OLIVEIRA, GALVÃO E SEIDEL, 2014).

As bienais, feira e festas literárias são importantes espaços de circulação de livros, autores e editoras que acabam fomentando, apesar de forma efêmera, porém real, a cultura literária na Bahia. São exemplos de eventos na região a Bienal do Livro na Bahia (em Salvador), a Festa Literária de Cachoeira (FLICA, evento de porte internacional), Feira do Livro em Feira de Santana (em sua oitava edição), Feira Itinerante (organizada pela Editora da Universidade do Estado da Bahia) e a I Festa Literária Internacional da Chapada Diamantina (IBDEM).

A FLICA, como entidade empresarial, é formada pelas empresas: Cali Cachoeira Produção e In Content; realizou seu primeiro evento nos dias 11-16 de Outubro de 2011 na cidade de Cachoeira.

Cachoeira, uma das mais valiosas joias do patrimônio histórico brasileiro, com lindos casarões, igrejas riquíssimas e um belo ecossistema natural. Situada no Recôncavo Baiano, às margens do Rio Paraguaçu, a cidade teve seu apogeu econômico nos séculos XVIII e XIX, quando seu porto era utilizado para escoamento da produção de açúcar e fumo para a Europa. A capacidade que teve de centralizar em si, uma estrutura econômica, social e cultural do século XVI em diante, faz da pequena província um importante centro da cultura afro-brasileira. Nesse sentido, na perspectiva de conservar o processo sócio histórico dos efeitos produzidos pela dialética entre o “velho e o novo”, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1970 lança as bases legais para a manutenção e preservação da princesinha do Recôncavo com seu tombamento em 1970 (ASCOM; IPHAN, 2009).

As margens do rio Paraguaçu, o município de Cachoeira foi construído tendo como aparato para seu desenvolvimento econômico: posição privilegiada para o incremento de um entreposto para a comercialização de mercadorias, tanto por rio quanto por terra; solos férteis para a produção de cana-de-açúcar, fumo e produtos de primeira necessidade e atualmente, ainda tem um potencial turístico, histórico e cultural muito forte com grande repercussão em nível nacional e internacional.

Atualmente a cidade de Cachoeira é palco de um dos eventos mais significativos do ramo literário, A Feira Literária Internacional de Cachoeira. Instituída a partir da iniciativa de seus sócios, a FLICA surgiu através de um sonho. A ideia surgiu na intenção de fazer uma feira literária em uma cidade histórica com potencial turístico, aconchegante, a fim de tornar ainda mais atrativa as belezas históricas da cidade, e como tinham contatos e uma abertura maior em Cachoeira, resolveram realizar o evento nessa cidade. A feira de livros é composta por setores criativos reprodução e produção de conhecimento, talento individual, aproveitamento de insumos primários de produção, com potencial de geração de riqueza cultural, econômica e social.

AFLICA-Festa literária Internacional de Cachoeira é um projeto cultural que traz autores e escritores locais, nacionais e internacionais com relevância independente do tema. Os autores e escritores internacionais normalmente são reconhecidos e trazidos de acordo com os temas propostos. Durante a festa faz-se debates com autores que tratam do assunto proposto e com pensamentos divergentes sobre os mesmos assuntos com a finalidade de fomentar o conhecimento e permitir ao público um pensamento mais crítico. E como não podia faltar, há uma segmentação para o

público infantil - Fliquinha. Além disso, a FLICA traz projetos culturais com shows e apresentações artísticas locais e nacionais, chamada Varanda Cultural.

FLICA é um evento cultural/editorial gratuito que divulga sua marca e atividades através de seu site (www.FLICA.com.br) e redes sociais, acontece em três pontos principais na cidade, na Praça Aclamação, a Fliquinha é no cinema e o outro ponto fica na Igreja do Carmo. Durante o evento, as empresas participantes vendem produtos.

Os sócios procuram abarcar no evento as manifestações culturais dos artistas e autores, os mais famosos locais fazendo a ligação entre os artistas regionais, nacionais e internacionais. Com o evento há um grande movimento na economia da cidade, trazendo consumidores para Cachoeira.

Assim, há a manutenção e divulgação da cultura local através do aumento da visibilidade da cidade, apresentação das atividades culturais existentes e giro na economia da cidade. Com o passar dos anos a FLICA tem se tornado um evento referência na cidade e abrangido um número crescente de pessoas participantes.

3. ASPECTOS MACROECONÔMICOS DE CACHOEIRA- BA

Este estudo discute o impacto da FLICA na economia de Cachoeira, na geração de emprego e renda, no desenvolvimento social e econômico, na qualidade de vida das pessoas, e como a produção/riqueza está sendo dividida com a população local. Esses pontos constituem indicadores macroeconômicos. Dentre esses grandes agregados, os que usaremos como parte desse estudo serão renda, preços, taxa de emprego e taxas de juros.

A Macroeconomia é o ramo da teoria econômica que trata da evolução da economia como um todo, analisando a determinação e comportamento dos grandes agregados, como renda e produto nacionais, investimento, poupança e consumo agregados, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balanço de pagamentos e taxa de câmbio (VASCONCELLOS, 2010, p.187).

Podemos entender renda agregada, de acordo com Lopes e Vasconcellos (2000), como a “remuneração dos fatores de produção na economia. São salários, juros, lucros e aluguéis”.

Quanto ao nível geral de preços, analisaremos a inflação, que segundo Vasconcellos (2011), é “um aumento contínuo e generalizado do nível geral de preços. A inflação é um processo, e não altas esporádicas de preços”.

Para a taxa de juros, Hall e Taylor (1989) afirmam que “é o que os credores cobram por unidade monetária emprestada por ano, expressa como um percentual”.

Para contextualizar os conceitos expostos, segue alguns dados estatísticos macroeconômicos do IBGE, sobre a cidade de Cachoeira- BA:

População estimada 2015 ⁽¹⁾	34.535
População 2010	32.026
Área da unidade territorial (km ²)	395,223
Densidade demográfica (hab/km ²)	81,03
Código do Município	2904902

Tabela 1 – Dados Geográficos de Cachoeira

Fonte: CPTEC (2016)

Censo Demográfico 2010		
População residente	32.026	Pessoas
População residente urbana	16.387	Pessoas
População residente rural	15.639	Pessoas

Tabela 2 – Dados Demográficos 2010: População Urbana e Rural

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Salários e outras remunerações	54.692	Mil Reais
Salário médio mensal	1,7	Salários mínimos
Número de empresas atuantes	537	Unidades

Tabela 3 – Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2013

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2013.

Receitas orçamentárias realizadas	51.220
Receitas orçamentárias realizadas – Correntes	51.120
Receitas orçamentárias realizadas – Tributárias	3.201

Tabela 5 – Finanças Públicas 2014

Fonte: Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional, In: IBGE.

PIB a preços correntes	265.347 mil reais
PIB per capita a preços correntes	8.222,73 reais

Tabela 6 – Produto Interno Bruto dos Municípios 2012

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística.

Segundo as fontes do IBGE apresentados, representam o desenvolvimento macroeconômico de Cachoeira, no censo de 2010 e as estimativas para 2015, seguido dos dados demográficos sobre

a população urbana e rural, as estatísticas do cadastro central de Empresas em 2013, sobre as finanças públicas em 2014 e dados sobre o produto interno bruto dos municípios em 2012.

4. RESULTADOS ANALISADOS DA FLICA

O Objeto de estudo é entender o desenvolvimento da cidade de Cachoeira e perceber a contribuição da FLICA – Festa Literária Internacional de Cachoeira nesse processo, uma vez que o evento tem se tornado de grande porte se tratando de feira literária, a primeira impressão do evento é impactante devido a sua abrangência nas diversas atividades encontradas onde é apresentada uma nova Cachoeira em relação ao que os moradores estão acostumados a viver, a Cidade se apresenta em sua totalidade em beleza histórica, Cultura, arte, gastronomia, entretenimento e diversão, atraindo os turistas de diversas partes. Deste modo percebe-se que falta uma maior aproximação entre o evento e os empreendedores locais, em especial os trabalhadores informais que atuam no setor criativo. A cidade de Cachoeira é riquíssima se tratando de história e patrimônios culturais o que atrai ainda mais pessoas para o evento da Feira, e isso é muito bom para o evento, porém pouco beneficia a cidade e sua população como um todo, já que há pouca interação com a população e empreendedores locais, e ao fim do evento a cidade volta a sua rotina normal sem maiores legados de benefícios para o desenvolvimento da mesma.

Na pesquisa se obteve dados sobre o impacto causado pela FLICA aos empreendimentos de cachoeira sendo observados alguns indicadores econômicos. Abordando os setores hoteleiros, restaurantes, bares, mercados e farmácias, com o intuito de descobrir sobre o aumento de preços dos produtos, do estoque, das vendas, de onde são os fornecedores, a quantidade de empregos geradas durante o evento, as formas de contrato, o aumento na carga horária, os benefícios gerados para os funcionários, e a área de abrangência da geração de empregos.

Dentre os setores analisados estão os de hotéis, bares, restaurantes, supermercado e farmácia, sendo estes o que mais sofreram impacto, principalmente o setor Hoteleiro, que durante o período da FLICA ocupou 100% dos leitos e tiveram um aumento de aproximadamente 45% no preço de seus serviços devido à alta demanda, o que levou 75% dos hotéis a aumentar em média 125% seus estoques para atender a essa procura. Resultado de toda essa demanda durante o evento foi o aumento significativo de 120 % nas vendas. Essa movimentação econômica gerada pelo setor hoteleiro foi positiva para o crescimento econômico local, pois 75 % dos estoques vieram de fornecedores locais e também gerou de dois a quatro empregos temporários por hotel.

Outro setor que também sofreu impacto econômico positivo durante a FLICA foi o de restaurantes. Esse é um setor que tem uma grande demanda nessa época do ano, mas mesmo assim apenas 33% dos restaurantes optaram por aumentar os preços dos seus produtos. De todos os setores pesquisados esse foi o que apresentou o maior percentual de vendas durante o evento chegando a uma média de aproximadamente 127% em relação ao normal. Com esse aumento

significativo na demanda por seus produtos, os restaurantes sentiram a necessidade de aumentar seus estoques, e esse aumento foi de 97% no geral, e 100% dos fornecedores foram de cidades vizinhas. Dentre os entrevistados 50% tiveram que contratar mais pessoas durante o evento para atender a demanda, e em média foram gerados mais de 20 empregos temporários nesse setor, e este foi o que mais gerou empregos nesse período sendo 84% desses empregos foram para pessoas da cidade de cachoeira e 16% foi destinado a cidades vizinhas.

Nos bares apesar da grande procura por seus produtos os preços em sua maioria não sofreram grande alteração, já que 80% mantiveram seus preços normais. A procura por esses produtos durante a festividade gerou um aumento de mais de 100% nas vendas o que levou a um aumento de aproximadamente 105% de seus estoques, sendo que 80% desses estoques vieram de cidades vizinhas. Esse setor gerou cerca de 10 empregos temporários, sendo 80% da própria cidade e 20% de cidades vizinhas.

No setor de mercados o preço não sofreu alteração em nenhum deles, apenas manteve o preço costumeiro, apresentando um aumento de 30% nas vendas e menos de 50% aumentaram seus estoques. Dentre os que aumentaram seus estoques 80% buscaram fornecedores das cidades vizinhas e dentre os pesquisados apenas um mercado contratou 3 funcionários temporários sendo a maioria da cidade cede do evento.

Dentre todos os setores pesquisados o que menos sofreu impacto econômico durante o evento foi o setor farmacêutico. Os preços de seus produtos não foram alterados e teve o índice mais baixo de vendas em relação aos outros setores que foi de aproximadamente 15%. Devido à baixa demanda por seus produtos apenas 20% das farmácias aumentaram seus estoques em média 25% além do normal e em sua maioria de fornecedores de cidades vizinhas. Devido à demanda não alterar muito durante a FLICA os farmacêuticos não sentiram a necessidade de contratar mais funcionários nesse período.

Mesmo com a elevação dos preços por parte de alguns empreendimentos que acham uma oportunidade de movimentar o seu negócio, devido a cidade de Cachoeira ganhar uma maior visibilidade nesse período do ano, o aumento nas vendas foi significativo como mostra o gráfico a seguir:

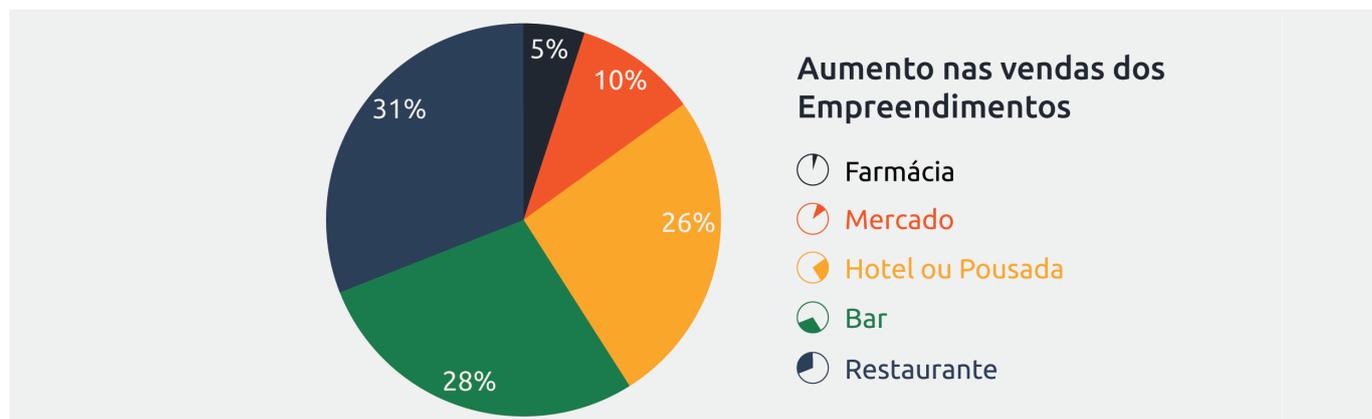


GRÁFICO 01 – Aumento nas vendas dos empreendimentos

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Com o aumento nas vendas, os estoques dos empreendimentos aumentou para atender a alta demanda esperada nessa época do ano, alcançando fornecedores principalmente das cidades vizinhas movimentando o desenvolvimento regional. Esse crescimento nas vendas apresenta apenas um momento passageiro durante apenas uma semana. Os Sócios-Responsáveis pela FLICA apresentam uma demanda de empregos de 200 a 300 pessoas o que varia a cada ano pois as proporções são sempre maiores, sendo essa geração de emprego de caráter formal e muitas vezes informal já que em sua maior parte são freelancers, e grande parte das vagas de emprego não é gerada para moradores da cidade. Para melhor entender sobre característica informal, abordamos um conceito apresentado por Queiroz onde;

A economia informal é um reflexo visível das transformações na economia mundial geradas pelo sistema produtivo capitalista. Ela assume diversas faces a depender de onde está inserida. O termo “informal” surgiu pela primeira vez, ligado a economia e relações de trabalho, numa pesquisa realizada pela organização Internacional do trabalho (OIT), no final dos anos 60, em países de desenvolvimento tardio. (QUEIROZ, 2012, p. 25)

Os resultados obtidos apresentam o benefício que foi gerado pela FLICA a alguns empreendedores locais, os quais tiveram um aumento significativo nos preços tendo em vista uma oportunidade de lucrar mais com o evento, o aumento das vendas nesse período se dá mais nos restaurantes, bares e hotéis que por sua vez tem um período fantástico tendo em vista que durante outros períodos do ano o fluxo de turistas na cidade é bem menor. A Cidade como um todo por sua vez não se beneficia tanto pois não se percebe uma mudança no desenrolar da economia, o trabalhador informal continua informal, não tendo um crescimento significativo na economia criativa.

A criatividade é percebida em todas as partes da FLICA, uso de recursos naturais para produzir utensílios, decorações, roupas, brincos, objetos de artes e quadros. Em entrevistas a diversos barraqueiros identificou-se a produção sendo exercida de forma solidaria. As barracas de economia solidaria até o ano passado ficava fora do circuito da FLICA o que foi uma queixa dos artesãos. Em 2016 felizmente abriram espaço ao lado da praça do canhão onde foram colocadas 30 barracas de economia solidaria, as barracas padronizadas foram cedidas por um projeto do governo Estado da Bahia, da secretaria de trabalho, emprego, renda e transporte chamado “vida melhor”, que faz parte do Centro Público de economia solidaria da Bahia, o qual é situado em Cachoeira.

A solidariedade ela se dá na produção quando eles produzem em conjunto aproveitam coletivamente compra e na produção de materiais. Na comercialização cada barraca atua individualmente, não há distribuição do lucro. O processo de solidariedade não completa o ciclo.

Em relação ao projeto “vida melhor” SETRI, abre espaço para exposição em diversos eventos do governo do estado, apoio técnico, linhas de créditos, treinamento e ainda há a possibilidade desde que articulados com a SESOL a qual possui mais de 300 cadastrados em salvador tendo uma loja no shopping e 27 cadastrados no recôncavo. Quando há algum evento como por ex: O da FENAGRI que acontece anualmente, onde os artesões cadastrados são comunicados, o qual é disponibilizado o espaço para exposição, caso não tenha um representante outro artesão apresenta o produto dos demais fazendo uma escala entre eles. Se for cooperativas o lucro é

dividido em partes iguais, se for grupo como cada um recebe o valor dos seus produtos vendidos. A FLICA recebe expositores de Salvador, Feira de Santana, Quilombola e outros, em relação as vendas referentes as barracas de economia solidaria em 2016 foram razoáveis, não chegou a alcançar as expectativas.

As barracas da economia solidária ficavam no jardim do palanque fora do circuito, em 2016 foi cedido espaço dentro do circuito do evento, e de acordo com os expositores melhorou muito, pois antes ficava muito recuado na edição de 2016 puderam ficar mais perto de onde o fluxo de pessoas é maior.

Em entrevista com expositores da UFBA, UNEB, UEFS na FLICA em 2016 descreveram sua participação no evento, desde a alocação do espaço a suas atividades durante o processo, de acordo com os representantes dos estandes, foi pago ao convento pela utilização do espaço e colocaram o nome de LDM, e as pequenas exposições alternativas se espalharam por espaços descentralizados alternativos de Cachoeira; Na LDM exposta em Cachoeira no convento, não existe uma política de vale e nem desconto, sendo um desconto de 10% para professor, mas na loja em Salvador.

As empresas privadas monopolizam os melhores espaços, vendem, não empregam pessoas locais, a literatura não é praticada na comunidade local. Em 2016 já mudou muita coisa, como por exemplo na mesa se viu os filhos da terra diferente de 2015 que era uma literatura europeia diferente do contexto da cidade, uma literatura estrangeira, elitizada e de origem branca.

O espaço de comercialização dos livros é pago pelas livrarias que expõem, A FLICA mudou muito no aspecto de autores e temas, mas em termos de livros para agregar não. Entre os entrevistados foi apontado a falta de integração entre os espaços de exposição da literatura, em parte a grande concentração ficou com uma livraria privada que a impressão que se tem é vem, vende, pega o lucro e leva. As outras exposições são da UFBA e algumas exposições alternativas e baianas ficam arrumando “cantinhos” para poderem participar e fazer a exposição. Sendo citados exemplos de algumas Feiras literárias que proporcionam um incentivo maior a leitura através de desconto para professores e alunos de escola pública, política apontada pelos entrevistados que não se percebe um incentivo pelo governo do estado e nem pelas empresas participantes um estímulo para incentivar a leitura e o comercio literário.

Os Expositores apresentaram alguns pontos que acreditam ser importantes para melhorar dentro do evento para os próximos anos; Tendo como fundamental a integração com as editoras, com os autores individuais, o pessoal do cordel, da própria cidade, isso tem que ser explorado, reforça um dos expositores, pois se tem autores maravilhosos locais que não participam, se temos livros da UFRB daqui que não são expostos, as livrarias de fora monopolizam o local, a comunidade deveria ter seu espaço.

O que se percebe é que é um evento que deixa a desejar no ramo literário e que deixa de fora a comunidade, ou seja, é mais um evento para o turista, não um incentivo para a prática da leitura da comunidade, não existe um retorno social para a comunidade a não ser o comércio que acontece de forma natural. Tornando marcante que o espaço é monopolizado para algumas editoras ganharem dinheiro e expor os seus produtos e fora isso ganham bastante destaque, sendo o

lado positivo do evento as manifestações culturais que acontecem na praça e que esse ano foram pequeníssimos, foi tirado praticamente tudo, teve muita pouca coisa esse ano. Da cidade mesmo não teve manifestações culturais, a programação reduzida foi apontada como o cenário da crise, tendo um orçamento mais reduzido.

Em relação a exposição na edição de 2016, os autores locais e regionais ficam espalhados na rua. Inclusive teve uma escritora de cordel que veio colocou aqui dentro pediu espaço para colocar, mas ela ficou foi do lado de fora, na rua, foi posta para fora pelos organizadores e a estante ficou vazia, ela é de Salvador mais é bem conhecida. A Própria pessoa da organização disse que já tinha um estante para cada editora, mas que aquela não estava aí colocou ela para fora, ela chorou e tudo mais e foi bem constrangedor e como estava chovendo ela foi embora, as pessoas que visitavam o evento estavam procurando por cordel, e não teve cordel.

No último dia, ao meio dia, a livraria da FLICA já está fechada, e a impressão que se tem é que para o tamanho da FLICA percebemos que questão de ser intitulada como Festa literária deixa a desejar, porque na verdade o que se tem é uma grande livraria comercial, se tem a livraria local, e algumas barracas espalhadas na rua vendendo livros alternativos. Sendo assim mais uma festa de entretenimento, sem um enfoque mais enfático na literatura, onde as pessoas vêm para conhecer a cidade e participar dos shows e atrações musicais de uma arena que é montada para a recitação de poemas e manifestações culturais muito interessantes com um brilho muito grande, mas para receber o nome de Festa literária ainda está um pouco desproporcional.

A cidade de Feira de Santana Ba, realiza uma feira do livro onde são bem mais estruturados e recebem um público contingente e que possui um estímulo a leitura onde estudantes de escola pública, professores de escola pública recebem um vale livro de R\$ 50,00 e fazem trocas de livros e doações, o detalhe talvez da fama de cachoeira seja o glamour da cidade de Cachoeira por ser uma cidade histórica e cultural onde há todo um contexto história fortalecendo e dando força ao evento.

Outro ponto a se questionar em Cachoeira é sobre o ciclo econômico no comércio em que vários empreendimentos que não aceitam cartão, tem dificuldades de troca, pessoal arranjado de última hora que não sabe atender, falta de equipamentos, falta de suprimentos, falta de alimentação, falta de produtos, na verdade falta qualidade no atendimento e falta treinamento para atender os turistas e isso é muito crítico, falta empreendedorismo e organização para atender. Pessoas esperando para comer, outras não consegue comer. Culinária boa, mas atendimento difícil. Vários pontos sem mesa para sentar, enfim atendimento muito precário o que proporciona uma má fama do desenvolvimento econômico e de empreendedorismo para a cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A FLICA ao contrário de outras festas literárias e feiras de livros da Região e do país não é uma organização pública com fins claramente sociais. É uma atividade desenvolvido por uma empresa privada com fins lucrativos que usa o nome de Cachoeira, o incentivo municipal e patrocínio com uso da história da cidade, sem clareza de pagamento de taxas e nem de contrapartida pelo uso do espaço público. O trabalho identificou que a FLICA gera um fluxo de pessoas significativo durante o evento na cidade e que esse fluxo de pessoas vindas de várias partes do mundo movimentam a economia da cidade, e que de forma mais direta beneficiam alguns ramos de empreendimentos, tais como: restaurantes, bares e hotéis que foram, dentre os pesquisados os empreendimentos que mais se beneficiam com o evento. O desenvolvimento da cidade de Cachoeira a partir da economia criativa em grande parte é formado por uma cultura informal devido aos aspectos culturais, uma vez que não se geram um incentivo de se tornar formal. Os informais surgem devido a necessidade de emprego formal que é de grande escassez na região.

A FLICA proporciona um momento de movimentar esse ciclo econômico atraindo turista para a cidade, mas quem realmente ganha com isso são os envolvidos com o evento já que parte da mão de obra do evento vem de fora. Sendo financiada por patrocinadores que geralmente são empresas de grande porte que vem a oportunidade de visualização da sua marca. O evento tem se tornado cada vez maior e com dimensões maiores a nível nacional e internacional atraindo a cada ano mais os olhares de pessoas de diversas partes do mundo. Um evento desse porte pode contribuir de uma maneira muito mais eficaz e significativa para o desenvolvimento da cidade de Cachoeira, oportunizando os empreendedores criativos a desenvolverem suas habilidades e exporem isso de forma mais visível e formal. Um evento como esse não pode se limitar apenas nos aspectos históricos de um passado distante e explorar isso de forma a alcançar seus próprios objetivos, mas também contribuir para o bem-estar e o desenvolvimento da cidade e da população Cachoeirana.

A partir da contextualização inicial nos enfoques apresentados por David e Reis, se obtém uma concepção clara das atividades exercidas durante o período da FLICA, visando o crescimento econômico da cidade de Cachoeira-BA de maneira representativa durante esse período, contemplando a capacidade de aproveitamento de recursos (materiais e saberes) alternativos e habilidades dos trabalhadores locais.

Assim urge à necessidade de reflexões por parte de governos, da sociedade e de empreendedores na construção de políticas e ações dando mais atenção à novas profissões e a economia colaborativa-criativa. Sendo interessante a criação de um conselho que representasse os comerciantes formais e informais de Cachoeira em relação não só à FLICA, mas ao fomento da exploração cultural e turística na cidade, tendo uma comunidade cultural mais ativa, envolvida na organização de modo que a comunidade local se envolva diretamente com o evento.

REFERÊNCIAS

- ASCOM, Assessoria de Comunicação. **IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Cachoeira 14 mai. 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal>> acesso em: 25 abr. 2015.
- BAHIA, Governo do Estado. Secretaria de Cultura. IPAC. **Festa da Boa Morte**. / IPAC. Salvador: Fundação Pedro Calmon; IPAC, 2010. 122p. : il. – (Cadernos do IPAC, 2.
- BALDIM, Sabrina Rafaela. **“Turismo Cultural em Cachoeira (BA): Os grupos artístico-culturais”**. Disponível em: <<http://www.rosana.unesp.br/Home/graduacao/turismo4761/revistadiologandonoturismo5272/v1n4a5.pdf>> acesso em 23 abr. 2015.
- BEZERRA; CHACON. **A Economia Criativa Como Estratégia Para Desenvolvimento Sustentável CULTURAL**, ITAÚ. **Economia Criativa, Como Estratégia de Desenvolvimento: Uma Visão dos Países em Desenvolvimento**.
- FIRJAN. **A Cadeia da Indústria Criativa no Brasil**. Maio de 2008 e 2011;
- FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. 2012.
- FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. 2014.
- FONSECA REIS, Ana Carla. **Economia Criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú cultural, 2008.267p.
- FURTADO, Celso. **O desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.
- HALL, Robert E. TAYLOR, John B. **Macroeconomia: teoria, desempenho e política**. 3ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: < www.ibge.gov.br. > Acesso em: 19 nov. 2015.
- LOPES, Luiz Martins. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de Economia: nível básico e nível intermediário**. 2ed – São Paulo: Atlas, 2000.
- MINC. **Ministério da Cultura, Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**. 2. Ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.
- MORAES, Lucchesi Júlio. **Temas, Conceitos e Desafios da Economia Criativa**. 2011.
- OLIVEIRA, Galvão e Seidel. **Dinâmicas da economia criativa do livro na Bahia**. In: ANTARES, Vol. 6, Nº 12, jul/dez 2014.
- OLIVEIRA, Leila. **Reflexos da implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) na economia de serviços do município de Cachoeira**. Salvador: 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/>>. Acesso em: 08 out. 2015.

ORAGGIO, Liliane. **Economia Criativa: Ideias que Valem Ouro.**

PAVANELLI, Rossana. **Economia Criativa: Práticas observadas no Brasil, à luz do modelo Chinês de indústrias criativas reflexões iniciais.** Hong Kong, 2011-2012. Disponível em: <Sagres.Org.br/artigos/modelo_chines.pdf.> acesso em 21 abr. 2015.

QUEIROZ, Francisco Alves. **O Simples Nacional e a Informalidade: O caso do Mercado de Bebidas de Feira de Santana (BA).** Salvador, 2012.

REIS, Ana Clara Fonseca. **Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento / organização.** – São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 267 p.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento - um sistema para o Estado do Paraná.** Porto Alegre, 1989.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernadini. **Gestão Ambiental- instrumentos, esferas de ação e educação ambiental.** São Paulo: Atlas, 2007.

SIQUEIRA, Sérgio. **Cachoeira na FLICA: veja a movimentação de visitantes e populares em festival literário.** Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.ibahia.com/>. Acesso em: 08 out. 2015.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico.** Ed: 6º, 2010.

UNCTAD, **UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT.** Creative economy report 2008: the challenge of assessing the creative economy towards informed policy-making. Genebra: 2008. Disponível em: http://unctad.org/en/docs/ditc20082cer_en.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2015.

VASCONCELLOS, Marco Antônio; GARCIA, Manuel Enrique. **Fundamentos de Economia.** São Paulo, 1998.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia: Micro e Macro: teoria e exercícios, glossário com os 300 principais conceitos econômicos.** 4ed. 8 reimp. – São Paulo: Atlas, 2010.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia: Micro e Macro: teoria e exercícios, glossário com os 300 principais conceitos econômicos.** 5ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

VICTORIANO, Vinícius. **Você já ouviu falar em economia criativa?** /28, nov. 12. Disponível em:<<https://endeavor.org.br/voce-ja-ouviu-falar-em-economia-criativa>> acesso em 21 abr. 2015.

Adriano Feitosa

adrianobritofeitosa@gmail.com

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário São Lucas (2011). É graduando em Teologia pelo Seminário Latino Americano de Teologia da Bahia. Pós Graduado Lato Sensu em Direito Constitucional, pela Universidade Anhanguera-Uniderp (SP). Pós Graduado Lato Sensu em Advocacia Trabalhista, pela Universidade Anhanguera-Uniderp (SP). Pós Graduado Lato Sensu em Relações Pessoais e Gestão de Conflitos, pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA). Atualmente é professor - Faculdades Adventista da Bahia e advogado - Ordem dos Advogados do Brasil. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2017
Caderno Especial

A CONSTITUCIONALIDADE DA NÃO SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS DO ESTRANGEIRO NÃO RESIDENTE NO BRASIL

RESUMO

O artigo refere-se à análise quanto à aplicação das penas restritivas de direitos, elencadas no art. 43 do Código Penal (CP), ao estrangeiro não residente no Brasil. O fato do estrangeiro condenado a pena privativa de liberdade, ser despido de residência, no território nacional, gera incertezas quanto à efetiva execução da pena contra si prolatada. O objetivo do trabalho foi analisar se a negação à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito ao estrangeiro não residente no Brasil fere direitos fundamentais do estrangeiro infrator. A pesquisa tem natureza aplicada, por meio do método exploratório, através do procedimento de pesquisa bibliográfica. Para tanto, demonstrar-se-á que o fundamento constitucional para a negação da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito é a soberania. A fim de alcançar melhor compreensão serão abordados os aspectos histórico e hierárquico dos direitos fundamentais e perquirir-se-á a questão da relatividade e quem são os destinatários dessa espécie de direito. Na sequência, serão analisadas duas decisões, de tribunais distintos, que negaram a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito ao estrangeiro não residente. Por fim, serão analisadas as penas restritivas de direito do art. 43 do CP e far-se-á diferenciação entre às que se adéquam, e não se adequam, à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito do estrangeiro não residente. Concluiu-se que, negar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito não fere os direitos fundamentais do estrangeiro não residente no Brasil.

Palavras-chave:

Soberania. Direitos fundamentais. Pena privativa de liberdade. Penas restritivas de direito. Estrangeiro não residente.

FEITOSA, Adriano. **A constitucionalidade da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos do estrangeiro não residente no Brasil.** *Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 10, n. 5, p. 38 - 54, nov. 2017.*

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, diuturnamente, há o ingresso de estrangeiros não residentes. Tais estrangeiros adentram no território nacional com diversas finalidades, dentre as quais a de cometer crimes. Por esse motivo é necessário que existam mecanismos que confirmem a soberania brasileira, no sentido de fazer valer a sentença penal condenatória prolatada em desfavor deste estrangeiro não residente.

Uma das alternativas a fim de alcançar esse objetivo é a não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, tendo como principal argumento a ausência de residência no Brasil, motivo que suscita a inviabilidade do efetivo cumprimento da pena.

Contudo, questiona-se se o ato de negar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva direito do estrangeiro não residente, cerceia o direito fundamental do estrangeiro ter sua pena individualizada, direito insculpido no art. 5º, LXVI da Constituição Federal (CF).

A pesquisa demonstrará, por meio da análise do instituto da soberania e do estudo dos direitos fundamentais, que quando o Estado nega tal substituição, está fazendo valer seu poder soberano e impedindo que haja desrespeito à uma sentença penal condenatória. Em outras palavras, o Estado está a exercer o seu direito de punir.

Demonstraremos ainda, que nem todas as penas restritivas de direitos do art. 43 do CP, devem ser negadas ao estrangeiro não residente, há algumas espécies de penas restritivas que podem ser aplicadas ao estrangeiro não residente.

2. METODOLOGIA

A natureza da pesquisa é aplicada, pois tem a finalidade de gerar conhecimentos para aplicação prática, com a finalidade de solucionar problemas específicos. Conforme ensina McBride (2013) *apud* Moura (2014), pelo fato da pesquisa aplicada investigar problemas reais, seus pesquisadores estão frequentemente preocupados com a validade externa de seus estudos, observam os comportamentos a serem aplicados a situações reais. Estes pesquisadores tem o intento de aplicar seus resultados em problemas que envolvem indivíduos que não são participantes de seu estudo.

Quanto ao objetivo o método utilizado será o exploratório. De acordo com Gil (2010) este tipo de pesquisa tem a finalidade de proporcionar maior proximidade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A maioria destas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado ou análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Referente ao procedimento o caráter do trabalho é de pesquisa bibliográfica que para Fonseca (2002) realiza-se a partir do levantamento de bases teóricas já perscrutadas e publicadas em meios eletrônicos e escritos.

3. SOBERANIA: FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA NEGAÇÃO DA NÃO SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS DO ESTRANGEIRO NÃO RESIDENTE NO BRASIL

Antes de ingressar no estudo da soberania é importante trazer à baila o conceito de Estado, pois como leciona Maluf (2010) a correta compreensão do conceito de soberania está ligada ao fenômeno do Estado. Deste modo, de acordo com Mazzuoli (2009) Estado, em sua concepção jurídica moderna, é um ente jurídico, que possui personalidade internacional, que compõe uma reunião de indivíduos estabelecidos de forma permanente em um território, sob a autoridade de um governo independente e com a finalidade precípua de zelar pelo bem comum daqueles que o habitam.

Neste sentido, o Estado é um plexo físico-jurídico-espiritual, que concentra determinado grupo de pessoas, com objetivos semelhantes, regidas por normas positivas eleitas como necessárias e aplicadas em uma determinada época e delimitado território.

No que se refere a ligação entre Estado e soberania é importante esclarecer que o conceito de soberania é um dos pilares da ideia de Estado Moderno, tendo sido de excepcional relevância para que este se definisse, exercendo grande influência prática nos últimos séculos, sendo ainda uma característica fundamental do Estado (DALLARI, 2010).

Alkmin (2009) leciona que soberania não é um elemento do Estado, mas sim um atributo ou característica do próprio Estado, pois não existe Estado sem soberania ou semi-soberano, tendo em vista que a soberania é o poder dos poderes, que explica toda a ordem jurídica nacional ou internacional, ela emana do povo e em seu nome deve ser exercido pois une duas realidades: Estado e Direito.

Deste modo, entende-se que a importância da soberania para a existência do Estado é inquestionável, principalmente quando se fala na imposição da “vontade soberana” deste Estado, isto porque, como destaca Maluf (2009) a soberania é uma autoridade superior que não pode ser limitada por nenhum outro poder, ou como entende Dallari (2010) é a oposição entre o poder do Estado e outros poderes.

A soberania ou é plena ou então não é soberania. Não existe Estado dotado de “meia soberania” ou ele é soberano ou não é. Trata-se de uma verdade apodítica, irrefutável, que não comporta exceções.

Assim, questiona-se, como, por exemplo, um Estado pode fazer valer a vontade da lei, se não houver mecanismos capazes de coagir o indivíduo a cumprir aquilo que lhe foi determinado? Qual seria o sentido de existência de uma norma penal sem a sua real concretização, ou seja, o efetivo cumprimento da pena?

1. Não se diz espiritual no sentido religioso, mas sim, no entendimento abstrato, metafísico. É deste conceito espiritual que surge a ideia de patriotismo, ou de lado diametralmente oposto de repugnância a um determinado país, grupo ou etnia, que venha a dar azo a uma guerra, por exemplo . Veja-se que nesse entendimento, o que é louvado não é a porção de terra (físico), mas sim a origem, a raça, o regime de governo, enfim, o aspecto imaterial da existência de qualquer país.

Em vista destes questionamentos, Dallari (*ibid*) destaca que a soberania é um poder: originário, porque origina-se no próprio momento em que nasce o Estado e como um atributo inseparável deste; exclusivo, tendo em vista que só o Estado o possui; incondicionado, uma vez que só encontra os limites postos pelo próprio Estado; coativo, uma vez que, no seu desempenho, o Estado não só ordena, mas dispõe de meios para fazer cumprir suas ordens coativamente. Neste contexto, o poder soberano é exercido sobre indivíduos, que são a unidade elementar do Estado, não importando que atuem isoladamente ou em conjunto.

Mais uma vez indaga-se: se um Estado, após todo o trâmite processual penal, decidir por aplicar uma pena a determinado infrator, e depois, por motivos vários não ocorrer o efetivo cumprimento desta pena, como afirmar que este Estado é soberano? Se a soberania é a ligação entre o Estado e o Direito e, se o Direito não é efetivamente cumprido, onde está o poder de impor a vontade (Direito) deste Estado que se auto-intitula como detentor de soberania?

Também é primordial acrescentar que o *jus puniendi* não é efetivado com a prolação da sentença penal condenatória irrecorrível, na verdade, este exercício do poder é concretizado e exaurido com o devido cumprimento da pena, ainda que para esse cumprimento sejam necessários meios coativos por parte do Estado e, como no caso em estudo, na negação da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ao estrangeiro não residente no Brasil.

Desta forma, a soberania é o elemento que possibilita e condiciona a possibilidade de se negar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito do estrangeiro não residente no Brasil, pois propicia a efetivação da vontade do Estado.

4. DIREITOS FUNDAMENTAIS

4.1 Breve Histórico

A formação da ideia e conceito de direitos fundamentais é fruto de lenta e paulatina construção social, que segue os séculos até os dias atuais, pois os direitos fundamentais não são os mesmos em todas as épocas (MENDES e BRANCO, 2015).

Os direitos fundamentais em sua jornada sofreram diversas mudanças, até chegarem ao patamar atual. Segundo Tavares (2009) entre os séculos VII e II a.C (denominado de período axial), alguns dos maiores pensadores de todos os tempos desenvolveram as ideias sobre direitos fundamentais: Zaratustra na Pérsia, Buda na Índia, Confúcio na China, Pitágoras na Grécia e Deutero-Isaías em Israel. As explicações mitológicas anteriores foram abandonadas, e a partir destes movimentos a concepção sobre os direitos fundamentais passou a ser construída.

Mendes e Branco (2015) destacam a influência do cristianismo no desenvolvimento da concepção dos direitos fundamentais, pois ele passou a marcar o impulso relevante para o acolhimento da

ideia de uma dignidade única do homem, a ensejar uma proteção especial. O movimento cristão apresenta que o homem é criado a imagem e semelhança de Deus e o pensamento de que Deus assumiu a condição humana para redimi-la imprimem à natureza humana alto valor intrínseco, que deve nortear a elaboração do próprio direito positivo.

Estas foram as bases embrionárias dos direitos fundamentais, que serviram de fundamento histórico, filosófico e teórico para as manifestações nos séculos posteriores, destacando-se a Magna Charta Libertatum, ocorrida na Inglaterra em 1215; a Declaração de Direitos (Bill of Rights), de 1679; a Declaração de Direitos da Virgínia em 1776 e a Declaração de direitos do Homem de 1789 na França.

A partir destas manifestações que contribuíram para formulação da concepção de direitos fundamentais, bem como, a sedimentação da tutela dos direitos humanos, o Século XX foi o momento histórico em que floresceu e fortaleceu os sistemas constitucionais de proteção aos direitos humanos, tendo início nas constituições sociais de Weimar em 1917 e do México 1919. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, após a segunda guerra mundial, em 1948, foi um divisor de águas na defesa dos direitos humanos. No Brasil, a tutela dos direitos fundamentais encontrou seu ápice na Constituição de 1988.

4.2 Princípio, Direito e Fundamento. Conceito de Direito Fundamental

Princípio é o começo, é onde se origina algo, é a gênese, ele que serve de base a alguma coisa. É causa primeira, raiz, razão, ditame moral, regra, lei, preceito, proposição elementar e fundamental para uma ordem de conhecimentos (HOUAIIS, VILLAR e FRANCO, 2009).

Direito trata-se de garantias, normas de prevalência de interesses e limitativas da atuação estatal e dos outros indivíduos, na esfera jurídica daquele que se protege o interesse, ou como diz Abbagnano (2007) em sentido geral e fundamental, trata-se de técnica da coexistência humana que visa possibilitar a coexistência dos homens. Como técnica, se concretiza em conjunto de regras (nesse caso leis ou normas), que têm por objeto o comportamento intersubjetivo, ou seja, o comportamento dos homens entre si.

Já fundamento é aquilo que é imprescindível, onde se estabelece algo ou sobre o qual repousa algo. Japiassú e Marcondes (2006) acrescentam que a filosofia utiliza esse termo para designar aquilo sobre o qual repousa, de direito, certo conhecimento.

De acordo com os conceitos apresentados de princípio, direito e fundamento denota-se que apesar de tratarem de palavras distintas, seus sentidos não conflitam, na verdade, vão de encontro ao mesmo entendimento. Ambos significam base essencial, que veicula entendimento ligado a moral e à ética.

Concernente ao conceito de direitos fundamentais, Silva (2015) destaca que tais direitos são aqueles que reconhecem autonomia aos particulares, garantindo a iniciativa e independência aos indivíduos diante dos demais membros da sociedade política e do próprio Estado. Por isso, a

doutrina (francesa, especialmente) costuma englobá-los na concepção de liberdade-autonomia.

Direito fundamental, portanto, é a base mínima daquilo que se garante a um indivíduo e que se estabelece pelos preceitos da moral e da ética, tanto no sentido de outorgar, como em restringir, tais direitos, aos seus destinatários.

4.3 Hierarquia Entre os Princípios/Direitos Fundamentais

Para a real defesa e concretização dos direitos fundamentais, torna-se necessário estabelecer critérios hierárquicos entre eles, sob pena de inevitável confusão, vazando em uma densa inflação de direitos fundamentais e, conseqüente, impossibilidade de proteção daqueles tidos como superiores. De fato, é necessário estabelecer graus entre os direitos, pois caso assim não ocorra, haveria negação destes, ante a impossibilidade de protegê-los, e seria impossível transpor determinadas barreiras.

Assim, a título de exemplo, se a casa fosse plenamente inviolável, mesmo que ocorresse um desabamento, os bombeiros estariam impedidos de nela entrar para tentar salvar os seus moradores. Neste mesmo entendimento, não haveriam prisões em flagrantes, quando o criminoso adentrasse em uma residência, sob a alegação da referida inviolabilidade.

Temos ainda como exemplo o instituto do estado de necessidade, que autoriza indivíduo a agredir direito alheio, na proteção e defesa de direito seu ou de terceiro. Conclui-se, assim, que é necessário estabelecer uma escala entre os princípios e direitos fundamentais, até como forma de proteção a eles.

Para melhor compreensão do tema é importante entender que o direito à vida está no topo da escala dos direitos fundamentais, pois não se pode conceber outro direito a não ser que ele esteja ligado à vida. O direito à vida garante as necessidades vitais básicas do homem e proíbe qualquer tratamento indigno (LENZA, 2012).

Vale destacar que até a própria proteção dada aos mortos, concernente aos direitos de personalidade (neste sentido, direitos fundamentais), conferida tanto na esfera cível, quanto na esfera penal (respectivamente nos arts. 12, parágrafo único do Código Civil e 138, § 2º do CP), tem ligação ao direito à vida.

A vida, no entendimento aqui proposto, deve ser considerada como uma espécie de “parede de aderência” aos outros direitos, ou seja, é a partir dela que é possível tutelar os outros direitos fundamentais.

Abaixo dela, e estando no mesmo grau de proteção, estão os direitos de liberdade e de propriedade. Deles derivam uma gama de outros direitos, sendo o rol exemplificativo do artigo 5º da Constituição Federal, a maior tipificação de proteção a estes direitos, no ordenamento jurídico brasileiro.

Assim, tem-se o princípio do juiz natural (inciso LIII do art. 5º da CF), que está contido dentro do direito de liberdade. Também inserido no direito de liberdade, está o direito à liberdade de associação (inciso XX do art. 5º da CF).

No que tange ao direito de propriedade, o inciso XXII do art. 5º da CF, que explicitamente o garante e protege, ao instituir que “é garantido o direito de propriedade”.

Logo, é imprescindível compreender o caráter hierárquico entre os direitos fundamentais. Num primeiro plano, como já dito, está o direito à vida, que com sua interface dá a possibilidade de existência aos outros direitos, sintetizados no direito à liberdade e à propriedade, com as suas respectivas facetas que deles derivam.

No caso específico em estudo, de um lado está o direito fundamental de individualização da pena do estrangeiro não residente (art. 5º XLVI da CF) e do outro a soberania do Estado Brasileiro (art. 1º, I da CF).

Entendemos, com base nos argumentos já expostos, que a soberania prevalece sobre o direito fundamental de individualização da pena do estrangeiro não residente, pois aquela representa a essência do próprio Estado e refere-se ao interesse maior da coletividade, já o direito de individualização da pena tem como finalidade resguardar o direito de um indivíduo e, como o entendimento de que o interesse individual deve se submeter ao interesse coletivo, a soberania se sobrepõe sobre o direito do estrangeiro não residente.

4.4 Relatividade dos Direitos Fundamentais

Os direitos fundamentais, mesmo sendo cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, IV da CF), não são absolutos. Não existe nenhum direito humano consagrado pelas Cartas Constitucionais que se possa considerar absoluto, no sentido de sempre valer como máxima a ser aplicada aos casos concretos, independentemente da consideração de outras circunstâncias ou valores constitucionais. Nesse sentido, é correto afirmar que os direitos fundamentais não são absolutos. Existe uma ampla gama de hipóteses que acabam por restringir o alcance absoluto dos direitos fundamentais. Os direitos fundamentais encontram limites de aplicabilidade, ou seja, são, em alguns casos, relativos, pois não podem servir de proteção para a prática de atividades ilícitas, não servem para assegurar irresponsabilidade civil, não tem força de anular os demais direitos igualmente consagrados pela Constituição, não podem anular igual direito das demais pessoas, devendo ser aplicados harmonicamente no âmbito material. O único limite ao direito fundamental de um indivíduo é o respeito a igual direito dos seus semelhantes, e a certas condições fundamentais das sociedades organizadas (TAVARES, 2007).

Nesse sentido, pode-se afirmar que os direitos fundamentais não são absolutos em sua aplicabilidade. Quanto à prevalência, absolutismo e relatividade, os direitos fundamentais devem ser estudados em dois planos, um estático e outro dinâmico.

Em sua forma estática, os direitos fundamentais são indiscutivelmente absolutos. Todos possuem

o potencial de serem aplicados na intensidade em que foram concebidos pelo constitucionalista. Não sofrem, e nem podem sofrer, algum tipo de limitação. Pois foram instituídos para proteger os indivíduos contra atuações arbitrárias de seus pares e do Estado.

A relatividade dos direitos fundamentais reside no plano fático ou dinâmico. Isto porque, tais direitos estão transitando no âmbito social, e devem ser conciliados à proteção de todos, e é nesse momento que surge a necessidade de um indivíduo ceder alguns de seus interesses em favor de outrem, mesmo que contra a sua vontade, posto que nesta ocasião o direito a ser tutelado mostra-se mais elevado.

Nesta mesma linha de intelecção, não se pode olvidar que em certos momentos os interesses do Estado prevalecerão sobre os direitos fundamentais do indivíduo. Na verdade, é o Estado que mais faz prevalecer a sua vontade. Em diversos momentos, direitos fundamentais são postos em segundo plano para que a ordem seja mantida. E o Estado é que mantém tal ordem. E assim o faz, utilizando-se de seu poder soberano.

Assim, é escudado em sua soberania que o Estado pode cercear a liberdade de seus súditos, quando um destes cometer um crime; ou, constrange o indivíduo a pagar tributos, mesmo contra sua vontade; e até retira-lhe a vida, nos casos expressos da Constituição (art. 5º, XLVII, a da CF), pois, de fato, há certas condições fundamentais das sociedades organizadas que devem ser mantidas, nem que para isso os direitos fundamentais precisem ser mitigados.

4.5 Destinatários dos Direitos Fundamentais

Neste momento da pesquisa, torna-se imperioso destacar quem são os destinatários dos direitos fundamentais elencados na Constituição Federal. Isto porque, se os estrangeiros não residentes no Brasil não tiverem nenhum direito fundamental resguardado pelo ordenamento jurídico pátrio, toda a pesquisa tornar-se inócua.

Assim, de acordo como o *caput* do art. 5º da Constituição Federal, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”.

Da leitura desse texto constitucional, pode-se observar que os direitos que compõem a ordem jurídica brasileira são garantidos aos brasileiros, natos e naturalizados, e aos estrangeiros residentes no Brasil. Desta afirmação indaga-se: os estrangeiros não residentes não têm garantidos seus direitos fundamentais no Brasil?

Na verdade, Silva (2015) ensina que a posição do estrangeiro não residente em face dos direitos e garantias assegurados no art. 5º. não é fácil de delinear, tendo em vista que aí só se mencionam os brasileiros e estrangeiros no País. Na Constituinte ocorreu tentativa de definir, com clareza, a

condição jurídica do estrangeiro, contudo, esse intento não prosperou. Desta forma, se se entender o texto do art. 5º, caput, de forma literal, o estrangeiro não residente não terá de nenhum dos direitos e garantias nele enunciados. Pontes de Miranda não pensava assim, pois, sobre o tema, em face da Constituição revogada, achava que alguns parágrafos do então art. 153 modificaram a extensão da parte inicial do artigo, ou para diminuí-la, ou para levá-la além. Só o exame das questões pode guiar-nos na análise das espécies, utilizados os conceitos de supra-estatalidade e infra-estatalidade: os direitos supra-estatais e absolutos, são assegurados a qualquer ser humano.

Pode-se, assim, chegar a duas conclusões. A primeira é de que não se deve interpretar o *caput* do art. 5º da CF apenas pelo método hermenêutico gramatical, caso contrário, não se garantiria direitos aos estrangeiros não residentes no Brasil. Já a segunda, chancelada pelos ensinamentos do brilhante jurista Pontes de Miranda, conduz a conclusão de que cada caso deve ser analisado *in concreto*, sob o norte dos conceitos de supra-estatalidade e da infra-estatalidade: os direitos supra-estatais são absolutos, logo, assegurados também aos estrangeiros não residentes no Brasil.

Assim, quando a Constituição, garante direitos aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, indica, concomitantemente, sua positivação em relação aos sujeitos (subjetivação) a que os garante. Só eles, portanto, gozam do direito subjetivo (poder ou permissão de exigibilidade) relativamente aos enunciados constitucionais dos direitos e garantias individuais. Logo, somente aos brasileiros e estrangeiros residentes é que há o direito subjetivo de reclamar ao Estado a concretização dos direitos fundamentais. Contudo, não se quer afirmar que os estrangeiros não residentes, quando regularmente se encontrem no território nacional, possam sofrer por arbitrariedade, e não tenham de qualquer meio, incluindo os jurisdicionais, para tutelar situações subjetivas. Para protegê-los, há outras normas jurídicas, inclusive de Direito Internacional, que o Brasil e suas autoridades têm que respeitar e observar, assim como existem normas legais, traduzidas em legislação especial, que definem os direitos e a condição jurídica do estrangeiro não residente, que tenha ingressado regularmente no território brasileiro (*ibid*).

Portanto, os estrangeiros não residentes possuem meios eficazes para proteger seus direitos. Há normas, tanto no âmbito interno, quanto externo, que servem de escudo para que eles busquem a tutela de certos direitos, quando aqui violados. De outro turno, isso não quer dizer, que em algum momento, os direitos dos estrangeiros não residentes, não precisam ceder aos interesses maiores do Estado Brasileiro.

Na verdade, a complexidade está ante ao fato de coexistência paradoxal das garantias dos direitos fundamentais dos estrangeiros não residentes no Brasil, e ao mesmo tempo, a necessidade de restringir, em alguns momentos, certos direitos a estes indivíduos. Nesse contexto, apresenta-se viável negar a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos aos estrangeiros não residentes no Brasil, pois os direitos deles, neste caso, devem e precisam se curvar ao poder soberano do Estado Brasileiro, no que tange a prevalência do interesse público, sobre o deles, que é particular.

Por oportuno, calha afirmar que não se deve utilizar de escudo o simplório argumento de que o Estado é ineficaz no controle das penas restritivas de direito, e assim relegar a responsabilidade

do cumprimento destas penas unicamente a esfera pública e, conseqüentemente, valendo-se de outro argumento, vetusto e inadequado, de que o condenado, em geral (seja brasileiro nato ou naturalizado, estrangeiro residente ou não), é vítima e que não deve colaborar no cumprimento de sua pena, pois é cediço que na maciça maioria dos casos o condenado busca se furtar das determinações penais, e executórias penais, a ele imputadas.

Esta forma de pensar deve ser modificada. Vale ressaltar que neste ponto, certa ala garantista, não compreende desta maneira. Porém é necessário abandonar o entendimento de que o descumpridor das leis é vítima do Estado, na verdade, apenas cumpre pena referente a um crime que cometeu.

A fim de colaborar com os argumentos já expostos, de que é constitucional negar a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direito ao estrangeiro não residente, traz-se ementa do Recurso de Agravo 20110020051371RAG, do Tribunal do Distrito Federal e dos Territórios, tendo como relator o Desembargador João Timóteo de oliveira:

Órgão: 2ª Turma Criminal
Recurso de Agravo 20110020051371RAG
Recorrente(s): Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Recorrido(s): Sijmon Harm Jansen
Relator: Desembargador João Timóteo de oliveira
Acórdão n.º 508.582

E M E N T A

RECURSO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. ART. 33, *CAPUT*, E § 3º, DA LEI N. 11.343/06. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. RÉU PRIMÁRIO. PRELIMINAR. REJEITADA. CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE. EFEITOS DA DECISÃO PROFERIDA NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REVOGADA A SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. DESFAVORÁVEIS. GRANDE QUANTIDADE E NATUREZA PERIGOSA DA DROGA. ACUSADO ESTRANGEIRO CONDENADO POR CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. SEM RESIDÊNCIA FIXA NO PAÍSE INDICIADO EM INQUÉRITO PARA EXPULSÃO DE ESTRANGEIRO. RECURSO PROVIDO.

1. A evolução da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o controle incidental de constitucionalidade promoveu a objetivação do recurso extraordinário e ampliou os limites subjetivos da sentença proferida em sede de controle difuso.
2. Nessas circunstâncias, as decisões de inconstitucionalidade proferidas de forma incidental na análise de casos concretos passam a ter os seus efeitos estendidos aos demais casos, vinculando a atuação dos órgãos do Poder Judiciário às orientações da Corte Constitucional.
3. A quantidade e a natureza da droga apreendida são circunstâncias judiciais específicas do crime de tráfico ilícito de entorpecentes e devem ser avaliadas por ocasião do exame do pedido de substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, obstando a conversão quando serviu de redução na fração de apenas ½ (metade), e não no grau máximo de 2/3 (dois terços), para a aplicação da causa de diminuição da pena prevista no § 4º do artigo 33 da Lei nº 11.343/06.
4. O óbice à substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos também decorre da condenação do acusado pela prática de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, de ter instaurado contra si inquérito de expulsão de estrangeiro e de não ter residência fixa no país, sendo esta a hipótese dos autos.
5. Recurso provido para revogar a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. (CONSULTA PROCESSUAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2011, p. 1)

Constata-se, no caso retrocitado, que a ausência de residência fixa, no caso do estrangeiro condenado, foi fator preponderante para que se negasse a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

Obviamente que no bojo do processo outros fatores culminaram para a decisão (grande quantidade e natureza perigosa da droga e inquérito para expulsão de estrangeiro), fato, inclusive, que corrobora com os argumentos já expostos, no sentido de que cada caso deve ser analisado com prudência, pois o que irá determinar a não substituição da pena, não é unicamente a ausência de residência, mas sim, toda uma gama de circunstâncias que apresentarem-se desfavoráveis ao condenado.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o Desembargador Luiz Stefanini, na Apelação Criminal 0005718-80.2010.4.03.6119/SP 2010.61.19.005718-5/SP, negou a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direito a estrangeiro não residente no Brasil:

APELACAO CRIMINAL Nº 0005718-80.2010.4.03.6119/SP 2010.61.19.005718-5/SP

RELATOR: Desembargador Federal Luiz Stefanini

APELANTE: Justica Publica

APELADO: Naomi Elizabeth Lillian Hornsey

ADVOGADO: Martin Augusto Carone Dos Santos e outro

No. ORIG.: 00057188020104036119 2 Vr Guarulhos/SP

EMENTA

PENAL. APELACAO CRIMINAL. TRAFICO TRANSNACIONAL DE DROGAS: ART. 33, CAPUT, C/C DIARIO ELETRONICO DA JUSTICA FEDERAL DA 3a REGIAO ART. 40, I DA Lei no. 11.343/06: MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. CONDENACAO MANTIDA. DOSIMETRIA DA PENA: MANUTENCAO DA PENA-BASE: ATENDIMENTO AOS CRITERIOS DO ART. 69 DO CP E DO ART. 42, DA Lei no. DE DROGAS: PROPORCIONALIDADE. CONFISSAO: FUNDAMENTO DA CONDENACAO: APLICACAO OBRIGATORIA. CAUSA DE REDUCAO DE PENA PREVISTA NO 4o DO ART. 33 DA Lei no. 11.343/06: INAPLICABILIDADE AOS "MULAS" DO TRAFICO : PROVAS DE INTEGRACAO EM ORGANIZACAO CRIMINOSA: EXCLUSAO. SUBSTITUICAO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS: INAPLICABILIDADE AO CRIME DE TRAFICO. REGIME INICIAL FECHADO : IMPERATIVO LEGAL. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE : IMPOSSIBILIDADE: VEDACAO DECORRENTE DE PRECEITO CONSTITUCIONAL E DE LEI ESPECIAL. PRISAO PREVENTIVA DECRETADA.

[...]

9 . Para a concessão da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, e necessário que o réu preencha, além do requisito objetivo (quantidade da pena), os requisitos subjetivos. Considerando-se os motivos e as circunstâncias do crime, a substituição a pena privativa de liberdade não se mostra suficiente para impedir que a ré volte a traficar drogas, restando o desejo de ganho irrefletido de dinheiro. Por outro lado, se prestar serviços em instituições públicas, terá a chance de dar continuidade ao crime de tráfico de drogas. A vedação a substituição também tem fundamento nos artigos 33, parágrafo 4º e 44, ambos da Lei no. 11.343/06. Por outro lado, a ré é estrangeira, não possui vínculos nem exerce atividade lícita no Brasil, e certamente não terá condições de se manter no país, podendo facilmente se evadir (RADAR OFICIAL, 2012, p. 9)

Pode-se, portanto, perceber que negar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito ao estrangeiro não residente no Brasil, não fere o ordenamento jurídico constitucional. Nos dois julgados citados, além de outros requisitos subjetivos, os relatores indicaram a ausência de residência do estrangeiro como causa para negar a substituição da pena privativa de liberdade, por restritiva de direito. Ficou claro, assim, que o direito do punir do Estado se sobrepôs sobre o direito de individualização da pena.

5. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO E SUA APLICAÇÃO AO ESTRANGEIRO NÃO RESIDENTE NO BRASIL

A seguir analisar-se-á, seguindo a ordem do art. 43 do CP Brasileiro, quais penas restritivas de direitos podem ser aplicadas e, conseqüentemente, substituir a pena privativa de liberdade aplicada ao estrangeiro não residente no Brasil, e aquelas que não são aplicáveis, logo, não podem substituir a pena privativa de liberdade.

5.1 PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS QUE PODEM SUBSTITUIR A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE DO ESTRANGEIRO NÃO RESIDENTE

5.1.1 PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

Esta tipificada nos §1º §2º do art. 45 do CP e, conforme destaca Capez (2013) esta pena consiste no pagamento em dinheiro, à vista ou em parcelas, à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo, nem superior a 360 salários mínimos.

Sua duração dá-se até o momento em que o condenado vier a pagar a quantia pecuniária imposta na sentença penal condenatória. Logo, sendo paga em uma parcela, não se exige um lapso temporal para o cumprimento, pois o simples pagamento extingue a pena, não precisando, portanto, de que seja vigiada a execução, fato que viabiliza a sua imposição ao estrangeiro não residente no Brasil.

5.1.2 PERDA DE BENS E VALORES

Assim como a pena restritiva de direitos anteriormente analisada, a pena de perda bens e valores tem cunho patrimonial e, caso o estrangeiro não residente no Brasil se adéque às exigências impostas para sua aplicação, tal pena restritiva é plenamente viável à substituição de sua pena privativa de liberdade.

A referida pena vem delineada no art. 45, § 3º do CP, que determina que a perda de bens e valores pertencentes aos condenados se dará, salvo a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e seu valor terá como teto - o que for maior - o montante do prejuízo causado ou do provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime

No que se refere aos bens, eles podem ser móveis ou imóveis, já valores são os títulos de crédito, ações ou outros papéis representativos de dinheiro e negociáveis na Bolsa de Valores. São bens mobiliários (de renda fixa ou renda variável). Tão somente bens e valores do condenado é que podem ser perdidos. Jamais de terceira pessoa, até porque a pena não pode passar da pessoa do delinquente (GOMES, 2012).

Executada a pena corretamente, ou seja, após o pagamento pelo condenado, esta será extinta, não tendo o Estado mais nenhum pretexto para cercear algum direito do condenado e, da mesma forma que a pena de prestação pecuniária, esta não exige um lapso temporal para o seu cumprimento, pois o pagamento extingue a pena, não precisando, portanto, de que seja vigiada sua execução, fato que viabiliza a sua imposição ao estrangeiro não residente no Brasil.

5.2. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS QUE NÃO PODEM SUBSTITUIR A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE DO ESTRANGEIRO NÃO RESIDENTE

5.2.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE OU A ENTIDADES PÚBLICAS

Esta pena restritiva de direito tem suas regras no art. 46 do CP e conforme os ensinamentos de Greco (2011) consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado, que serão por ele levadas a efeito em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais, sendo que as tarefas que lhe serão atribuídas devem ser de acordo com suas aptidões, devendo ser cumpridas em razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada de trabalho.

Entretanto, na prática, a aplicação desta pena restritiva de direitos ao estrangeiro não residente no Brasil torna-se inviável, pois a sua execução restará prejudicada ante a impossibilidade de controlar o seu efetivo cumprimento.

Ora, o estrangeiro não residente no Brasil, por óbvio, não possui residência, então como será possível controlar a sua circulação quando não estiver cumprindo a pena? Quem garantirá que o mesmo irá iniciar o cumprimento da pena ou, mesmo após ter dado início ao cumprimento irá retornar à entidade, ao contrário de continuar na prática delitiva?

Para evitar estas situações, pois o Estado não é segurador universal, torna-se necessário negar a aplicação desta pena restritiva de direitos ao estrangeiro não residente no Brasil.

5.2.2 INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS

Esta espécie de pena restritiva de direitos se subdivide em quatro, quais sejam, proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo; proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público; suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo; proibição de frequentar determinados lugares (art. 47, incisos I a IV do CP).

Como pode-se observar, as três primeiras referem-se à subordinação jurídica, no tocante a relação emprego, cargo ou função, do condenado a alguma “entidade”, seja pública ou privada.

A interdição de direitos, que é temporária, não se confunde com os efeitos secundários da condenação enumerados pelo art. 92 em seus três incisos, que não são automáticos, devendo ser motivados na sentença que os venha aplicar (JUNIOR, 2009).

No que atine a estas penas restritivas de direitos, torna-se inviável sua aplicação ao estrangeiro não residente no Brasil, pois a sua execução se daria por carta rogatória, tendo em vista que a autoridade brasileira deveria comunicar a autoridade competente do país do condenado para que lá se aplicasse a pena restritiva em estudo.

Assim, todo o trâmite constitucional e processual deveria ser aplicado em outro país, devendo levar em consideração que haja compatibilidade de penas, ou seja, no país do condenado o fato por ele praticado também deve ser tipificado como o é no Brasil.

Logo, de pronto percebe-se o caráter inócuo da aplicação dos três primeiros incisos do art. 47 do CP ao estrangeiro não residente no Brasil.

A última pena restritiva de direitos, que é a de proibição de frequentar determinados lugares, talvez seja a espécie de pena mais inviável de aplicação ao condenado e, neste caso, ampliamos esta inviabilidade também ao brasileiro e ao estrangeiro residente, pois de fato a fiscalização de sua execução não existe.

5.2.3 LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA

Esta pena vem disciplinada no art. 48 do CP, sobre ela Mirabete (2009) ensina que consiste na obrigação do condenado permanecer, aos sábados e domingos, por cinco horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado, podendo ser ministrado durante essa permanência cursos e palestras, ou atribuídas a eles atividades educativas.

Vale lembrar que tal pena restritiva de direitos é pouco aplicada, pois são raras as casas de albergado. E mesmo que houvessem casas de albergados suficientes, a sua aplicação ao estrangeiro não residente no Brasil restaria prejudicada, pois inviável sua aplicação na prática (MASSON, 2010).

De fato, o estrangeiro não residente estaria “liberto” toda a semana e somente nos finais de semana iria à casa de albergado. Assim, questiona-se: onde ele estaria durante toda a semana? O

que ele estaria fazendo? Como iria custear sua sobrevivência?

Logo, a razão nos leva a concluir que esta pena restritiva de direitos não deve ser aplicada ao estrangeiro não residente no Brasil, ante a sua inviabilidade de aplicação prática.

6. CONCLUSÃO

A constitucionalidade da não aplicação de penas restritivas de direitos ao estrangeiro não residente no Brasil é tema de direito que envolve os ramos de direito Constitucional, Teoria Geral do Estado, Internacional Público, Penal e Processual Penal.

É de bom alvitre levar em consideração os argumentos aqui apresentados e ponderar o momento adequado de aplicação, mormente se levar-se em consideração a atuação econômica do Brasil no âmbito internacional, bem como, sua extensão territorial – pois faz fronteira com novo países e o departamento francês da Guiana –, e ambos os fatores ensejam grande concentração de entrada e saída de estrangeiros não residentes.

Destarte, para que a soberania seja de fato contemplada – no âmbito da execução penal –, a pena deve ser cumprida/exaurida, pois desta forma o estado aplica seu *ius puniendi*. Por óbvio o entendimento exposto encontra-se situado na zona cinzenta de aferição da lei, que se dá entre o Poder Judiciário e o Executivo, ou seja, no momento da condenação final e execução da pena, para tanto, entres estes poderes devem atuar em sincronia, como determina, inclusive, o art. 2º da Carta Magna.

É claro que, na maioria das vezes, a incidência prática do entendimento aqui defendido, ocorrerá principalmente nas áreas de fronteiras, onde há maior concentração de entrada e saída dos estrangeiros não residentes.

A ideia da relatividade dos direitos fundamentais apresenta de forma clara que não há absolutismo de um direito fundamental, mas sim de todos, quando analisados em conjunto, pois se necessário for que um destes ceda espaço a outro, tal deverá ser e assim pairar o equilíbrio, sob pena de ocorrer o paradoxo de (des)proteção aos direitos fundamentais, pois ao mesmo tempo em que se buscasse tutelar um direito, o outro não cederia espaço para esta tutela.

As lições do garantismo penal devem ser observadas. Contudo, a ideia hoje denominada por alguns de garantismo hiperbólico monocular, deve ser rechaçada, e sim, contemplar e ter como norte o entendimento do garantismo penal integral, que leva em consideração não só os direitos fundamentais de primeira geração.

Por fim, a constitucionalidade da não aplicação de penas restritivas de direitos ao estrangeiro não residente no Brasil é medida que se impõe, e deve ser utilizada como técnica de sentença pelos juízes prolatadores da decisão penal condenatória final, e que, por óbvio, encontra norte nos princípios constitucionais penais, destacando-se os da individualização da pena e da proporcionalidade, ao decidir pela aplicação ou não da pena restritiva, sempre analisando o caso concreto.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia** ; tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi ; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. – 5ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2007.

ALKMIN, Marcelo. **Curso de Direito Constitucional**. 1ª ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 21.02.2017.

_____. Código Penal (1940). Decreto-Lei n.º 2848. **Código Penal Brasileiro**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 06.03.2017.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal – Parte Geral**, vol. 1. 4ª ed. São Paulo-SP: Saraiva, 2013.

CONSULTA PROCESSUAL. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. 2011. Disponível em: <<http://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcg1?NXTPGM=plhtml02&MGWLPN=SERVIDOR1&submit=ok&SELECAO=1&CHAVE=20110020051371&ORIGEM=INTER>>. Acesso em 07.03.2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 29ª ed. São Paulo-SP: Saraiva, 2010.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Luiz Flávio; Molina, Antônio de Garcias – Pablo de. de. **Direito Penal – v. 2, Parte Geral**. São Paulo-SP: Revista dos Tribunais, 2012.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal – Parte Geral**. 13ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Impetus, 2011.

HOUAIS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1ª edição. Objetiva, Rio de Janeiro, 2009.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. – 4. ed. atual. – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2006.

JÚNIOR, Paulo José da Costa. **Curso de Direito Penal**. São Paulo-SP: Saraiva, 2009.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. 16. Ed. rev., atual. E ampl. – São Paulo: Saraiva, 2012.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 30ª ed. São Paulo-SP: SARAIVA, 2010.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 5ª ed. São Paulo-SP: Revista dos Tribunais, 2009.

MASSON, Cleber. **Direito Penal Esquemático**. Parte geral. Vol. 1. 3ª ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo-SP: Método, 2010.

McBride, D. M. (2013). *The Process of Research in Psychology* [**O processo de pesquisa em psicologia**]. Los Angeles, LA, EUA: SAGE Publications.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**, 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015.

MIRABETE, Julio Fabbrini.; MIRABETE, Renato. **Manual de Direito Penal** – v. 2. Editora Atlas S.A., 2009.

MOURA, Sebastião A. R. **O que é pesquisa aplicada?** Grupos de Estudos em Ciência do Comportamento. 2014. Disponível em: <<http://ge2c.org/?p=273>>. Acesso em 13.06.2017.

RADAR OFICIAL. **Busca de Diários Oficiais**. 2014. Disponível em: <<http://www.radaroficial.com.br/d/404003>>. Acesso em 12.06.2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38ª edição. São Paulo: Malheiros, 2015.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

Lucas Matheus Macieira da Silva

lucasmacieira_18@hotmail.com

Graduado do Curso de Administração da FADBA.

Tânia Moura Benevides

taniamoura2511@gmail.com

Professora Adjunta da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, da Universidade do Estado da Bahia e da Faculdade Adventista da Bahia. Bacharel (FRB, 1996), Mestre (UNIFACS, 2003) e Doutora em Administração (UFBA, 2012).

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2017
Caderno Especial

RESUMO

Este artigo tem por objetivo mensurar a satisfação dos alunos da Faculdade Adventista da Bahia (FADBA) em relação ao serviço educacional ofertado pela instituição, com o intuito de compreender a percepção discente quanto ao Gerenciamento da Qualidade de Serviços. A pesquisa é classificada como descritiva de abordagem qualitativa. Para a coleta de dados secundários adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Na fase de coleta de dados primários realizou-se uma pesquisa de campo, com aplicação de um questionário formatado com a escala SERVPERF. A coleta de dados foi realizada em setembro de 2016, tendo por respondentes 310 alunos, dos nove diferentes cursos da unidade localizada no município de Cachoeira-BA. O principal resultado aponta que a Faculdade Adventista da Bahia possui uma grande aceitação na percepção de seus alunos, com uma média de 5,75 do total das dimensões da escala SERVPERF.

Palavras-chave:

SERVPERF. Qualidade. Serviço. Ensino Superior.

1. INTRODUÇÃO

A mais importante etapa na prestação de um serviço de qualidade é entender o que o cliente espera, pois o erro em relação ao atendimento à demanda de um cliente pode significar a perda de um negócio ou de um cliente. Esse insucesso pode ser agravado quando a empresa concorrente acerta o “alvo” com exatidão (ZEITHAML, 2003).

Zeithaml (2003) ainda destaca que estar errado pode também representar o desperdício de dinheiro, de tempo e de outros recursos com coisas que não são relevantes

SILVA, Lucas Matheus Macieira da; BENEVIDES, Tânia Moura. **Gerenciamento de qualidade de serviços: uma análise na Faculdade Adventista da Bahia.** *Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 10, n. 5, p. 55 - 70, nov. 2017.*

para o consumidor. Estar errado pode representar, até mesmo, a não sobrevivência em um mercado de intensa concorrência.

Portanto, para empresas prestadoras de serviço, não é suficiente atrair clientes. Empresas de serviço devem preocupar-se com a retenção dos mesmos, pois é a retenção que garante melhor posicionamento ao passar do tempo.

A garantia da qualidade dos serviços pode ser uma via de retenção, pois ao atender as expectativas dos clientes, garantem a satisfação com os serviços ofertados. Para Kotler (2007, p. 142):

[...] satisfação é a sensação de prazer ou frustração resultante da comparação entre o desempenho (ou resultado) percebido de um produto ou serviço e as expectativas do comprador. Se o desempenho não alcançar as expectativas, o cliente ficará insatisfeito. Porém se alcançá-las, ele ficará satisfeito. Se o desempenho for além das expectativas, o cliente ficará altamente satisfeito ou encantado.

Desta forma, entende-se a importância de se gerenciar a qualidade dos serviços de forma a ultrapassar a satisfação dos clientes, com o intuito de alcançar encantamento. Drucker (1998) menciona que o objetivo da empresa é gerar lucros e manter os clientes satisfeitos e a partir do momento em que a empresa consegue satisfazê-los totalmente em seus desejos, necessidades e expectativas, obtém a seu favor todas as condições possíveis para mantê-los ativos em seus negócios. Entretanto, essas condições têm que ser percebidas com clareza pelos colaboradores, os gerentes e o corpo diretivo da empresa.

As instituições de ensino superior são empresas de prestação de serviço, onde se percebe que a diferença de um serviço prestado para outro se encontra no tratamento dado aos seus clientes pelos seus profissionais, isso ressalta a importância do contato direto com os mesmos, onde além de se relacionar com o pessoal de serviço, convivem também com os outros consumidores (LOVELOCK; WIRTZ, 2006, p.11).

No Brasil, o setor de serviço prestado pelas instituições de ensino superior cresceu bastante, abrindo assim uma ampla concorrência de vagas pelo país. Contudo, no ano de 2014, mais de 31 mil cursos de graduação foram oferecidos em 2.368 instituições de educação superior no Brasil, onde 87,4% das instituições de ensino superior (IES) são privadas. (INEP, 2015, p. 2).

Levando-se em consideração o contexto de gerenciamento da qualidade de serviços, o trabalho parte da seguinte questão de investigação: ***Qual o nível de Satisfação dos alunos em relação aos serviços de Educação Superior prestado pela FADBA?***

Buscando responder o seguinte questionamento, definiu-se como objetivo geral mensurar a satisfação dos alunos da Faculdade Adventista da Bahia (FADBA) em relação ao serviço educacional ofertado pela instituição, com o intuito de compreender a percepção discente quanto ao Gerenciamento da Qualidade de Serviços.

Por objetivos específicos buscou-se: caracterizar a FADBA como instituição de ensino; identificar os tipos de serviços oferecidos pela instituição; e mensurar a percepção dos discentes em relação

as cinco áreas da SERVPERF: Tangibilidade, Confiabilidade, Responsividade, Segurança e Empatia.

A justificativa desse trabalho pode ser considerada de irrefutável indispensabilidade, pois identifica as percepções negativas ou positivas por parte dos alunos em relação aos serviços prestados pela Faculdade Adventista da Bahia, com o intuito de mostrar como a ferramenta de análise SERVPERF pode maximizar o gerenciamento da qualidade de serviços. Essa investigação teve a finalidade de refletir os benefícios que os resultados podem proporcionar a instituição, como por exemplo: a satisfação do cliente com a qualidade do serviço, através da definição da percepção dos serviços prestados.

O artigo está dividido em seis seções. A primeira seção, denominada introdução, traz os elementos delineadores da pesquisa. Na segunda seção discorre-se sobre qualidade em serviço, na terceira aborda-se sobre a configuração das instituições de ensino superior no Brasil. A quarta seção destina-se a apresentação do percurso metodológico. A análise de resultados está apresentada na quinta seção. Por fim, a sexta seção, apresenta as considerações finais.

2. QUALIDADE EM SERVIÇOS

Lovelock (et al, 2006, p. 3) diz que, “o setor de serviços está passando por uma mudança quase revolucionária, que afeta drasticamente o modo como vivemos e trabalhamos”. Assim, o setor de serviço está se desenvolvendo paulatinamente, representando uma parcela enorme da economia (LOVELOCK; WRIGHT, 1999).

Assim, Las Casas (2009) diz que países como o Brasil, esses serviços representam aproximadamente 52% do PIB.

O setor de serviços em países desenvolvidos como ‘Estados Unidos e Reino Unido representam 72% do Produto Interno Bruto. Ou seja, a tendência em países desenvolvidos é de investir mais em serviços do que em produtos físicos (LOVELOCK et al, 1999).

“[...] serviços constituem uma transação realizada por uma empresa ou por um indivíduo, cujo objetivo não está associado à transferência de um bem” (LAS CASAS, 2009, p.17), já Kotler (2007) destaca que o setor de serviço é completamente amplo, podendo ir de uma simples escola, passando por um departamento da Polícia Federal e chegando até uma empresa Multinacional como a Google.

[...] serviço é qualquer ato ou desempenho, essencialmente intangível, que uma parte pode oferecer a outra e que não resulta na propriedade de nada. A execução de um serviço pode estar ou não ligada a um produto concreto (KOTLER, 2007, p. 397).

Entendendo o conceito de serviço, é natural ser impulsionado a compreender também a qualidade

dos serviços prestados, mas o que realmente pode ser definido como qualidade? Kotler (2007) define que qualidade é a soma das características predados de um produto ou serviço que contribuem significativamente para a capacidade de satisfazer desejos ou necessidades afirmadas ou subentendidas.

A apreensão com a qualidade dos serviços prestados pelas empresas vem desde a antiguidade. Os clientes continuamente têm a atenção e preocupação em vistoriar os serviços que recebem por parte das empresas (IPEA, 1996, p.2).

Moura (1997) diz que as empresas entram em disputa todos os dias para chegarem ao topo da qualidade dos serviços prestados por elas, onde nesse mercado único só sobrevive quem está mais preparado. O nível de qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos clientes será o resultado em grande parte, da qualidade que ocorre os serviços no ato da sua prestação, fazendo com que as ações dos funcionários tenham uma ligação direta com os clientes (ZEITHAML, 2003 p.37).

Na maioria das vezes, as empresas investem em funcionários capacitados para prestar um serviço com uma boa qualidade, mas o cliente pode não perceber assim e avaliar a qualidade dos serviços de forma equivocada. Por isso, é importante que as empresas monitorem com mais atenção a forma como os clientes avaliam os seus serviços (LAS CASAS, 2009 p.90).

Sabendo que a aceitação do cliente para com a empresa prestadora de serviço, se dá principalmente pela percepção da qualidade que este tem para com a empresa, se faz necessário entender como acontece esse valor percebido pelos consumidores. Esse fator hoje se torna mais agravante, devido a complexidade de satisfazer consideravelmente esse cliente consumidor visto que esse está cada vez mais informado, comparativo e altamente crítico em relação a percepção dessa qualidade.

Os clientes estão mais informados do que nunca e possuem um arsenal de ferramentas para analisar os argumentos das empresas e buscar alternativas mais convincentes. Os clientes avaliam qual a oferta proporciona maior valor, e procuram sempre maximizar o valor dentro dos limites estipulados pelos custos envolvidos na busca e pela escassez de conhecimento, mobilidade e renda, além de formar uma expectativa de valor e agir com base nela, reforçando ainda que o valor percebido de cada cliente é atrelado a uma expectativa intrínseca desse serviço (KOTLER, 2007).

[...] Se o serviço percebido atender as expectativas ou for além do que esperavam, os clientes ficarão inclinados a recorrer novamente ao fornecedor. Empresas bem sucedida adicionam a suas ofertas benefícios que não só satisfaçam os clientes, como também os surpreendem e encantam. Encantar os clientes é uma questão de superar as expectativas (KOTLER, 2007, p. 406).

Quando o serviço vai além do esperado, os clientes o percebem com um nível de qualidade acima da expectativa inicial, despertando assim uma sensação de encantamento. Por outro lado, quando o serviço não chega perto do esperado, os clientes percebem com um nível de qualidade abaixo da expectativa inicial (FITZSIMMONS, e FITZSIMMONS, 2014).

Sobre os primórdios da avaliação e percepção da qualidade, (CARVALHO, 2012) diz que podemos perceber historicamente que a avaliação e percepção de qualidade iniciaram-se com os primatas da humanidade, no momento em que este iniciou suas atividades, comparando a qualidade, avaliando alternativas e criando métodos que os ajudassem em suas interações. De tanto esse processo se repetir, se infiltrou nas culturas criando métodos próprios e habilidades técnicas.

Com o passar do tempo e o estabelecimento das sociedades, esses métodos foram amadurecendo e alguns pensadores sobre o tema começaram a surgir. Diante disso Carvalho (2012) relata alguns fatores importantes na gestão da qualidade que surgiram no século XX: 1900 Fordismo (Taylor e Fayol); 1930 Controle Estatístico; 1940 Segunda Guerra Mundial; 1950 O pós-guerra no Japão (Deming, Juran e Crosby); 1960 O Sistemismo (Ludwig Von Bertalanffy; 1970 A consolidação da Teoria de Sistemas; 1980 Descoberta do Fator Humano (Maslow); e A Teoria de Qualidade como integrador.

Ao decorrer do tempo, o aumento do entendimento sobre a qualidade ficou cada vez mais evidente na vida humana e por derivação no mundo corporativo. Atrelado a esse entendimento verificou-se também a necessidade de medir essa qualidade através de ferramentas de mensuração, com o intuito de identificar a realidade e poder intervir de forma eficaz na mesma.

Desta forma, as ferramentas mais conhecidas para mensurar a qualidade dos serviços são as escalas SERVQUAL (PARASURAMAN, ZEITHAML e BERRY, 1985), que faz a medição da percepção e expectativa da qualidade na visão do cliente e a SERVPERF (CRONIN e TAYLOR, 1992), faz a medição apenas da percepção da qualidade do serviço prestado no ponto de vista do cliente. Assim, essas duas escalas de mensuração da qualidade é utilizada para os mais variados tipos de serviços e é de extrema importância para poder sanar os problemas no gerenciamento da qualidade dos serviços.

Portanto, dentro deste contexto, a IES estudada, prestará os seus serviços com qualidade aos seus clientes, conscientizando-se de avaliar a percepção dos seus serviços que será um fator importante para alcançar seus objetivos.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL

No Brasil, a primeira instituição de ensino superior surgiu no final do Século XIX com a vinda da Família Real ao país, mas foi no ano de 1808, com a passagem rápida de Dom João VI que foi criada a Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira Faculdade do Brasil. Logo em seguida, no mesmo ano, foi criada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No ano de 1820, com a junção dos cursos de medicina, direito e engenharia, foi fundada então a primeira Universidade do BRASIL (ALVES; PASCUETO, 2008).

Desde então, o Ensino Superior foi se diversificando e teve uma enorme taxa de crescimento ao passar das décadas e assim foram surgindo inúmeras Faculdades e Universidades por todo o país

No período de 1980 a 1994, as matrículas no ensino superior não ultrapassaram 20,6%, mas 14 anos depois, entre os anos de 1994 a 1998, o número de matrículas na IES teve um acréscimo de 28%. No ano de 1998, o total de alunos matriculados no ensino superior chegou a pouco mais de 2,7 milhões, onde os mesmo estavam distribuídos da seguinte maneira: 1.321.229 desses alunos estavam nas instituições de ensino superior privadas, que eram a maioria, seguindo assim, estavam 408.640 nas federais, 274.934 nas estaduais e 121.155 nas municipais. O maior número de distribuição de Instituições por natureza se encontrava na região sudeste com 438 IES (INEP, 1999).

Em 1980, existia registradas apenas 882 Instituições de Ensino Superior, já no ano de 1998, esse número chegou a 973, tendo um acréscimo de 91 Instituições. A partir do ano de 1998 até o ano de 2008, esse número quase triplicou, registrando a participação de 2.252 IES por todo território brasileiro, onde ainda o número de instituições privadas era maior, chegando a 90% e só 10% era a participação das instituições públicas, sendo que 4,1% eram federais, 3,6% eram estaduais e 2,7% municipais (MEC, 2009).

Hoje em dia, esse número ainda é maior, revelando assim um crescimento contínuo no setor de serviços educacionais. São exatamente 2.368 Instituições de Ensino Superior no Brasil. Com um número reduzido em relação ao ano de 2008, mas ainda sendo a maioria, 87,4% das instituições são privadas, assim, só 12,6% são públicas, onde são distribuídos da seguinte forma: 35,9% são Federais, 39,6% são Estaduais e 24,5% são Municipais. Contudo, a Região Sudeste continua tendo a maior parte dos cursos de graduação no país, com 45,4% (INEP, 2015).

4. METODOLOGIA

O trajeto metodológico utilizado para a realização dessa pesquisa é classificado como descritivo de abordagem quali-quantitativa. Onde foi utilizada como instrumento de pesquisa a ferramenta SERVPERF (CRONIN E TAYLOR, 1992), que foi derivado a partir da ferramenta SERVQUAL (PARASURAMAN et al., 1988).

Assim, o estudo descritivo busca apresentar as características da população estudada, tais como sexo, idade, nível de escolaridade, renda, entre outros, para se obter uma melhor abrangência do elemento estudado (GIL, 1989).

Quanto a abordagem qualitativa, Richardson (1999) se refere a tentativa de se aproximar da melhor interpretação das características situacionais apresentadas pelos indivíduos entrevistados. Já a quantitativa, se refere ao “emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas” (RICHARDSON, 1999, p.80).

Desta forma, a pesquisa pode ser feita pelo método misto - Quali-Quantitativo - de modo a impetrar um entendimento e esclarecimento mais amplo sobre o tema estudado (GIDDENS, 2012). Pois a

pesquisa qualitativa pode acender temas para serem penetradas quantitativamente e vice-versa. (MINAYO, 1993)

Para a coleta de dados secundários adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Onde a pesquisa bibliográfica tem por finalidade investigar os fenômenos com uma gama maior, onde a mesma é construída a partir de material já existente, que se encontra principalmente em artigos científicos, revistas e livros sobre o mesmo tema dito por diversos autores. A pesquisa documental é o contrário da bibliográfica, pois se constitui de materiais que ainda não auferiram a nenhum processo de análise, pois ainda são fontes primárias (GIL, 1989). Desta forma, foi por meio da pesquisa bibliográfica que as escalas SERVQUAL e SERVPERF foram identificadas e medidas priorizando a escolha da escala SERVPERF, onde a mesma serviu como base para a coleta de dados primários na fase da pesquisa de campo.

Para a realização da pesquisa de campo, utilizou-se o método transversal onde segundo Richardson (1999, p 148.), “os dados são coletados em um ponto no tempo, com base em uma amostra selecionada para descrever uma população *nesse determinado momento*”.

Para obter o universo amostral, a Secretaria Acadêmica foi consultada por intermédio do Coordenador do curso de Administração para fins de ter o número total de alunos matriculados na FADBA no período letivo de 2016. Esse número foi levantado e entregue por e-mail ao pesquisador.

Neste estudo, a população foi composta por 1.595 indivíduos, onde foi usada uma amostra probabilística para obter o valor da amostra. Assim, para chegar a população amostral, foi utilizado a seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Figura 1 – Fórmula população amostral

Fonte: Santos (2015).

Com a aplicação da fórmula, o nível de confiança utilizado foi de 95% onde é representado por “Z”, seguindo de “n” que é a população amostral, para “N”, foi utilizado a população total de 1595 indivíduos e “e” foi utilizado o erro amostral de 5%, onde se obteve o resultado da amostra de 310 respondentes. Logo depois foi criado um questionário formado por vinte e sete questões de múltiplas escolhas.

O questionário foi elaborado pelo Software Sphinx-Plus e dividido em duas partes. A primeira parte trata do perfil do respondente onde são distribuídas em: sexo, idade, semestre e o turno

que estuda. A segunda parte foi composta por 22 afirmações e os mesmos foram orientados a escolher apenas uma única alternativa, deste modo, foi utilizada a escala *Likert* de sete pontos que varia de 1 a 7, onde (1) significa discordo completamente e (7) significa concordo completamente. A coleta de dados foi realizada em setembro de 2016, tendo por respondentes 310 alunos. Assim o próximo passo foi a utilização do Software Sphinx-Plus versão 2.0 para a, tabulação, geração dos gráficos, análise dos dados e conclusão dos resultados.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Essa seção destina-se a análise dos resultados e está estruturado em duas partes. A primeira parte destina-se a caracterização da instituição estudada, a seguir são apresentadas as percepções dos alunos em relação às cinco categorias do SERVPERF.

5.1 Caracterização da FADBA

A IES - Faculdade Adventista da Bahia - (FADBA) faz parte de uma das maiores redes de educação cristã do mundo, a rede “adventista de educação”. Os primeiros cursos do Ensino Superior foram na cidade de Cachoeira - BA no ano de 1998, a mesma é caracterizada como IES Privada confessional, no qual se entende que é constituída por grupos de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado onde atendem a orientação confessional e ideologia específica (BRASIL, 1996).

Conforme o site institucional da FADBA (2016), um dos Objetivos Institucionais é “promover a formação de profissionais, bacharéis e licenciados, que saibam ler o mundo e expressar-se de modo ético, analítico, criativo e crítico diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais”. Ainda segundo o site, organograma da mesma é composto por quatro direções, sendo elas: Direção Acadêmica, Direção Geral, Direção de Bem Estar Estudantil e Direção Administrativa, onde atendem cerca de 1.595 alunos presenciais matriculados no semestre letivo vigente (2016.2), onde os cursos oferecidos pela IES são: Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Fisioterapia, Gestão da Tecnologia e Informação, Odontologia, Psicologia, Pedagogia e Secretariado Executivo, sendo que os mesmos foram objeto de estudo desta pesquisa. Atualmente, a FADBA funciona nos turnos: matutino, vespertino e noturno.

5.2 Percepção dos discentes sobre a qualidade de serviços prestados na FADBA

Ao buscar analisar a percepção dos discentes em relação a qualidade de serviço, fez-se necessário antes delinear o perfil dos respondentes. A amostra de 310 alunos foi constituída da seguinte forma. A maioria era do sexo feminino [61%], com idade entre 16 a 24 anos [71%], conforme gráficos 1 e 2.

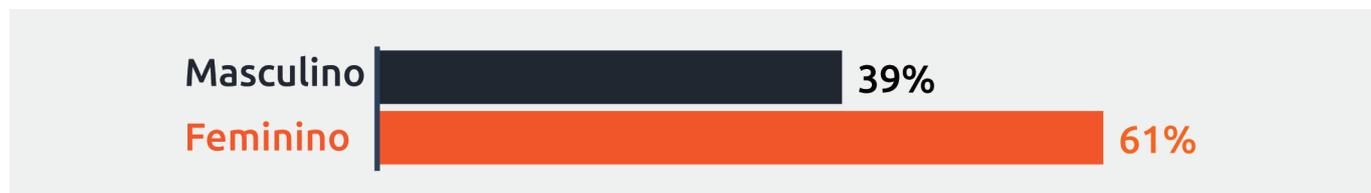


Gráfico 1 – Sexo

Fonte: Elaboração própria (2016)

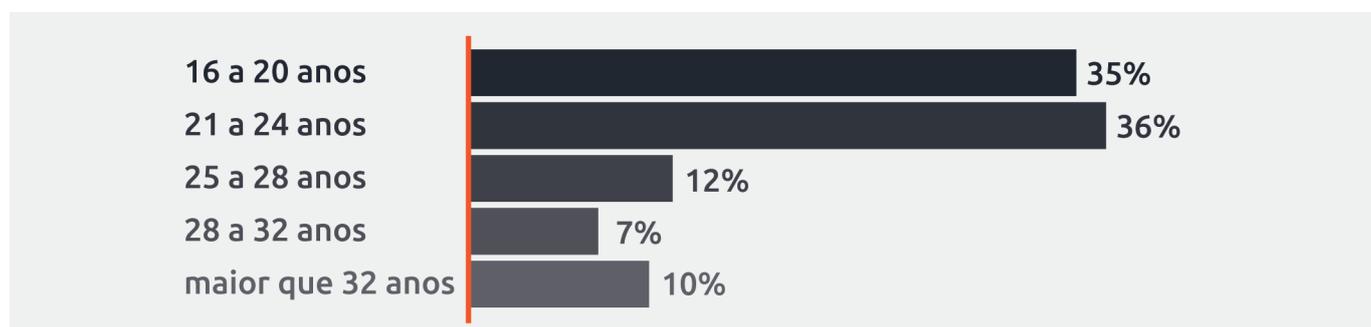


Gráfico 2 – Idade

Fonte: Elaboração própria (2016)

Ao busca compreender o perfil discente em relação a sua inserção na IES, verificou-se que a maioria está entre o 2º semestre e o 4º semestre e estudam em diferentes turnos: 54% matutino, 9% no vespertino e 38% noturno, sendo 11% do curso de administração, 13% do curso de Ciências Contábeis, 6% do curso de Enfermagem, 12% do curso de Fisioterapia, 7% do curso de GTI, 15% do curso de Odontologia, 11% do curso de Psicologia, 18% do curso de Pedagogia e 6% do curso de Secretariado Executivo, conforme gráficos 3, 4 e 5.

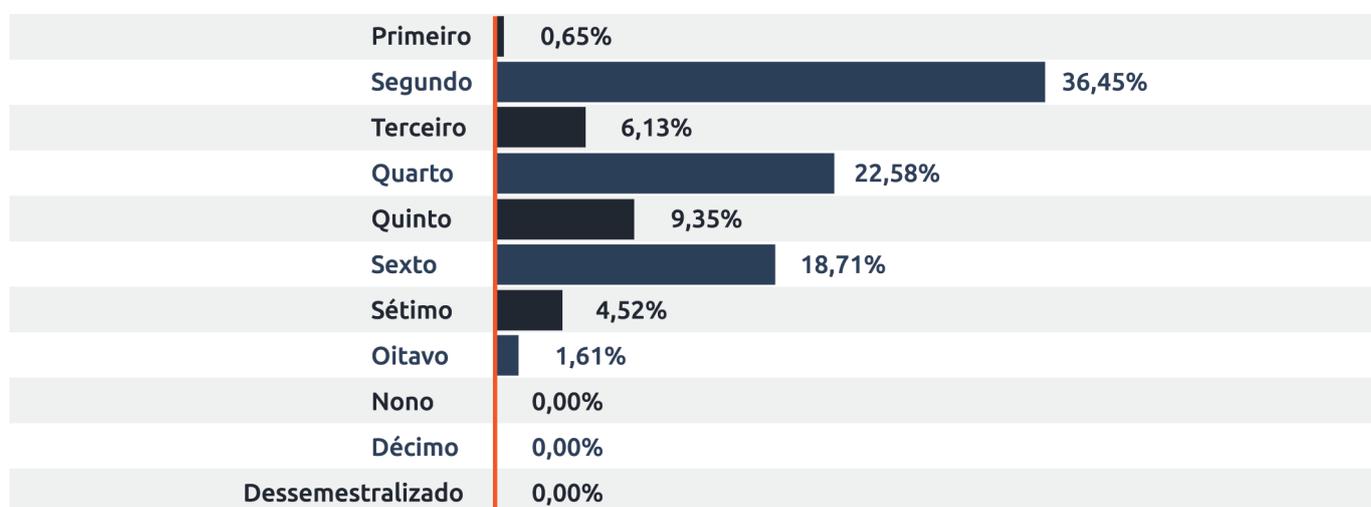


Gráfico 3 – Semestre

Fonte: Elaboração própria (2016)

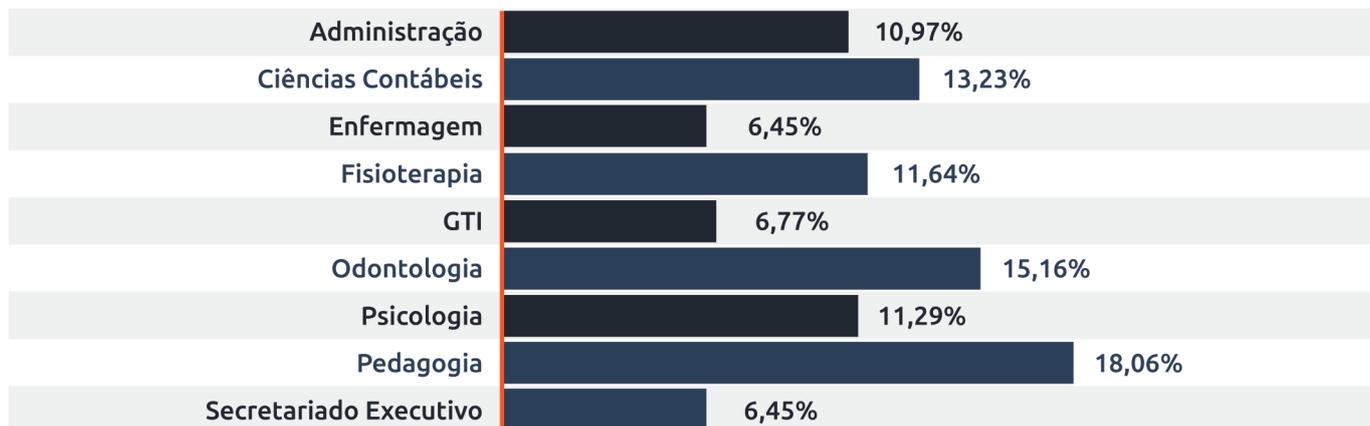


Gráfico 4 – Curso

Fonte: Elaboração própria (2016)

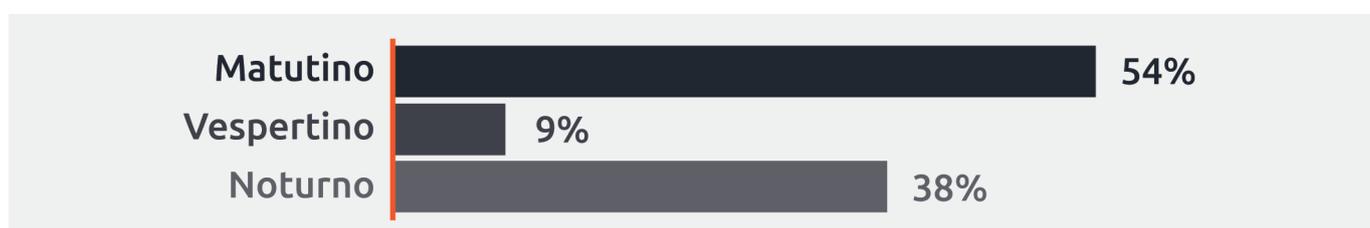


Gráfico 5 – Turnos

Fonte: Elaboração própria (2016)

Ao utilizar a escala SERVPERF, foram analisadas as cinco dimensões expostas por Parasuraman, Zeithaml e Berry (1988). A seguir, a tabela mostra os resultados das médias impetradas na aplicação do questionário.

Dimensão	Itens por Afirmações	T.M.A ¹	T.M.D ²
Tangibilidade	1. As instalações físicas (sala de informática, corredor, banheiro, etc) apresentam um nível adequado de limpeza e organização.	6,05	6,07
	2. A sala de aula possui equipamentos (ar condicionado, cadeiras, computador, etc) em pleno funcionamento e em bom estado de conservação.	6,12	
	3. O material utilizado no processo de ensino (textos, slides, etc) é claro, acessível e confiável.	5,75	
	4. Os funcionários (professores, assistentes, manutenção, limpeza, etc) usam vestimentas adequadas as suas atividades profissionais.	6,35	

1. T.M.A= TOTAL DA MÉDIA POR AFIRMAÇÃO

2. T.M.D= TOTAL DA MÉDIA POR DIMENSÃO

Confiabilidade	5. Os professores são qualificados para ministrar as aulas.	6,27	5,75
	6. As disciplinas são ensinadas de forma clara e objetiva.	5,75	
	7. Quando os alunos apresentam algum problema, o colegiado e os professores mostram interesse em solucioná-lo.	5,27	
	8. Os professores e o colegiado cumprem com os prazos prometidos.	5,51	
	9. Os documentos (provas, trabalhos, protocolos) são avaliados adequadamente.	5,97	
Responsividade	10. Os professores estão disponíveis para atender aos estudantes.	5,89	5,58
	11. O colegiado está disponível para atender aos estudantes.	5,49	
	12. Os estudantes são informados sobre quando suas solicitações serão atendidas e resolvidas.	5,19	
	13. Os funcionários (professores, assistentes, manutenção, limpeza, etc) prestam prontamente assistência ao aluno.	5,73	
Segurança	14. Os professores transmitem confiança quando estão apresentando um conteúdo.	6,18	6,06
	15. Os professores têm conhecimento para responder aos questionamentos relativos a disciplina.	6,37	
	16. Me sinto seguro em relação às minhas demandas/solicitações direcionadas aos funcionários do curso.	5,76	
	17. Os funcionários são corteses com os alunos.	5,91	
Empatia	18. Os horários do curso são convenientes para mim.	5,63	5,29
	19. As minhas necessidades são compreendidas pelo colegiado.	5,25	
	20. O colegiado e os professores oferecem atenção individual aos alunos.	5,08	
	21. Os professores ajudam os alunos com aconselhamento pessoal e de carreira.	5,32	
	22. Os interesses dos alunos são levados em conta para a tomada de decisão no curso.	5,16	

Tabela 1 – PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SOBRE A QUALIDADE DE SERVIÇOS PRESTADOS NA FADBA

Fonte : Elaboração própria (2016)

A tabela 1 expõe a média das Percepções dos discentes da Faculdade Adventista da Bahia por item de afirmação e por dimensão. Assim, essas dimensões estão divididas em cinco categorias: Tangibilidade, Confiabilidade, Responsividade, Segurança e Empatia. Foi verificado o nível de satisfação dos alunos em relação aos serviços de Educação Superior prestado pela FADBA, utilizando o modelo de sete pontos da escala Likert, que varia de 1 a 7, sendo 1 correspondente a Totalmente Insatisfeito e 7 correspondente a Totalmente Satisfeito (LARENTIS. et al. 2012).

Seguindo assim, a primeira dimensão analisada foi a **Tangibilidade**, onde ela é composta por quatro afirmações no qual é mensurada a percepção em relação às instalações físicas, equipamentos de sala de aula, materiais de ensino e os funcionários em geral. O resultado da média da dimensão foi 6,07. Logo, pode-se afirmar que essa média possui um alto grau de satisfação percebida pelo corpo discente da FADBA. As médias das afirmações desta dimensão foram divididas em 6,05 para

as instalações físicas, 6,12 para equipamentos de sala de aula, 5,75 para os materiais utilizados no processo de ensino, 6,35 para funcionários e suas vestimentas adequadas para atividades profissionais. Dessas informações três alcançaram um nível quase máximo de satisfação e apenas um está um pouco abaixo das demais, porém não fugindo de um grau elevado de satisfação percebida pelo consumidor. Desta forma observa-se que para usufruir de um maior nível de satisfação dos alunos da FADBA torna-se necessário um empenho maior no aspecto do material utilizado no processo de ensino em sala de aula (textos, slides, entre outros).

A segunda dimensão analisada foi a **Confiabilidade**, onde ela é composta por cinco afirmações sendo mensurada a percepção em relação à qualificação dos professores em ministrar as aulas com média 6,27, clareza na abordagem das disciplinas teve média de 5,75, a resolução de demandas por parte do colegiado teve média de 5,27, prazos cumpridos pelo colegiado com média de 5,51 e na afirmativa da satisfação na avaliação dos documentos em geral teve média de 5,97. O resultado da média total da dimensão foi 5,75. Logo, pode-se afirmar que essa média possui um nível tendencioso a um alto grau de satisfação percebida pelo corpo discente da FADBA. Desta forma, observa-se que para obter um maior nível de satisfação dos alunos da FADBA nessa dimensão faz-se necessário um empenho maior no aspecto da resolução das demandas por parte do colegiado.

A terceira dimensão analisada foi a **Responsividade**, composta por quatro afirmações. Desta forma, a disponibilidade dos professores para atender os alunos obteve a média 5,89, a disposição para atender os discentes teve a média 5,49, informações sobre atendimento das solicitações dos alunos teve média 5,19 e a assistência por parte dos funcionários teve média 5,73. Tendo o valor 5,58 como resultado da média total da dimensão. Portanto, essa média possui um nível tendencioso a um alto grau de satisfação percebida por parte dos discentes da FADBA. Tendo em vista os resultados apresentados dessa dimensão, é necessária uma atenção maior nos aspectos da disponibilidade do colegiado para atender os estudantes e principalmente na comunicação das informações sobre as resoluções das solicitações feitas por parte dos estudantes.

A quarta dimensão analisada foi a **Segurança**, composta por quatro afirmações. Desta maneira, a confiança no conteúdo passado pelos professores teve média 6,18, o conhecimento dos professores para responder os questionamentos dos alunos obteve a média 6,37, a segurança dos alunos em relação às demandas/solicitações direcionadas aos funcionários do curso alcançou a média 5,76 e a cortesia dos funcionários para os discentes teve média 5,91. Com a soma das afirmações, a dimensão teve uma média equivalente a 6,06, onde há um alto nível de percepção por parte dos discentes da FADBA. Deste modo, os resultados expostos nessa dimensão, mostra a indispensabilidade de um trabalho direcionado no aspecto da demanda/solicitação direcionada aos funcionários do curso.

A quinta e última dimensão analisada foi a **Empatia**, sendo composta por cinco afirmações. Assim, o total das afirmações da dimensão foi de 5,29, apresentando um nível satisfatório de concordância. Contudo, as médias das afirmações foram distribuídas da seguinte forma: a conveniência dos horários dos cursos teve média 5,63, a compreensão das necessidades dos alunos por parte dos alunos teve média 5,25, a atenção por parte do colegiado e dos professores para os alunos teve média 5,08, conselhos dados pelos professores sobre carreira e vida pessoal teve média 5,32 e a tomada de decisão no curso que são levadas em consideração as opiniões dos alunos teve

média 5,16. Com os resultados explanados nessa dimensão, pode-se deduzir a irrefutabilidade na importância de um enfoque maior na atenção por parte do corpo docente e do colegiado para com os alunos.

Foi observado nesse presente estudo que a FADBA possui um a média total das dimensões da qualidade de 5,75, logo, pode-se afirmar que a faculdade Adventista da Bahia estar bem próximo ao nível máximo da qualidade percebida pelo seu consumidor, mas precisa ainda ajustar alguns pontos em determinadas dimensões, como na dimensão **Confiabilidade**, que apresentou déficit nas afirmações 7 e 8, com médias de 5,27 e 5,51 respectivamente e também na dimensão **Empatia** que apresentou déficit nas afirmações 20 e 22, com médias de 5,08 e 5,16 respectivamente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo trouxe como objetivo principal, mensurar a satisfação dos alunos da Faculdade Adventista da Bahia em relação ao serviço educacional ofertado pela FADBA, uma Instituição que faz parte de uma das maiores redes de educação cristã do mundo, a rede “adventista de educação”.

Ao buscar caracterizar a FADBA como instituição de ensino; verificou-se que a IES é oriunda de uma rede educacional de cunho religioso, conhecida como a Rede Mundial Adventista de Educação. A rede de ensino está presente em 165 países, com mais de 7.883 instituições de ensino infantil e superior, contando com a participação de aproximadamente 90 mil professores que estão comprometidos com a educação de cerca de 1,8 milhão de alunos. Em relação ao nível superior de ensino essa rede se propõem a proporcionar uma educação cristã que qualifique o estudante para atender as necessidades profissionais requeridas pelo mercado de trabalho, segundo dados do site Educação Adventistas (2016). Foi nesse contexto que se mensurou a percepção dos discentes em relação as cinco áreas da SERVPERF: Tangibilidade, Confiabilidade, Responsividade, Segurança e Empatia.

Buscou-se analisar, também, a satisfação dos clientes quanto aos serviços prestados. Assim, notou-se um resultado positivo em relação a todas as dimensões.

Os discentes demonstraram-se satisfeitos quanto aos fatores pesquisados, porém, esse estudo demonstra que existem alguns fatores que precisam de uma melhor atenção por parte da instituição, tais como: **Confiabilidade** e **Empatia** que apresentaram déficits nas afirmações 7, 8, 20 e 22 com médias variando de 5,08 a 5,51 respectivamente.

Nesse percurso de investigação foi possível quantificar a qualidade percebida pelos alunos da FADBA, demonstrando, através da ferramenta SERVPERF, os níveis da percepção de cada cliente escalando suas categorias e médias.

Assim, a Faculdade Adventista da Bahia possui uma grande aceitação na percepção de seus

alunos. A ferramenta indica que as médias devem estar acima de 5,85 para ser considerado um nível de alta qualidade percebida. Sugere-se à Faculdade Adventista da Bahia um trabalho intensivo e direcionado às dimensões que ficaram abaixo de 5,85, de modo que se tenha uma melhoria contínua na qualidade percebida pelos seus alunos, aumentando o seu valor agregado e intensificando o melhor serviço para esse público-alvo.

Levando-se em consideração que a FADBA, tal qual a Rede Adventista, se propõe a proporcionar uma educação cristã que qualifique o discente para atender as necessidades profissionais requeridas pelo mercado de trabalho, espera-se que ao ampliar os indicadores de satisfação em relação a oferta dos serviços educacionais, amplie-se também a assertividade da formação ofertada.

REFERÊNCIAS

ANPAD. **Dilemas na construção de escalas tipo likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados?**. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/epq-a1615.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2016.

CARVALHO, Marly M. et al. Gestão da qualidade. **Teoria e casos**, v. 2, 2012.

Cronin, J.J. Jr and Taylor, S.A. (1994), "**SERVPERF versus SERVQUAL: reconciling performance based and perceptions-minus expectations measurement of service quality**"

DRUCKER, P.F. **Desafios Gerenciais para o Século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999, p.10-49.

EDUCAÇÃO ADVENTISTA. Disponível em: http://www.educacaoadventista.org.br/?utm_expId=155895556.XP3WfHWKS4-djHwNUfWymw.0. Acesso em: 09 nov. 2016.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação**. 7.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2014. 536 p.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução: Sandra Regina Netz. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2 ed. São Paulo: Atlas.S.A, 1989. 206 p.

GRONROOS. CHRISTIAN. **Marketing – Gerenciamento e Serviços**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

INEP. **Censo da educação superior 2004 resumo técnico**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/resumo_tecnico-censo_2004.pdf. Acesso em: 09 nov. 2016.

INEP. **Evolução do ensino superior- graduação 1980-1998**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf. Acesso em: 09 nov. 2016.

INEP. **Resumo técnico censo da educação superior 2008 (dados preliminares)**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf. Acesso em: 09 nov. 2016.

IPEA. **Gestão da qualidade: evolução histórica, conceitos básicos e aplicação na educação**. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/pdfs/tds/td_0397.pdf. Acesso em: 09 nov. 2016.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de serviços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LOVELOCK, Christopher H.; WRIGHT, Lauren K. *Principles of service marketing and management*. New Jersey: Prentice Hall, 1999.

LOVELOCK, Christopher; WIRTZ, Jochen. **Marketing de serviços: pessoas, tecnologia e resultados**. Tradução de Arlete Simille Marques; Revisão de Edson Crescitelli. 5.ed. São Paulo - SP: Pearson Prentice Hall, 2006.

MEC. **Censo da educação superior 2014 - notas estatísticas**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf. Acesso em: 09 nov. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? In: **Caderno de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz**, jul./set., 1993.

MOURA, L.R. **Qualidade simplesmente total: uma abordagem simples e prática da gestão da qualidade**. Rio de Janeiro: Qualitymark ed., 1997

OTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. Tradução de Mônica Rosenberg, Cláudia Freire, Brasil Ramos Fernandes. 12. ed. São Paulo - SP: Pearson Prentice Hall, 2006.

Parasuraman, A., Zeithaml, V. and Berry, L.L (1985), "**A conceptual model of service quality and its implications for future research**", *Journal of marketing*, Vol. 49, Autumn, pp. 41-50.

PLANALTO. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 nov. 2016.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DA PUCRS. **Análise da importância em pesquisas de satisfação através da regressão múltipla: estudo do efeito de diferentes pontos de escala**. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/view/13096/13271>. Acesso em: 09 nov. 2016.

REVISTA DE HISTÓRIA.COM.BR. **200 anos de ensino superior**. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/200-anos-de-ensino-superior>. Acesso em: 09 nov. 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. São Paulo - SP: Atlas, 1999.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la>. Acesso em: 09 Nov. 2016.

ZEITHAML, Valarie A. **Marketing de Serviços: a empresa com foco no cliente** – Valarie A. Zeithaml e May Jô Bitner; trd. Martin Albert Haag e Carlos Alberto Silveira.

Patrick César Santos Silva

patrick.cesars21@gmail.com

Graduado em Administração (2016) pela Faculdade Adventista da Bahia. Um dos autores do artigo "O impacto do uso de redes sociais no ambiente de trabalho" (Silva, P, C, S; Reis, A, R, S, 2016). Tem experiência em Ciência da Computação através do curso realizado na Universidade Estadual de Santa Cruz até o quarto semestre (2010-2012). Em inglês, pelo CCAA, nível intermediário. Atualmente, é o gerente de Tecnologia e Informação na Associação Bahia Central, órgão responsável pelo gerenciamento da Igreja Adventista do Sétimo dia na parte Central da Bahia, responsável por toda infraestrutura, tanto física quanto virtual.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2017
Caderno Especial

RESUMO

O uso de redes sociais vem se tornando parte do dia-a-dia tanto das pessoas como das organizações. Para as organizações, se tornou uma ferramenta fundamental para comunicação interna e principalmente para a externa devido ao seu grande alcance e por romper as barreiras do espaço e do tempo. Para as pessoas, é uma ferramenta para comunicar-se com a família, amigos, trabalho e para compartilhar acontecimentos de seu cotidiano. Com isso, essa pesquisa tem por objetivo verificar o impacto dessas redes no ambiente de trabalho, desde de o uso como ferramenta de trabalho para melhorar e facilitar a comunicação até como o uso impróprio dessa ferramenta pode afetar a empresa. Para a realização dessa pesquisa, foi elaborado um questionário com perguntas relacionadas as redes sociais mais utilizadas tanto no ambiente de trabalho como particularmente; média de horas utilizando redes sociais; e principalmente, qual a visão dos gestores e de seus colaboradores quanto ao uso de redes sociais no ambiente de trabalho. Os resultados da pesquisa revelam que não houve impactos negativos com relação ao uso das redes, pelo contrário o uso dessas redes reduziu os gastos com comunicação e agilizou o processo de trabalho.

Palavras-chave:

Redes Sociais. Ambiente Organizacional. Benefícios de Redes Sociais.

1. INTRODUÇÃO

As redes sociais tem feito parte de nossas vidas desde os primórdios da raça humana, e que com a evolução das tecnologias essa interação social ficou mais facilitada, pois rompeu as barreiras do espaço e do tempo, além de ter possibilitado as organizações de interagirem mais facilmente com seus *stakeholders*. Então podemos

SILVA, Patrick César Santos. **O impacto do uso de redes sociais no ambiente de trabalho**. *Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 10, n. 5, p. 71 - 82, nov. 2017.*

definir rede social como “um conjunto de nós ou autores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou laços de tipos específicos. O conteúdo inclui informação, conselho ou amizade, interesses compartilhados ou pertencimentos, e tipicamente algum nível de confiança” (CRUZ apud GRANOVETTER, 2009, p. 20).

Segundo Capra (2002, p.267), as redes organizacionais são muito importantes. Com base na sua dinâmica, as redes, no contexto organizacional, funcionam como ambientes que servem para compartilhar e trocar informações e conhecimentos. São espaços que podem ser presenciais como também virtuais, em que pessoas com objetivos em comum trocam experiências, criando bases para gerar informações relevantes para o setor em que atuam.

O grande crescimento tecnológico dá acesso aos usuários de estarem conectados “*All the time*”. Essa conexão de “*All the time*” possibilita aos usuários estarem conectados em todo momento, através de aparelhos móveis. Esta facilidade que encontramos hoje deixa as empresas de mãos atadas, pois não tem como monitorar e controlar o acesso a redes sociais. Assim pode ocorrer de o funcionário ficar dividindo sua atenção entre o trabalho e as redes sociais pessoais.

O ambiente de trabalho passou a ser um ambiente para “se socializar”, e essa é uma questão que muitos gestores buscam encontrar a melhor maneira de equilibrar essa situação. Exatamente, equilíbrio é a principal opção que se deve buscar, porque para alguns gestores o uso das redes sociais realmente pode ser prejudicial ao desempenho dos seus funcionários, mas para outros, não.

Nesse contexto parte-se da seguinte questão de investigação: quais os principais desafios enfrentados pelos gestores da Associação Bahia Central (ABaC) com o uso de redes sociais no ambiente de trabalho?

O principal objetivo desse trabalho é analisar o impacto do uso de redes sociais dentro do ambiente de trabalho da ABaC e como lidar com essas situações, mais especificamente busca-se trazer à tona a visão que os gestores e seus subordinados tem sobre o uso de redes sociais no ambiente de trabalho. Assim busca-se como objetivos específicos: identificar aspectos como influência das redes sociais sobre os indivíduos; avaliar a importância delas para a organização; Identificar os aspectos negativos gerados por seu uso; avaliar formas de gerir o uso de redes sociais na organização.

A metodologia se configura com base em uma pesquisa exploratória, e uma pesquisa de campo de orientação quantitativa e qualitativa, utilizando-se de um questionário para coletar informações mais precisas sobre os acessos às redes sociais.

Este estudo traz uma base para novos estudos, podendo gerar novos meios de gerir e de como equilibrar o uso de redes sociais no ambiente de trabalho sem gerar danos às organizações e(ou) aos colaboradores. Além de fazer um levantamento dos aspectos positivos do uso das redes sociais na organização estudada, como também os aspectos negativos.

Este estudo está dividido da seguinte maneira, primeiro apresenta-se a introdução, que traz os aspectos delineadores da pesquisa; a seguir apresenta-se a revisão bibliográfica, que está dividida em duas seções: TICs e Avanço das Redes sociais e Redes Sociais, depois a Metodologia, na

terceira seção, e a Análise de Resultados na quarta. Por fim a quinta e última seção apresenta as Considerações Finais.

2. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O AVANÇO DAS REDES SOCIAIS

A tecnologia da informação e comunicação (TIC) é de fundamental importância no processo de informação e comunicação das pessoas e organizações, que pode ser entendida como um conjunto de tecnologias integradas, por meio de Hardwares e softwares que proporcionam a automação no processo de aprendizagem, comunicação e pesquisa (ROSA, 2006).

Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2005) TIC é definido como:

[...] basicamente ferramentas de manejo de informação – uma série variada de bens, aplicações e serviços que é usada para produzir, armazenar, processar, distribuir e trocar informações. Elas incluem as “antigas” TIC de rádio, televisão e telefone, e as “novas” TIC de computadores, satélites e tecnologia sem fio e a Internet.

O crescimento da tecnologia rompe as barreiras do espaço físico e aproxima os indivíduos através de ferramentas digitais, pois faz parte do cotidiano de todos, tanto das pessoas como das empresas. Participar deste desenvolvimento torna-se essencial à sobrevivência das organizações no mercado (REICHERT, 2009). A resposta a essa pergunta “Quais são os impactos das TIC no mundo hoje?” É citada pela União Internacional das Telecomunicações (ITU) (2006): “Você quer saber a diferença que a informação e a tecnologia fazem? Tente viver sem elas [...]”.

Assim pode-se afirmar que as TICs deixaram de ser apenas uma ferramenta usual e passaram a ser fundamentais para as organizações e sua sobrevivência. No mundo do trabalho, as TICs são importantes operadores de tempo, além de exercer grande influência na experimentação espaço temporal dos trabalhadores (BESSI et al, 2013).

Como o uso das TICs se tornou fundamental para as organizações, e o seu grande avanço possibilitou aos usuários ficarem conectados em todo momento, através de aparelhos móveis como (Celulares, notebooks), sem ter como a organização monitorar ou controlar os acessos, as empresas acabam ficando de mãos atadas. Assim pode ocorrer de o funcionário ficar dividindo sua atenção entre o trabalho e as redes sociais pessoais. Segundo Rushkoff (2012, p. 150) “seremos conduzidos em direção a atividades que ajudam a nos distrair dos desafios”, e o quanto seremos capazes de não nos deixar influenciar pelas tecnologias?

3. REDES SOCIAIS

As redes sociais tem feito parte da vida das gerações mais recentes desde quando nascem, participando da vida familiar, escolar e laboral. Segundo Marteleto (2001, p.72), as redes sociais são “[...] um conjunto de participantes, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”.

Segundo Silva e Ferreira (2007) rede social é um conjunto de pessoas, empresas, entre outras organizações, que se relacionam ou trocam informação de forma profissional (relações de trabalho, negociação) ou pessoal (amizades, família).

De acordo com Sodré (2002, p.14), rede é “onde as conexões e as interseções tomam o lugar do que seria antes pura linearidade”. Ou seja, as comunicações no âmbito das redes sociais ocorre de forma direta (pessoalmente) ou através de um veículo de comunicação, (tais como: telefone, e-mail) como mediador.

O uso de redes sociais tem aumentado muito rápido nos últimos anos de forma surpreendente. Telles (2010) informa que o percentual de pessoas que usam algum tipo de rede social no Brasil é de mais de 80%, crescendo a cada dia, com pessoas que desenvolvem uma necessidade constante de manter-se conectado.

O foco da maioria das Redes Sociais está voltado para a exposição pública. Segundo Recuero (2011, p. 109) as redes sociais são utilizadas para a criação e divulgação da reputação do usuário. Já Komesu (2010) admite as redes sociais como de meio que as pessoas que não tem uma posição social de destaque, usam para compartilhar acontecimentos do seu cotidiano e de suas histórias.

É de se esperar que, com o avanço das Redes Sociais, o número de opções de acesso aumente. São muitos os tipos de redes disponíveis, mas isso não significa que exista algumas redes que sobressaiam entre a maioria.

Liderando o topo das redes sociais por mais de cinco anos consecutivos, o Facebook é um dos grandes fenômenos que mais cresce entre as redes sociais. O Facebook tem praticamente ditado as regras de comportamento em redes sociais, e inclusive, é utilizada por empresas para seleção de novos funcionários através de seus perfis. Em sua página oficial, o Facebook define-se como um produto/serviço que tem por missão “oferecer às pessoas o poder de partilha, tornando o mundo mais aberto e interligado (FACEBOOK, 2013) ”.

Na sequência, as redes sociais que ficam atrás do Facebook é o WhatsApp (o aplicativo de mensagens instantâneas que vem se tornando cada vez mais presente nas áreas de comunicação de empresas, pela possibilidade de gerar negócios e ser um canal de comunicação e de serviço de atendimento ao cliente) e o Instagram (rede social baseada em imagens que permite que as pessoas se comuniquem pelas inesgotáveis possibilidades das fotos e dos vídeos, abrindo espaço para uma comunicação mais humanizada).

Com a evolução dos meios de comunicação, tendo como a maior marco o surgimento da Internet, as relações sociais superam o espaço da geografia, espaço físico e tempo. Ainda assim, o ambiente

externo continua possuindo grande influencia da comunicação em rede. Conforme Wellman (1996) as relações em rede estão intrinsecamente ligadas à realidade que está a sua volta; a rede é influenciada pelo seu ambiente e esse por ela.

4. METODOLOGIA

Buscando atingir o principal objetivo, para este trabalho foi usado o método qualitativo, pois o objetivo desse artigo é aprofundar da compreensão de um grupo social, de uma organização. Baseado em uma pesquisa através do Sphinx Plus 2, sistema de elaboração de questionários e de análise estatística, para o desenvolvimento do tema presente.

O estudo é caracterizado como um estudo de caso exploratório. A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar proximidade com o problema, com o foco em torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007).

Para Gonçalves (2014) pesquisa exploratória visa à descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes. A exploração representa, atualmente, um importante diferencial competitivo em termos de concorrência.

No caso dessa pesquisa se configura como um estudo de caso, pois pretende-se estudar um fenômeno através de uma investigação intensa de um único caso (GOLDENBERG, 1997, p. 33).

Para isso desenvolveu-se um questionário com 27 perguntas para coletar os dados, sendo que destas, 23 questões são fechadas e são 4 abertas, sendo que as questões de 1 a 4 está relacionada ao perfil, da 5 a 8 sobre uso de redes sociais no ambiente de trabalho, da 9 a 16 sobre a frequência de uso das redes sociais, da 17 a 27 é sobre a importância das redes sociais, este após sua conclusão e avaliação foi aplicado na sede da associação pesquisada.

Os questionários foram aplicados pessoalmente, no período compreendido entre os dias 13 e 14 do mês de outubro de 2016, com todos os gestores e colaboradores presentes na organização, formando um total de 47 questionários aplicados. Para a tabulação, resultado e cruzamento de dados foi utilizado Sphinx Plus 2.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo destina-se a apresentação da análise dos resultados da pesquisa de campo realizada na ABaC. Para tal apresentação parte-se inicialmente da caracterização da organização estudada, para a seguir apresentar a percepção dos gestores em relação ao uso das redes sociais no ambiente organizacional.

5.1. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ESTUDADA ABaC

A Associação Bahia Central – ABaC - sede administrativa da Igreja Adventista do Sétimo Dia na região central da Bahia foi fundada no dia 21 de dezembro de 2003 e está localizada na cidade de Feira de Santana/BA. É responsável por 482 igrejas espalhadas de Valença a Paulo Afonso, e pelas Escolas Adventistas de Santo Antônio de Jesus, Valença e Colégio Adventista de Feira de Santana. Em sua sede administrativa, a ABaC conta com a participação de 47 funcionários, que são divididos em diversas áreas desde contabilidade até departamentos de saúde. O número de funcionários é maior se considerado o número de pastores distritais e de funcionários das escolas. Além de ser responsável por atender igrejas e escolas da região, a ABaC também é responsável pelas notícias locais no canal Novo Tempo.

5.2. PERCEPÇÃO DOS GESTORES DA ABaC EM RELAÇÃO AO USO DAS REDES SOCIAIS

Buscando encontrar o impacto do uso dessas redes no ambiente de trabalho da ABaC, foi realizado um questionário que contemplou o senso da organização, formado por 47 funcionários, onde 44,6% dos respondentes são do sexo feminino, formando um total de 20 funcionárias e 57,4% do sexo masculino, totalizando em 27 funcionários. A maioria dos respondentes possui entre 30 e 40 anos, representando 34% dos pesquisados, 31,9% com a idade entre 19 e 29 e depois 21,3% entre 41 e 50.

Para a escolha das redes sociais a serem pesquisadas na organização, foi realizado um censo, para verificar quais redes eram mais utilizadas pelos gestores e seus subordinados, apresentado os resultados na tabela a seguir.

Pessoais	Qt. cit.	Frequência
Não resposta	2	4,3%
Facebook	30	63,8%
Instagram	10	21,3%
Twitter	2	4,3%
WhatsApp	43	91,5%
Linkedin	2	4,3%
Google+	3	6,4%
Snapchat	0	0,0%
Youtube	15	31,9%
Total OBS.	47	

Tabela 1 – Redes mais utilizadas
Fonte: Elaboração própria (2016)

As redes sociais como Facebook, WhatsApp e Youtube estão em constante crescimento, tornando-se cada vez mais frequentes nas organizações, e a evolução das TICs e suas facilidades vêm contribuindo o para o uso. Diferentemente do apontado no referencial teórico que destaca o Facebook como a rede mais acessada, nesse estudo o WhatsApp lidera a utilização com 43 indicações, seguida do Facebook com 30 indicações.

Um dos aspectos importantes para analisar a influência das redes sociais sobre os indivíduos, é o tempo dedicado a essas redes. Então realizamos uma pesquisa usando as redes mais utilizadas, enfatizando o tempo e a abrangência.

VOCÊ USA FACEBOOK:	Qt. cit.	Freq.	VOCÊ USA YOUTUBE:	Qt. cit.	Freq.	VOCÊ USA WHATSAPP:	Qt. cit.	Freq.
2 horas	6	12,8%	2 horas	17	36,2%	Não resposta	1	2,1%
3 horas	0	0,0%	3 horas	2	4,3%	2 horas	16	34,0%
4 horas	0	0,0%	4 horas	3	6,4%	3 horas	6	12,8%
Mais de 5 horas	3	6,4%	Mais de 5 horas	1	2,1%	4 horas	4	8,5%
Não utilizo	38	80,9%	Não utilizo	24	51,1%	Mais de 5 horas	16	34,0%
TOTAL OBS.	47	100%	TOTAL OBS.	47	100%	Não utilizo	4	8,5%
						TOTAL OBS.	47	100%

Tabela 2 – Redes mais usadas versus tempo de utilização

Fonte: Elaboração própria (2016)

Conforme os resultados da pesquisa, a rede social mais utilizada pelos colaboradores da ABaC, e na qual eles dedicam mais tempo no ambiente de trabalho, é o aplicativo Whatsapp.

Foi-se realizada uma entrevista com os principais gestores, aqueles que têm um alto número de subordinados para gerenciar. Em entrevista com o gestor do setor de Controladoria de Igrejas, setor responsável pela parte contábil de cada igreja do associação, o gestor Denisson Silva, em suas palavras, comenta que o WhatsApp no ambiente de trabalho é uma ferramenta que, se utilizada da maneira correta, pode ser a melhor ferramenta para as empresas. Em seu setor, a necessidade de ligações diárias para tesoureiros de cada igreja no território da ABaC, passou a ser substituída por mensagens de texto e voz no WhatsApp. Dessa forma, houve uma economia nos recursos da empresa e no tempo de execução do trabalho.

O principal desafio que o gestor apresentou ter em seu setor é o de manter o controle do uso da rede social por seus subordinados, pois, utilizar a mesma para assuntos pessoais é basicamente fácil. Para controlar tal dificuldade, o gestor utiliza de desafios diários, para cada colaborador, deixando-o sem tempo de executar tarefas que não sejam vinculadas ao trabalho.

Assim, nota-se a importância de saber mais sobre os impactos dessa rede sobre a organização. Para isso, foi feito um cruzamento da opinião tanto dos gestores como de seus subordinados sobre a importância do uso do WhatsApp para a ABaC.

 POSSUI CARGO DE GERÊNCIA?	Não importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	TOTAL
Sim	0	1	4	11	16
Não	2	1	12	16	31
TOTAL	2	2	16	27	47

Tabela 3 – Número de gestores que utilizam WhatsApp

Fonte: Elaboração própria (2016)

 POSSUI CARGO DE GERÊNCIA?	Não importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	TOTAL
Sim	0,0%	6,3%	25,0%	68,8%	100%
Não	6,5%	3,2%	38,7%	51,6%	100%
TOTAL	4,3%	4,3%	34,0%	57,4%	100%

Tabela 4 – Importância do WhatsApp para os gestores e colaboradores

Fonte: Elaboração própria (2016)

Para 68,8% dos gestores o WhatsApp é muito importante para a Organização, 25% diz que é importante e 6,3% diz que é pouco importante. Já para os colaboradores que não tem cargo de gerencia, 51,6% diz que o aplicativo é muito importante, 34% diz que é importante, 4,3% diz que é pouco importante e 4,3% diz que não é importante. Então no geral 57,4% da organização considera o aplicativo Whatsapp muito importante, 34% considera importante e apenas 8,6% considera pouco ou nada importante.

Para maior aprofundamento da pesquisa foi questionado quais são os benefícios que o uso do WhatsApp traz para a ABaC.

Valores	Qt. cit.	Frequência
Velocidade de Comunicação	21	35,0%
Facilidade de Comunicação	18	30,0%
Nenhum	5	8,3%
Velocidade nos processos	5	8,3%
Redução de custo	3	5,0%
Comunicação externa	2	3,3%
Acesso a informações	1	1,7%
Aumento na produtividade	1	1,7%

Comércio online	1	1,7%
Comunicação interna	1	1,7%
Cursos online	1	1,7%
Transmissão de informação	1	1,7%
Total	60	100,0%

Tabela 5 – Benefícios do uso do WhatsApp na ABaC

Fonte: Elaboração própria (2016)

Conforme a tabela anteriormente apresentada os principais pontos fortes do uso dessa rede social para a organização é em aumento de velocidade na comunicação 35%, facilidade de comunicação 30%, redução de custos com relação ao processo de comunicação 5% e comunicação com seu público 3,3%.

Mas há um contraponto como mostra a tabela a seguir, segundo o pensamento dos funcionários.

Valores	Qt. cit.	Frequência
Desvio de foco	33	62,3%
Queda na produtividade	10	18,9%
Nenhum	5	9,4%
Perda de privacidade	4	7,5%
Vício	1	1,9%
Total	53	100,0%

Tabela 6 – Malefícios do uso de redes sociais na ABaC

Fonte: Elaboração própria (2016)

O desafio dos gestores da organização é fazer com que a principal desvantagem do uso de redes sociais no ambiente de trabalho seja controlada. Com o desvio do foco por conta do WhatsApp ou outras redes sociais, automaticamente a queda na produtividade será visível. Atividades que poderiam ser executadas em pouco tempo duram mais que o necessário por conta do funcionário estar fazendo mais de uma coisa ao mesmo tempo. O desvio de foco pode, também, colaborar com o humor do funcionário, que ao utilizar as redes sociais para uso pessoal, acaba deixando tais coisas afetarem seu humor, sua disposição para o trabalho. Em entrevista com o gestor de compras e vendas da organização, o senhor Jorge Menezes citou que o desenvolvimento das atividades que envolvem dinheiro estava sendo afetado pelo uso do WhatsApp. Muitos clientes reclamavam por falta de atenção do funcionário em atendimento e muitos serviços como empacotamento de mercadorias, trocos, eram feitos desmazeladamente. Para a resolução de tal problema, proibiu-se o uso de *smartphones* durante atividades que envolvam transações comerciais.

Em entrevista com o gestor de Tecnologia da Informação da empresa, medidas de controle de uso

da internet foram questionadas e, um fato interessante a ser relatado é o de que, por mais que a organização limite o uso de redes sociais através de mecanismos da rede interna, os usuários sempre terão ao seu dispor o uso de internet móvel em seus *smartphones*. Mais uma vez, a ideia de proibir o uso de redes sociais em seu ambiente não pode ser levada em consideração, visto que a organização não tem controle total de acesso a internet do usuário em seus aparelhos pessoais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo sobre o impacto do uso de redes sociais no ambiente de trabalho, mais específico na Associação Bahia Central, que segundo alguns estudos, é uma questão importante para o desenvolvimento da empresa e de seus colaboradores.

O primeiro passo foi o levantamento de um estudo sobre a origem das redes sociais, seu público-alvo e o avanço da mesma. O estudo buscou também diferenciar conceitos de redes sociais e seus principais tipos. Depois do levantamento dessas informações, através de uma pesquisa, foram identificadas quais são as redes sociais mais utilizadas. Mesmo com as redes sociais mais definidas, foi-se realizada uma pesquisa na própria instituição para descobrir quais seriam as redes sociais mais utilizadas pela equipe em específico. Vale ressaltar que o medo de se expor é um fator importante para a obtenção dos resultados da pesquisa aplicada. Por mais claro que fique que a pesquisa não apresentava a intenção de prejudicar nenhum colaborador, os mesmos demonstraram receio ao responder os questionários. Os resultados desta pesquisa deram origem ao capítulo cinco deste trabalho.

Como identificado na pesquisa, o WhatsApp é a rede social mais utilizada no ambiente da ABaC. O impacto de seu uso, então, foi a questão buscada posteriormente. É notável que a rede social WhatsApp é considerada tanto pelos colaboradores quanto pelos gestores da empresa como uma ferramenta positiva para o desenvolvimento das atividades. Os benefícios gerados por seu uso são inúmeros, desde economia, tanto em dinheiro quanto em tempo, até a agilidade que ele traz para o ambiente de trabalho. Podemos perceber, através das tabelas construídas com os resultados da pesquisa realizada na organização, e também através da entrevista realizada com o gestor de um dos maiores setores da ABaC que o WhatsApp, apesar de possuir desvantagens, os aspectos positivos do uso do mesmo no ambiente de trabalho são maiores que os negativos.

A conclusão final é que se pode estudar algumas alternativas para o controle do uso do WhatsApp e, conseqüentemente, de outras redes no ambiente de trabalho. Vale ressaltar que não será possível controlar completamente o uso das mesmas, visto que existem maneiras que o funcionário pode utilizar suas redes sociais sem a utilização de rede de internet da organização. Por outro lado, o objetivo da organização nunca foi de proibir o uso de redes sociais no ambiente de trabalho mas sim, de encontrar maneiras que o uso da mesma não prejudique no desenvolvimento do colaborador e também da empresa. Com a ajuda do gestor, pode-se desenvolver um bom equilíbrio no uso dessas sem prejudicar as atividades desenvolvidas e a organização.

REFERÊNCIAS

- BESSI, Vania Gisele; PUFFAL, Daniel Pedro; SCHREIBER, Dusan; TONDOLO, Vilmar Antonio Gonçalves. **As Tecnologias de Informação e Comunicação e sua Influência na Vivência Espaço-temporal de Trabalhadores Bancários**. IV Encontro de Administração da Informação. Bento Gonçalves/RS – 19 a 21 março de 2013.
- CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CRUZ, June Alisson Westarb et al. – **Redes sociais e organizacionais em administração**. Curitiba: Juruá, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- GONÇALVES, H. A. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2014.
- MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Promoting ICT for human development in Asia 2004: realising the millennium development goals**. New Delhi: PNUD/Elsevier: 2005.
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. 2ª Ed - Porto Alegre: Sulina, 2011.
- REICHERT, Kátia Cibele. **Uso de tecnologias da informação e comunicação para a legitimação e preservação da imagem organizacional: um estudo de caso na indústria de calçados West Coast Ltda**. 2008. 65 f. Monografia (Conclusão do Curso de Comunicação Social - Habilitação em Relações Públicas) - Feevale, Novo Hamburgo RS, 2008.
- ROSA, Mario. **A reputação na velocidade do pensamento: a Imagem e a Ética na Era Digital**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.
- RUSHKOFF, Douglas. **As 10 questões essenciais da era digital: programe seu futuro para não se programado por ele**. São Paulo, SP. 2012.
- SILVA, A.; FERREIRA, M. **Gestão do conhecimento e capital social: as redes e sua importância para as empresas**. *Informação & Informação*, Londrina, v. 12, n. esp., 2007.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002
- TELLES, André. **A Revolução das Mídias Sociais. Cases, Conceitos, Dicas e Ferramentas**. São Paulo: M.Books, 2010.

UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – UIT. **World telecommunication/ICT development report:** measuring ICT for social and economic development. ITU, 2006.
Disponível em: . Acesso em: 16 fev. 2015.

WELLMAN, Barry. **Are personal communities local? a dumptarian reconsideration.** *Social Networks*, Amsterdam, v. 18, p. 347-354, 1996.

Ana Paula Lopes da Silva

anapaula.lopes@hotmail.com

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), no âmbito do Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento - GEPICC. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI (2013) e Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF (2014). Atua na gestão e organização de Unidades de Informação. Atualmente é Bibliotecária pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.

Platini Gomes Fonseca

platinifonseca@hotmail.com

Doutorando em Administração, na área de Tecnologia, Inovação e Competitividade, pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui graduação em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (2007); MBA em Marketing - UNIFACS (2010); Especialização em Gestão da Educação a Distância (2013); e Mestrado em Administração - UFBA (2014). Atualmente é técnico administrativo de nível superior da Universidade Federal do Vale do São Francisco, lotado na Diretoria de Planejamento. Tem experiência na área de Gestão Pública, Planejamento Estratégico e Gestão de TI.

Daniella Barbosa Silva

sec.daniella@gmail.com

Mestra em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Possui graduação em Secretariado Executivo também pela UFBA. Atualmente é coordenadora e docente do MBA em Assessoria Executiva com Ênfase em Gestão da Comunicação da Faculdade Adventista da Bahia. Possui interesse pelas áreas de rotinas administrativas, assessoria executiva, gestão de eventos, gestão da tecnologia da Informação, gestão estratégica, comportamento organizacional, inovação, comunicação, mediação da informação e políticas públicas voltadas para a educação.

Morjane Armstrong Santos de Miranda

morjanessa@gmail.com

Bacharel em Secretariado Executivo pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (2007), bacharel em Administração pela Estácio (2016), especialista em Relações Internacionais pela UFBA (2009), mestre em Administração pela UFBA (2013). Atualmente é doutoranda em Administração pela UFBA, pesquisadora do Núcleo de Política e Administração em Ciência e Tecnologia da UFBA - NACIT/EAUFBA, e consultora/instrutora em gestão da inovação. Também atua como docente em ensino superior. Tem experiência com os seguintes temas: empreendedorismo, gestão de MPes, gestão de projetos, planejamento estratégico, Triple Helix, gestão da inovação e gestão da informação e TICs para a inovação.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 - Caixa Postal 18 - Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2017
Caderno Especial

A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE COMO FORMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA: UMA PROPOSTA PARA O SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UNIVASF - SIBI/UNIVASF

RESUMO

O acesso à informação de maneira ampla e democrática é crucial para o desenvolvimento da sociedade. Neste contexto as bibliotecas assumem uma importante responsabilidade, dada a sua natureza de acesso e difusão de conhecimentos. Entretanto, a exclusão informacional, especialmente de deficientes, ainda é latente nestes ambientes, necessitando, para tanto, gerenciar medidas de acessibilidade. Neste sentido, este artigo tem por objetivo entender como a promoção de acessibilidade pode fazer parte da gestão estratégica das bibliotecas. Para tanto, se realizou uma investigação exploratória no Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Vale do São Francisco, utilizando como técnica de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, documental e observação estruturada. Como resultados identificou-se que a acessibilidade está cada vez mais sendo discutida no âmbito de diversas instituições. No caso do Sibi/Univasf as questões voltadas para este tema ainda são representadas apenas por uma coleção doada de obras em braille e audiolivros presente na biblioteca central, entretanto, iniciativas começam a ser implementadas nesta instituição por meio do projeto Acessibilizando: Sibi incluindo as diferenças, cuja proposta é de promover a inclusão de pessoas com deficiência à universidade e principalmente possibilitar acesso ao conhecimento por meio da acessibilidade informacional.

Palavras-chave:

Acessibilidade. Gestão estratégica. Bibliotecas universitárias.

SILVA, Ana Paula Lopes da; FONSECA, Platini Gomes; SILVA, Daniella Barbosa; MIRANDA Morjane Armstrong Santos de. **A promoção da acessibilidade como forma de gestão estratégica: uma proposta para o sistema integrado de bibliotecas da UNIVASF - SIBI/UNIVASF.** Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 10, n. 5, p. 83 - 100, nov. 2017.

1. INTRODUÇÃO

A tarefa de gerenciar é atividade primordial em qualquer organização, não diferente quando se trata de biblioteca. O bibliotecário hoje, antes de técnico, é gestor e tem em suas mãos a missão de administrar recursos humanos, financeiros e oferta de serviços, atento ao ambiente externo e em como o mesmo afeta sua instituição. Nesse ponto se faz presente a gestão estratégica, quando a organização pondera contexto interno e externo para guiar sua atuação, identifica necessidades apresentadas pela sociedade e age tendo como alvo estas demandas.

A deficiência constitui demanda social para as bibliotecas. Segundo dados do censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) já são mais de 45 milhões de brasileiros com alguma deficiência, o que corresponde a quase 24% da população, enquanto que em 2000, este percentual era de apenas 14,3%. Os estados do Piauí, Pernambuco e Bahia, áreas de atuação do Sibi/Univasf, aparecem com percentual que vai de 23,9 a 30% da população residente com pelo menos uma das deficiências investigadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA, 2010).

Ante esse cenário as instituições precisam assumir posições estratégicas por meio de ações que visem incluir este público, cumprindo com sua responsabilidade social. Na biblioteca esta responsabilidade é ainda mais latente, pois está atrelada a sua função social de oferecer acesso democrático à informação aos seus usuários, independente de suas limitações físicas e sensoriais. As bibliotecas do Sibi/Univasf recebem diariamente um público diverso e carecem de medidas de inclusão, para tanto é crucial considerar a acessibilidade em suas políticas de gestão.

O Sibi/Univasf é constituído atualmente por 06 bibliotecas (Campus Petrolina-PE; Juazeiro-BA; Ciências Agrárias-PE; São Raimundo Nonato-PI; Senhor do Bonfim-BA e Paulo Afonso-BA). As bibliotecas ligadas ao sistema possuem aproximadamente 45.000 exemplares em seus acervos, mais de 4.000 usuários cadastrados em seu sistema, com média anual de empréstimo domiciliar de 154.000 exemplares. Oferece serviços como consultas, empréstimo e devolução de material bibliográfico, treinamento e orientação à pesquisa, uso de normas técnicas, visitas orientadas, mas que nem sempre estão ao alcance de todos os usuários pela incipiente inserção da acessibilidade em suas bibliotecas.

A pesquisa justifica-se pela latente exclusão informacional e, conseqüentemente, social em que se encontram os deficientes, bem como pela dificuldade percebida em bibliotecas para aplicar e gerenciar medidas de acessibilidade. O acesso democrático à informação é defendido fervorosamente no contexto das bibliotecas, mas ainda há usuários à margem do conhecimento pela falta de acessibilidade identificada na maioria destas instituições.

A pesquisa busca esclarecer de modo geral como a promoção de acessibilidade pode fazer parte da gestão estratégica na biblioteca universitária e de forma específica compreender essa gestão estratégica no contexto da biblioteca; abordar a acessibilidade como alvo de gestão em bibliotecas universitárias; identificar a inserção do Sibi/Univasf quanto à aplicação de medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência; propor um projeto de acessibilidade para o Sibi/

Univasf, levantando os principais recursos e tecnologias existentes para aplicação pelas bibliotecas do Sibi/Univasf como iniciativas de acessibilidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Faz-se aqui uma breve explanação acerca da gestão estratégica e acessibilidade para situar a pesquisa no contexto das organizações, fornecendo subsídios à compreensão da temática.

2.1 Gestão estratégica nas organizações

Para entender a gestão estratégica e sua inserção no ambiente das organizações é importante considerar inicialmente o sentido do termo estratégia no contexto desse processo. Para Wright, Kroll e Parnell (2007, p. 24) *“estratégia refere-se aos planos da alta administração para alcançar resultados consistentes com a missão e os objetivos gerais da administração”*. Diz respeito às ações desenvolvidas pelo gestor para cumprir com objetivos e metas traçadas pela instituição em suas políticas de gestão.

Barney e Hesterly (2011, p. 4) agregam ao conceito de estratégia a ideia de competição, *“a estratégia de uma empresa é definida como sua teoria de como obter vantagens competitivas”*. Vantagem competitiva entendida pelos mesmos autores como a capacidade de gerar maior valor econômico que os concorrentes, de satisfazer adequadamente e de forma diferenciada a seus usuários. Neste aspecto a estratégia ganha também o caráter de atitude inovadora que possibilita a organização destaque e obtenção de vantagens.

Nesse entendimento, a gestão estratégica é responsável por guiar a organização ao alcance de seus objetivos por meio de ações inovadoras que respondam às exigências do mercado. Ambientes externos cada vez mais dinâmicos na atuação das organizações demandam necessidades de planejamento e mudança. *“Conduzir uma organização complexa em um ambiente dinâmico”* este é, segundo Wright, Kroll e Parnell (2007, p. 23), o objetivo do processo de gestão estratégica.

Conforme os mesmos autores *“todas as empresas são afetadas por quatro forças macroambientais: as político-legais, as econômicas, as tecnológicas e as sociais”* (WRIGHT; KROLL; PARNELL, 2007, p. 47). E todas essas forças exigem da organização uma resposta para que a mesma se mantenha competitiva no mercado, o que é possível por meio da adoção de gestão estratégica:

A gestão estratégica é uma “metodologia” importante que visa assegurar o sucesso da empresa no momento atual, bem como principalmente o seu sucesso no futuro. Ela, a gestão estratégica, inclui no mínimo três etapas distintas: (i) – o planejamento estratégico, (ii) - a execução e (iii) - o controle (PEREIRA, 2009, p.10).

Todas essas etapas do processo de gestão estratégica podem estar presentes também na atuação das bibliotecas, pois as mesmas são organizações cuja função é dar apoio aos objetivos da instituição a qual pertence e a comunidade atendida, vistas como sistemas abertos em constante interação com o meio ambiente (TARAPANOFF, 1982). Como ratificado por Andrade e Santos (2007, p.3) *“a perspectiva estratégica presume que as decisões administrativas – missão, objetivos, metas, produtos e serviços, rotinas – dependem da qualidade da análise do ambiente em que a biblioteca esteja inserida”*.

Para relacionar o processo de gestão estratégica à biblioteca expõem-se aqui os passos retratados por Oliveira (1998 *apud* ANDRADE; SANTOS, 2007). A primeira etapa corresponde ao planejamento estratégico, onde a biblioteca define sua missão, visão e objetivos, elaborados conforme a tipologia das mesmas e instituição ao qual pertencem. A própria missão deve adequar-se a missão da instituição mantenedora. A biblioteca universitária, por exemplo, tem sempre atrelado à sua missão e objetivos oferecer apoio as atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade.

É importante que as definições do planejamento estratégico estejam presentes em documento formais e gerenciais da biblioteca. Criação de regimento interno, organograma, políticas de desenvolvimento de coleções, de pessoal e atendimento aos usuários são imprescindíveis à gestão.

Na etapa de planejamento está presente o diagnóstico externo da biblioteca, a identificação de riscos e oportunidades. O diagnóstico interno corresponde à identificação dos pontos fortes e fracos da organização. Leva a questões como: Quem é o nosso público neste momento, estamos atendendo às suas necessidades? Quem pode vir a ser nosso público, estamos preparados para atendê-los? Os deficientes são usuários reais ou potenciais da biblioteca?

A segunda etapa de desenvolvimento estratégico e execução consistem na elaboração dos planos práticos para alcance dos objetivos. Correspondem a projetos de implantação de acessibilidade que conste produtos, serviços e orçamentos. Após a execução tem-se o controle estratégico onde será avaliado o alcance dos objetivos. Aplicar questionários aos usuários quanto à satisfação de um novo serviço oferecido é uma forma de controle. Almeida (2005) coloca que apesar de etapas como o planejamento ser indispensável à administração essa função ainda não é totalmente adotada em bibliotecas o que impede o desenvolvimento eficiente destes centros.

2.2 Acessibilidade às pessoas com deficiência

A Lei nº 10.098/00 que estabelece as normas gerais para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência e a mais recente Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de 2015 trazem a definição do termo acessibilidade como: *“possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”* (LEGISLAÇÃO..., 2006, p. 90).

O Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, traz em seu artigo 1 o termo deficiência como *“uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”* (LEGISLAÇÃO..., 2006, p. 209). A deficiência configura-se como limitação a execução de certas atividades, não como incapacidade para realizá-las, o meio social é que irá proporcionar as condições necessárias à atuação dos deficientes.

Não só as bibliotecas, mas todas as organizações, independente de seu ramo de atuação, são direcionadas por normativas legais quanto às ações de acessibilidade. A lei 8112/90 que resguarda até 20% dos cargos públicos para pessoas deficientes; lei nº 10.098/00 que regula a promoção de acessibilidade; ABNT NBR 9050 que estabelece normas de acessibilidade para edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, entre outras.

O Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 que regulamenta as leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, sobre atendimento prioritário às pessoas com deficiência e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade institui que:

Art. 19. A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público deve garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade.

§ 1o No caso das edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 2o Sempre que houver viabilidade arquitetônica, o Poder Público buscará garantir dotação orçamentária para ampliar o número de acessos nas edificações de uso público a serem construídas, ampliadas ou reformadas. (BRASIL, 2004, não paginado).

Percebe-se um cenário fértil para a aplicação pelas instituições de gestão estratégica que se consubstancia pelas forças sociais, tradições, valores e expectativas em relação às empresas. O comportamento socialmente responsável está cada vez mais sendo cobrado pelos clientes, portanto, preocupar-se com a responsabilidade social da organização é uma importante estratégia empresarial.

Sendo a biblioteca uma instituição voltada para suprir as necessidades informacionais da comunidade, é fundamental a não omissão perante o problema, procurando estruturar e adaptar seus serviços aos deficientes, contribuindo com o resgate do mesmo para a sociedade (BORGES, 2004).

É importante frisar que a concretização da acessibilidade aos deficientes se faz com a incorporação dessas questões na missão, objetivos e políticas de gestão da instituição como um todo. Diretrizes, normas e recursos destinados à promoção da acessibilidade devem ser alvos de planejamento dentro da instituição, constando em seu regimento, de forma documentada para que se transformem em ações práticas.

O bibliotecário, como gestor, precisa criar políticas de acessibilidade e agregá-las aos serviços da biblioteca. Buscar parcerias com organizações de apoio aos deficientes e elaborar projetos de acessibilidade para adquirir financiamento do governo ou de empresas privadas são algumas alternativas para desenvolver a acessibilidade como medida de gestão da biblioteca.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para investigar a inserção da acessibilidade na gestão estratégica do Sistema de Bibliotecas da Univasf foi realizada uma pesquisa exploratória no intuito de dar a conhecer o tema pesquisado, permitindo uma visão mais ampla do assunto ao leitor (GIL, 2009).

A abordagem do trabalho é feita a partir das discussões de autores que trabalham a temática, levantadas por meio de pesquisa bibliográfica na literatura da área. O corpus de pesquisa é constituído principalmente de livros, artigos, sites e trabalhos acadêmicos que abordam conceitos e discussões no contexto da gestão estratégica e acessibilidade. Nesta etapa definiram-se termos autorizados a partir do Tesouro Brasileiro em Ciência da Informação (PINHEIRO, FERREZ, 2014) utilizados nas estratégias de busca nas bases de dados selecionadas. Os termos delimitados foram: acessibilidade, gestão de bibliotecas, bibliotecas universitárias, planejamento estratégico e tecnologia assistiva.

A coleta dos trabalhos foi realizada no Portal de Periódicos da Capes, Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) e Google acadêmico por abarcarem grande parte de periódicos e outras bases de dados relacionadas à temática. Na estratégia de busca foram utilizadas as palavras isoladas, bem como o uso de operadores *booleanos* para combinação dos termos na pesquisa. A partir dos resultados da busca foram selecionados trabalhos recorrentes nas três bases de dados e que se mostraram relevantes pela análise de resumos e palavras-chave.

Foi realizada também pesquisa documental, com análise de regimento, regulamentos e políticas presentes do Sistema de Bibliotecas e na Univasf para obter dados quanto às políticas de acessibilidade adotadas na instituição. A pesquisa documental possibilita a investigação de documentos que foram produzidos no âmbito das instituições e dizem respeito à sua organização (VERGARA, 1997).

Complementar à análise de documentos, utilizou-se a técnica de observação estruturada com o objetivo de identificar aspectos do fenômeno investigado a partir de propósitos já predefinidos (MARCONI; LAKATOS, 2010). Na observação, em visitas às bibliotecas, procurou-se identificar especificamente aspectos referentes a acessibilidade física (sinalização, balcão de atendimento, computadores, sanitários, mobiliários) informacional (acervo) e atitudinal (atendimento ao usuário) para identificar medidas acessíveis já adotadas e passíveis de aplicação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Sibi/Univasf é uma organização vinculada diretamente à Reitoria da universidade, criado com o objetivo de integralizar e padronizar os serviços de todas as bibliotecas da Univasf. Na sua estrutura organizacional estão presentes 06 bibliotecas, sendo 01 (uma) central localizada no campus Petrolina - PE, onde se localiza a direção do sistema e 05 (cinco) setoriais, localizadas nos campi de Juazeiro - BA; Ciências Agrárias - PE, São Raimundo Nonato - PI, Senhor do Bonfim - BA e Paulo Afonso - BA.

No art. 3 de seu regimento o Sibi se coloca como *“responsável pela coordenação e administração das bibliotecas e pelos recursos informacionais que servem de suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão conforme as políticas, planos e programas da Univasf”* (SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UNIVASF, 2012, p. 1). Dentre seus objetivos está auxiliar no processo de aquisição, organização e divulgação dos recursos de informação disponíveis na universidade.

No que se refere ao planejamento estratégico e organizacional do Sibi, seu regulamento não possui estrutura organizacional definida quanto à distribuição de setores e funções, não conta com missão instituída e metas a serem alcançadas. A acessibilidade não aparece com alvo de gestão do regulamento citado e não são previstos projetos voltados para tal. De mesmo modo, em sua política de desenvolvimento de coleções não está contemplada a aquisição de materiais bibliográficos adaptados.

Já o Plano de Desenvolvimento Institucional da Univasf (PDI) prevê no item 1.7.3 metas para a instituição e entre elas consta: *“adequar todas as construções da instituição para acessibilidade das pessoas com deficiência, até 2014.”* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 2009, p. 26). No mesmo documento retrata-se que:

Quanto aos portadores de necessidades especiais, a Univasf vem fazendo um grande esforço para dotar seus prédios dos equipamentos que permitam acessibilidade plena aos seus edifícios. Como a maioria de suas edificações é nova, estas já contam com rampas de acesso e banheiros adaptados. Entretanto, os prédios precisam ser adequados para os portadores de deficiência visual, o que já está em planejamento. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 2009, p. 121).

Enfatiza-se ainda que as discussões sobre inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência tiveram início no ano de 2008 na universidade por intermédio do núcleo Univasf e Diversidade. A Univasf hoje atua na inclusão de pessoas com deficiência pela Coordenação de Políticas de Educação Inclusiva (Cpei), vinculada a Pró-Reitora de Ensino que é responsável por promover e coordenar políticas de inclusão, dando assistência aos setores da universidade e permitindo o acesso aos serviços ofertados pela instituição.

Por meio da Cpei foram implementados: projeto Sentindo na Pele para sensibilizar a comunidade acadêmica quanto à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência; oferta de cursos de Língua Brasileira de Sinais (Libras), *braille* e acessibilidade para a comunidade acadêmica; orientação aos alunos e familiares sobre leis e decretos que versam sobre inclusão e acessibilidade;

aquisição de material bibliográfico da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; concurso para professor de Libras; realização do 1º Workshop Saúde em Libras do Vale do São Francisco; providências para aquisição de cadeiras de rodas para atendimento às necessidades dos Campi da Univasf; aquisição de software para aplicação à aprendizagem de pessoa com paralisia cerebral, entre outras iniciativas.

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) por meio do plano anual de capacitação de servidores da Univasf também proporciona formação de pessoal para a acessibilidade através do oferecimento de cursos como: pessoa com deficiência no serviço público: novos paradigmas e compreensões; curso de básico e intermediário de LIBRAS; inclusão e acessibilidade. Outra iniciativa importante parte da Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Propladi) por meio da aquisição de transportes acessíveis para a universidade, são ônibus e micro-ônibus com plataforma-elevador para facilitar o transporte de pessoas com deficiência e dificuldades de locomoção.

É de extrema importância que as universidades se atentem a essas questões e incluam a acessibilidade em suas políticas. No caso da Univasf percebe-se que há predisposição no âmbito da instituição para a promoção da acessibilidade, identificando avanços nas políticas inclusivas que já estão presentes em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, porém este processo ainda não está totalmente concretizado.

O Sibi/Univasf carece dessas políticas inclusivas. Ao se analisar o ambiente das bibliotecas do sistema identificou-se que as mesmas não dispõem de recursos significativos que promovam a acessibilidade em sua estrutura. A acessibilidade informacional está representada por uma coleção de obras em *braille* e audiolivros presente na biblioteca central no campus de Petrolina-PE doados pela Fundação Dorina Nowill para Cegos através de parceria; as demais bibliotecas setoriais não dispõem de obras adaptadas.

Atualmente a adoção de tecnologias assistivas e desenho universal em bibliotecas são importantes medidas de gestão estratégica, com previsão no planejamento organizacional. As tecnologias assistivas são recursos que possibilitam aos deficientes o desenvolvimento, com autonomia, de atividades cotidianas, (e.g. teclados alternativos, ampliadores de tela, leitores de tela, calculadoras especializadas). Outro aspecto importante quando se fala em acessibilidade é a adoção do design universal:

Design Universal (Universal Design), ou Design para Todos (Design for All), diz respeito ao desenvolvimento de produtos e de ambientes para serem usados por todas as pessoas, na maior extensão possível, sem a necessidade de adaptação ou design especializado (PUPO; MELO; FERRÉS, 2006, p. 18).

Nesse aspecto os produtos e ambientes são criados com características que atendam as diferentes necessidades das pessoas, cujo desenho não se direciona a um público específico e é acessível a qualquer um, agregando simultaneamente diversos critérios de acessibilidade. Uma porta que abre automaticamente por sensores, por exemplo, facilita o acesso, ao mesmo tempo, a pessoas em cadeiras de rodas, com bengalas, com carrinho de bebê, gestantes, obesos, idosos.

É com base nestas tecnologias que se pensou algumas medidas a serem adotadas para facilitar o

acesso de deficientes às bibliotecas da Univasf por meio do desenvolvimento de um projeto de acessibilidade física, informacional e atitudinal para o Sibi/Univasf.

4.1 Projeto acessibilizando: sibi incluindo as diferenças

O projeto Acessibilizando: Sibi incluindo as diferenças é uma iniciativa do Sibi/Univasf para tornar suas bibliotecas mais acessíveis às pessoas com deficiência e permitir o acesso à informação por parte deste público. O projeto visa adquirir materiais, recursos físicos, tecnológicos e informacionais para adaptar as bibliotecas aos quesitos de acessibilidade, possibilitando aos usuários deficientes o acesso ao prédio de suas bibliotecas e também ao acervo que as mesmas dispõem.

a) Objetivos

O projeto tem como objetivo geral tornar acessíveis as bibliotecas que compõe o Sistema Integrado de Bibliotecas da Univasf para todos os usuários, facilitando o acesso às suas dependências, permanência e circulação, bem como o acesso à informação por parte de usuários deficientes. Tem como objetivos específicos: adaptar a estrutura física das bibliotecas da Univasf para receber pessoas com deficiência; realizar a aquisição de equipamentos de acessibilidade visando transformar as bibliotecas da Univasf em ambientes mais receptivos ao público deficiente; disponibilizar informação para os usuários com algum tipo de deficiência, por meio de tecnologias e materiais adaptados.

b) Público-alvo

O projeto busca atender a toda a comunidade usuária de seus serviços, com foco no público com deficiência.

c) Levantamento de medidas de acessibilidade para deficientes nas bibliotecas da Univasf:

I. Espaços internos da biblioteca:

- Instalação de piso tátil alerta e direcional nas áreas internas. Esta sinalização é necessária ao deficiente no ambiente da biblioteca para indicar o sentido do deslocamento, mudanças de direção no percurso, presença de degraus, rebaixamento de calçadas, obstáculos suspensos, início e término de escadas e rampas e proximidade de portas e elevadores. Devem distinguir os diferentes espaços da biblioteca indicando a proximidade de balcão de atendimento, espaço para leitura, cadeiras e mesas, acesso a computadores e ao acervo;
- Uso de sinalização sonora para divulgar informações e avisos. Deve ser precedida de um

prefixo/ruído característico para chamar a atenção do ouvinte, conter apenas uma oração, estar na forma ativa e imperativa (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS..., 2004). Pode ser utilizada para divulgar informações quanto ao uso da estrutura física da biblioteca, seu funcionamento, avisos de emergência, entre outros;

- Manter faixa livre de circulação de 0,90m no ambiente para permitir a mobilidade e circulação de pessoas cegas, com bengalas e em cadeiras de rodas;
- Utilização de placas indicativas em portas e estantes em libras, formato ampliado e em braille. As placas de identificação das classificações e áreas do conhecimento podem ser confeccionadas em tamanho adequado às pessoas com baixa visão, as estantes podem conter indicativos de assuntos em braille ou em relevo, as etiquetas utilizadas nos livros devem se apresentar com boa visibilidade para a correta identificação de seus dados;
- Avisos e informações impressos em fonte tamanho 16, em cor preta sobre fundo branco. O texto deve: conter apenas uma oração, estar na forma ativa e forma afirmativa, estando escrito na sequência das ações a serem realizadas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS..., 2004);
- Indicação dos símbolos internacionais de acesso às pessoas com deficiência em entradas, sanitários e equipamentos destinados á deficientes.

II. Desníveis, degraus, escadas fixas e rampas:

- Uso de fitas antiderrapantes em degraus escadas e rampas.

III. Sanitários:

- Verificação de adaptação de banheiros em todas as bibliotecas. Quanto a esta medida, todas as bibliotecas possuem um banheiro adaptado às pessoas com deficiência.

IV. Balcão de atendimento ao usuário:

- Adequação de balcões de atendimento para atender pessoas com deficiência. O balcão deve possibilitar aproximação frontal, com pelo menos 0,90m de extensão do balcão, a altura deve ser entre 0,73m e 0,90m.

V. Computadores/ terminais de consulta/recursos tecnológicos:

- Computadores de consulta (pelo menos um) adaptados para permitir a ampliação dos textos; teclado com teclas em braille e em tamanho ampliado;
- Aquisição de softwares leitores de tela;

- Aquisição de scanner que possibilita a digitalização e leitura de documentos impressos, lupas eletrônicas, fones de ouvidos.

VI. Estantes:

- Aplicação, na organização do acervo, da distância mínima de 0,90m de largura entre as estantes para que seja possível a circulação de cadeirantes.

VII. Acervo

Não basta apenas o deficiente conseguir entrar na biblioteca, mais importante que isso é desfrutar do universo informacional que ela dispõe. A acessibilidade física é o primeiro passo para o alcance da acessibilidade informacional. Para tal é necessário:

- Adaptação do acervo, com aquisição de obras em tipos ampliados e em áudio por meio de parceiras junto às instituições de apoio aos deficientes, a exemplo do Instituto Benjamin Constant, Fundação Dorina Nowill para Cegos, Senado Federal;
- Aquisição de recursos tecnológicos que possibilitem a leitura de obras não adaptadas.

VIII. Site biblioteca

A página da biblioteca, assim como a de qualquer instituição, também deve ser alvo de recursos acessíveis que possibilitem a navegação de pessoas com deficiência. Para isto, existem padrões de acessibilidades aplicáveis às páginas da *web*, inclusive há empresas que trabalham com a adaptação e criação de sites acessíveis.

- Apresentação de recurso de aumento e diminuição de fonte e modificação das cores da tela. O Sibi/Univasf está em processo de reformulação de sua página em parceria com a Secretaria de Tecnologia de Informação STI/Univasf e já estão contempladas essas funcionalidades.

IX. Atendimento

O bom atendimento deve ser prioridade independente do usuário a qual se destina. O ideal é que a equipe de trabalho seja formada por bibliotecários e funcionários conscientes das questões relacionadas à deficiência, direitos, legislações, tecnologias e que sejam treinados para o uso dos recursos de acessibilidade. Costa (2003, p. 36), defende que: *“As pessoas responsáveis pelo atendimento a esta clientela em biblioteca devem constantemente participar de cursos, treinamentos e debates. O objetivo é o de se reciclar na forma de como atendê-los [...]”*.

- Permissão de acesso do cão-guia que acompanha o deficiente visual nas dependências da biblioteca, conforme o art. 1º da Lei 11.126/05 que determina o direito do deficiente

visual de ingressar e permanecer em veículos, ambientes públicos e privados acompanhado de cão-guia;

- Treinamento de funcionários em duas etapas: ação teórica, com o objetivo de conscientizar os funcionários da biblioteca quanto às deficiências e esclarecer sobre atendimento prioritários, com intervenções e simulações de atendimento às pessoas com deficiência. Ação prática, constituída pelo treinamento técnico de uso das tecnologias assistivas.

d) Levantamento de materiais, recursos físicos, tecnológicos e informacionais para adaptação das bibliotecas do SIBI:

ITENS	ESPECIFICAÇÕES
Teclado expandido com colmeia	Instalação Plug & Play;Compatível com, no mínimo, Windows 7;Vogais, consoantes, números e sinais de pontuação em cores diferentes (alto contraste entre cor de fundo e fonte); Conexão: USB;Dimensão: 490x190x30mm, com tolerância de +- 2,5%;Peso: 650g, aproximadamente; Dimensão do cabo: +ou- 1,5m;Conteúdo da embalagem: 01 teclado;Teclas ampliadas com aumento das letras em 4 vezes em relação ao teclado normal;Teclas usinadas e pintadas em baixo relevo para evitar desgastes por uso;Padrão brasileiro – ABNT (acentuação e “ç”);Colméia de acrílico transparente e rígido, em chapa de 4 mm (quatro milímetros), com furos compatíveis com esse teclado e com acabamento sem aresta, com as pontas arredondadas. A colmeia deverá envolver todo o teclado na superfície superior e laterais e possuir calços, de modo que o acrílico não encoste nas teclas, e devera ter o modo de encaixe, garantindo estabilidade.
Mouse com rolagem para os pés	Apresentam 4 teclas coloridas que fazem as funções de: clique, duplo clique, arrastar e botão direito, respectivamente; Apresenta 02 barras de rolagem, uma na vertical, posicionada na área central da lateral direita, que coordena o movimento do cursor para a direita e para a esquerda, e barra horizontal inferior centralizada, que coordena o movimento do cursor para cima ou para baixo; Base do mouse de metal e teclas constituídas de polímero; Barras de rolagem emborrachadas; Cabos de conexão USB, de, no mínimo, 1,5m; Dimensão da base: 7,5 cm de altura, 22,5 cm de comprimento e 25,5 cm de largura, com tolerância de +- 2,5%, na cor amarela; Dimensão dos botões: 4 X 6 cm, com tolerância de +- 2,5%, botões coloridos; Dimensão da barra de rolagem: 6,5 cm de comprimento e 3 cm de diâmetro, com tolerância de +- 2,5%, na cor preta.

<p>Software de comunicação alternativa e aumentativa</p>	<p>Software com interface em Português Brasileiro, para confecção de pranchas de comunicação alternativa com o sistema de símbolos de comunicação pictórica, contendo: Mais de 4.500 símbolos de comunicação pictórica traduzidos e localizados para o Português Brasileiro; Todos os símbolos de comunicação pictórica apresentados em preto e branco e em cores; Ferramenta de busca de símbolos em, no mínimo, quatro idiomas: Português Brasileiro, Espanhol, Inglês e Francês; Ferramenta de busca por nome ou categoria de símbolos, com área individual de visualização do símbolo procurado e permitir a exposição simultânea de 49 miniaturas de imagens de símbolos; Possibilidade de aplicação dos símbolos no interior da célula com seu descritivo e dois idiomas diferentes; Ferramentas para construção de pranchas de comunicação com recursos para criação de células com tamanho e cor diferentes e bordas de cores e espessuras variadas e com possibilidade de arredondamento das mesmas; Recursos de desenho para edição de símbolos dentro do próprio programa; Recursos de importação de imagens; Grades pré-fabricadas para construção de pranchas de comunicação; Modelos de calendários para aplicação de símbolos, prontos para usar; Possibilidade de construção de pranchas de comunicação interligadas para serem utilizadas no computador onde a seleção de uma tecla resulta em emissão de voz gravada ou sintetizada; Sintetizador de voz feminina e masculina de alta qualidade em Português Brasileiro; Possibilidade de construção de teclados digitais com personalização de teclas (tamanho, disposição e conteúdo) com diferentes formas de acesso (direto, auto ativação e varreduras); Programação de respostas aleatórias e trocas automáticas de símbolos nas teclas;</p> <p>Programação de funções de teclas de abertura de programas, reprodução de arquivos de som ou vídeo; Capacidade de programação lógica com funções tipo "se... então"; Mais de 250 atividades modelos, que incluem pranchas dinâmicas de comunicação, atividades de escrita, música, livros digitais, teclados digitais, atividades educacionais; Software e manuais distribuídos em mídia Compact Disc (CD-ROM); Função de calculadora; Compatibilidade, no mínimo, com o sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional; Estojo plástico transparente, protegido e selado por filme transparente (schrink), com medidas de 190 x 135 x 15 mm, contendo 2 (dois) CD-ROM, e instruções de instalação impressas em encarte interno.</p>
<p>Lupa eletrônica</p>	<p>Equipamento constituído por uma micro-câmera aliada a um circuito eletrônico que amplia textos e imagens em computador, possui iluminação própria; Modos de visualização: no mínimo, colorido, preto e branco e alto contraste preto e branco com alternância; Versão: manual (uso similar a um mouse); Ampliação: no mínimo, 16 a 60 vezes; Bivolt - automático; Entrada para conexão USB; Drive para instalação; Assistência técnica em território brasileiro; Cabos de ligações; Acondicionamento: revestido com plástico bolha e caixa de papelão em dimensões adequadas ao tamanho do equipamento.</p>
<p>Kit com 6 lupas manuais</p>	<p>Lupa Horizontal Lupa em barra com ampliação de 2 x; 65 mm de comprimento, com tolerância de até $\pm 2,5\%$; Acondicionada em capa protetora com tecido de algodão. Lupa Manual sem iluminação acoplada Ampliação de 3 x; Dioptrias: 12; Diâmetro: no mínimo, 44 mm; Armação fixa; Acondicionada em capa protetora com tecido de algodão. Lupa de apoio Ampliação de 7 x; Dioptrias: 28; Diâmetro: no mínimo, 35mm; Armação fixa e transparente; Acondicionada em capa protetora com tecido de algodão. Lupa Manual com iluminação acoplada Ampliação de 9 x; Dioptrias: 36; Diâmetro: no mínimo, 35mm; Acondicionada em capa protetora com tecido de algodão. Lupa Manual com iluminação acoplada Ampliação de 11 x; Dioptrias: 44; Diâmetro: no mínimo, 30mm; Armação fixa; Acondicionada em capa protetora com tecido de algodão. Lupa de apoio Ampliação de 12,5 x; Dioptrias: 50; Diâmetro: no mínimo, 30mm; Armação fixa; Acondicionada em capa protetora com tecido de algodão. Acondicionamento: o conjunto de lupas manuais deverá vir revestido com plástico bolha e acondicionado em um estojo rígido, confeccionado em polipropileno, em dimensões apropriadas.</p>
<p>Scanner com voz</p>	<p>Saída de voz natural em português brasileiro; Possuir funcionalidades em teclas chaves para controle de velocidade de leitura, soletração de palavras e repetição do texto ou partes dele (página, palavra, parágrafo); Possuir ferramentas que permitam o armazenamento de formato de áudio; Resolução: no mínimo 2400 dpi; Sensor de imagem colorido; Interface: USB 2.0; Tamanho da área de digitalização: entre 215 x 297 mm, para tamanhos de Carta e A4, no mínimo; Modo de leitura: passagem única; Bivolt, permitindo o ajuste pelo usuário; Assistência técnica em território nacional; Cabos de ligação; O equipamento deverá apresentar, no mínimo, as funcionalidades supracitadas, autonomamente, ou acoplado ao PC. Neste caso, a compatibilidade será, no mínimo, com o sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional.</p>

<p>Kit contendo mouse com entrada para acionador, acionador de pressão e teclado com colméia.</p>	<p>Acionador de pressão Chaves de pressão que fecham e abrem circuitos, acopláveis ao mouse descrito no subitem 4.29.2 (Mouse óptico com entrada para acionador de pressão). Botão na cor amarela, que funciona como o clique do mouse; Dimensões: de no mínimo 6 cm e no máximo 13 cm; Perfuração na base para possibilitar a fixação do acionador em suportes diferenciados; Altura total do acionador: de no mínimo 2,5 cm e no máximo 4 cm; Produzido em plástico durável e resistente; Cabo com plugue P2 mono na extremidade e comprimento de, no mínimo, 1,7 m (um vírgula sete metros) aproximadamente; Força de ativação central de, no mínimo, 100 gramas; Produzir retorno auditivo e tátil. Mouse óptico com entrada para acionador de pressão Mouse padrão, adaptado com uma entrada para acionador que simula o clique da tecla esquerda do mouse. Permite comandar programas de computador que possuam função de varredura (escaneamento); Mouse óptico resolução, no mínimo, 800 dpi; Conexão USB; Entrada embutida no padrão mini P2 mono com diâmetro de 3,5 mm; Compatível com o acionador de pressão descrito acima. Teclado com colmeia Padrão do teclado: ABNT-2; Permitir ajuste de inclinação; Interface de comunicação USB; Colméia de acrílico transparente e rígido, em chapa de 4 mm (quatro milímetros), com furos de 16 mm (dezesseis milímetros) compatíveis com esse teclado e com acabamento sem aresta, com as pontas arredondadas. A colmeia deverá envolver todo o teclado na superfície superior e laterais e possuir calços, de modo que o acrílico não encoste nas teclas, e devesse ter o modo de encaixe, garantindo estabilidade.</p>
<p>Sinalização tátil de piso – alerta</p>	<p>Sinalização tátil de piso – alerta Descrição: placa colada no piso com dimensão de 25x25cm. Na cor contrastante com a do piso existente (a escolher). O desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado deve ser chanfrado e não exceder a 2mm. A textura da sinalização tátil de alerta consiste em um conjunto de relevos tronco-cônicos. A modulação do piso deve garantir a continuidade de textura e o padrão de informação. Deve atender à NBR9050. Instalação: placa colada sobreposta ao piso existente, conforme projeto a ser disponibilizado junto à ordem de fornecimento.</p>
<p>Sinalização tátil de piso – direcional</p>	<p>Descrição: placa colada no piso com dimensão de 25x25cm. Na cor contrastante com a do piso existente (a escolher). O desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado deve ser chanfrado e não exceder a 2mm. A textura da sinalização tátil direcional consiste em relevos lineares, regularmente dispostos A modulação do piso deve garantir a continuidade de textura e o padrão de informação. Deve atender à NBR9050. Instalação: placa colada sobreposta ao piso existente, conforme projeto a ser disponibilizado junto à ordem de fornecimento.</p>
<p>Placa de porta em braille</p>	<p>Projeto e execução de placa de sinalização visual/tátil para portas em acrílico. Cantos arredondados. Medida padrão de 30x10cm, podendo variar +/- 10cm nas duas dimensões, para se adequar ao texto necessário. Caracteres em PVC na cor preta com relevo de 1mm aplicados sobre a placa, texto correspondente em Braille com dots (conforme norma ABNT NBR 9050/04). Deve ser executado projeto em 10dias úteis, sujeito a aprovação da Contratante, e posterior execução. Fixação: fita adesiva dupla face.</p>
<p>Fita antiderrapante</p>	<p>Aquisição e instalação de fita antiderrapante para piso liso possuindo 10 centímetros de largura. Costado: filme de poliéster Material antiderrapante: óxido de alumínio Resina para adesão: poliuretana - Adesivo de borracha + liner impresso. fixado nos degraus das escadas, em pedra ardósia de superfície lisa</p>
<p>Relógio de parede libras</p>	<p>Relógio com serigrafia dos números em libras - confeccionado em MDF, colorido com ponteiros móveis. Quantidade de peças: 2 (1 relógio e 1 base de 7,0 x 18,0 cm). Acondicionado em embalagem plástica encolhível.</p>
<p>Fones de ouvido</p>	<p>Fone de ouvido do tipo “full-size” e “over the ear”, cobrindo toda a orelha; 3.8.2 Cancelamento ativo de ruído, com um microfone que capta o ruído ambiente e gera as frequências inversas para o fone; 3.8.3 Controle de volume e microfone embutidos ou no cabo ou no fone; 3.8.4 Plugue de 3,5mm; 3.8.5 Cabo de 1,5m ou maior; 3.8.6 Fone de tamanho ajustável; 3.8.7 Cor predominantemente preta. 3.8.8 Modelos de exemplo Klipsch Mode M40</p>

Sistema operacional DOSVOX	Sistema operacional que contém os elementos de interface com o usuário; Sistema de síntese de fala; Editor, leitor e impressor/formatador de textos; Impressor/formatador para braille; Diversos programas de uso geral para o cego, como Jogos de caráter didático e lúdico; Ampliador de telas para pessoas com visão reduzida; Programas para ajuda à educação de crianças com deficiência visual; Programas sonoros para acesso à Internet, como Correio Eletrônico, Acesso a Homepages, Telnet e FTP. Leitor simplificado de telas para Windows
---	--

Quadro 1- Levantamento de tecnologias assistivas

Fonte: Elaborado pelos autores

e) Cronograma de execução

Previsão para realização de atividades e implantação das medidas estabelecidas no projeto:

PERÍODO	ATIVIDADES
jan/2017	Apresentação do projeto à Cpei/Univasf
+ 3 meses	Solicitação dos materiais de acessibilidade através do Sistema Leds/Propladi/Univasf
+ 2 meses	Capacitação de funcionários e colaboradores do Sibi quanto ao atendimento a pessoas com deficiência
+ 4 meses	Aquisição dos materiais/ Implantação das medidas previstas
+ 2 meses	Treinamento de funcionários no uso de tecnologias assertivas
+ 1 mês	Inauguração e divulgação do serviço

Quadro 2- Cronograma de execução do projeto.

Fonte: elaborado pelos autores

O projeto encontra-se em andamento já com duas etapas cumpridas. O mesmo foi apresentado à Coordenação de Políticas de Educação Inclusivas para adequações as reais necessidades dos deficientes e delimitação dos materiais passíveis de aquisição pela instituição. Os materiais levantados foram incluídos nas demandas de aquisições do Sibi/Univasf para o ano de 2017 no Sistema de Levantamento de Demandas Setoriais (Leds) da universidade.

Quanto à capacitação, foi realizado o II Encontro de Colaboradores do Sistema Integrado de Bibliotecas (Sibi) de 2016, nos dias 14 e 15 de setembro, na Biblioteca Central destinado a capacitar a equipe e aperfeiçoar os conhecimentos referentes às atividades administrativas e atendimento aos usuários, a serem executadas nas Bibliotecas dos campi da Univasf. No treinamento foram ministradas as palestras: Treinamento em libras: noções e orientações básicas (Cpei/Univasf), Curso sobre humanização/sensibilização no atendimento ao público (Cpei/Univasf), desenvolvimento de equipes (SGP/Univasf). Outra iniciativa em andamento é a gravação dos vídeos em libras em parceria com Cpei e Tv Caatinga da Univasf com informações referentes ao sistema de bibliotecas e seus serviços.

Tal iniciativa demonstra, dados os recursos e capacitações necessários para intervenção no

ambiente a fim de concretizar a proposta, a importância da gestão estratégica, que prevê o planejamento, a execução e o controle como fases de um processo de implementação de mudanças. Conquanto, o bibliotecário, bem como o órgão gestor da instituição e o público alvo são parceiros importantes para definição e concretização destas ações.

5. CONCLUSÕES

A abordagem da acessibilidade como alvo de gestão estratégica nesse trabalho se deve à necessidade de aplicar princípios de gestão no contexto das bibliotecas, evidenciando a importância de compatibilizar as ações internas da instituição com demandas externas. Uma organização só age estrategicamente quando adequa seus produtos e serviços ao ambiente em que se insere e às demandas de seu público que mudam constantemente.

A acessibilidade está, cada vez mais, sendo discutida no âmbito de diversas instituições como alvo de políticas de gestão em resposta às mudanças sociais, às possibilidades de novos usuários e demandas por novos serviços. Segundo Jovanovich (2011, p.1) *“A biblioteca universitária é sem dúvida um ambiente propício para a inclusão; promover a acessibilidade é uma prática que deve ser constante na atuação do profissional bibliotecário”*.

Diante desse cenário, o Sibi/Univasf começa a implementar iniciativas de acessibilidade no contexto de suas bibliotecas por meio do projeto Acessibilizando: Sibi incluindo as diferenças, no intuito de promover a inclusão de pessoas com deficiência à universidade e principalmente possibilitar acesso ao conhecimento por meio da acessibilidade informacional.

No âmbito institucional percebe-se ainda o desenvolvimento de ações incipientes na universidade. É importante que os diversos setores se comuniquem, identifiquem as necessidades de seu público quanto às medidas de acessibilidade e dessa forma possam estruturar políticas inclusivas na instituição, modificando paulatinamente a qualidade do acesso de pessoas com deficiência à universidade.

Compreender a deficiência como demanda social a ser atendida pelas instituições é o primeiro passo para fortalecer o processo de gestão estratégica acessível na biblioteca que tem, independente de sua tipologia, responsabilidade de possibilitar acesso informacional à comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2005.

ANDRADE, M. V. M.; SANTOS, A. R. **Princípios da gestão estratégica e suas aplicações na biblioteca universitária**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007. Disponível em: < <http://www.ndc.uff.br/OLD2013/repositorio/Princ%edpios%20da%20Gest%e3o%20estrat%e9gica.pdf>. > Acesso em: 19 jun. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15599:2008**: acessibilidade - comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. Disponível em:< http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_21.pdf >. Acesso em: 17 jan. 2017.

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. **Administração estratégica e vantagem competitiva**: conceitos e casos. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011.

BORGES, F. S. D. **Atuação do setor braille da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo no atendimento aos portadores de deficiência visual**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004. Disponível em:<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/TCC_BORGES_FernandaSamoraDias.pdf >. Acesso em: 05 maio 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. 2004. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm >. Acesso em: 07 jan. 2017.

COSTA, S. M. **Biblioteca para portadores de deficiência visual**: aspectos organizacionais. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003. Disponível em:<http://repositorio.ufrn.br:8080/monografias/bitstream/1/214/1/SamanthaMC_Monografia.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE. Decenal. ISSN 0104-3145.

JOVANOVIČ, E. M.S. O decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 e a acessibilidade nas bibliotecas universitárias: o caso do sistema de bibliotecas da universidade estadual de Londrina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais...Maceió**:[s.n.], 2011.

LEGISLAÇÃO brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência. 2. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, M. A. **Gestão estratégica**. São Paulo: Centro de Voluntariado de Cruzeiro, 2009.

PINHEIRO, L. V. R. FERREZ, H. D. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2014.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP: UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/bibliotecaviva/files/2009/05/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UNIVASF. **Regulamento de utilização e circulação do acervo e da política de desenvolvimento de acervo**. Petrolina, PE: SIBI/UNIVASF, 2012.

TARAPANOFF, K. A biblioteca universitária vista como uma organização social. **Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Brasília, v.1, p.73-92, 1982. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/06/pdf_f220a35953_0017357.pdf > Acesso em: 19 set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **PDI** : Plano De Desenvolvimento Institucional 2009 – 2014. Petrolina, PE: UNIVASF, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J. ; PARNELL, J. **Administração estratégica: conceitos**. São Paulo: Atlas, 2007.

Emmanuelle Fonseca Daltro

lelledaltro@msn.com

Doutoranda em Administração, na área de Tecnologia, Inovação e Competitividade, pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA (CIAGS) e Bacharel em Enfermagem pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Exerce o cargo efetivo de Auditora em Saúde Pública na Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio de Jesus (BA) e é Professora na Faculdade Maria Milza e na Faculdade Santa Cruz (UNIESC). É pesquisadora do Núcleo de Política e Administração em Ciência e Tecnologia da UFBA (NACIT) e preceptora do PET-Saúde GraduaSUS no grupo do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Tem experiência e interesse nos temas relativos à gestão de políticas públicas, relações público-privadas para a provisão de serviços públicos, Tecnologias da Informação e Comunicação no setor público e mídias sociais.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2017
Caderno Especial

INTERCULTURALIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO A SERVIÇO DA FORMAÇÃO DO MESTRE EM GESTÃO SOCIAL: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DE RESIDÊNCIA SOCIAL EM PORTUGAL

RESUMO

Dentre as atividades obrigatórias do Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão Social proposto pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, encontra-se a Residência Social, uma metodologia inovadora, desenvolvida por Fischer (2001), que instaura uma nova relação entre universidade e comunidade, complementando a formação acadêmica do estudante com uma vivência prática intensiva. Este relato, em primeira pessoa e repleto de subjetividades, visa apresentar a experiência da autora na sua Residência Social, realizada em Portugal, descrevendo, dentre outros pontos, os principais achados no âmbito da participação de instituições não governamentais na prestação de serviços de saúde em cooperação com o governo português.

Palavras-chave:

Residência Social. Interculturalidade. Internacionalização. Saúde. Cooperação.

1. INTRODUÇÃO

O Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão Social, proposto pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), da Universidade Federal da Bahia, trata-se de um curso inovador fruto do desenvolvimento e testagem de vários modelos de formação em gestão social, que articula disciplinas, universidade e sociedade, atividades de ensino, pesquisa e extensão. O perfil dos estudantes do curso é de pessoas que exerçam ou tenham potencial para exercer liderança na gestão do desenvolvimento social de territórios.

DALTRO, Emmanuelle Fonseca Marinho de Anias. **Interculturalidade e internacionalização a serviço da formação do mestre em gestão social: um relato da experiência de residência social em Portugal.** *Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 10, n. 5, p. 101 - 114, nov. 2017.*

Dentre as atividades obrigatórias do Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão Social, encontra-se a Residência Social (RS). Com carga horária mínima de 160 horas, a metodologia inovadora, desenvolvida por Fischer (2001), instaura uma nova relação entre universidade e comunidade, complementando a formação acadêmica do estudante com uma vivência prática intensiva (de Brito & Oliveira, 2015; de Menezes Ettinger, 2015; Schommer & França Filho, 2010). Tal atividade deve ser desenvolvida, prioritariamente, no exterior, em instituições cuja observação agregue conhecimento à dissertação do mestrando. Para Boullosa & Barreto (2010), durante a Residência Social, é possibilitado ao aluno 'situar-se' num contexto de ação no qual os espaços de reconhecimento, integração e construção de velhas e novas competências e saberes profissionais e pessoais são alargados.

Deste modo, considerando que o meu campo de estudo é a saúde e que meu trabalho de pesquisa visou contribuir para o conhecimento da administração pública brasileira no âmbito das políticas públicas de saúde, com ênfase na avaliação do desempenho das instituições integrantes do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde, realizei a Residência Social em Portugal, entre os dias 28/04 e 25/05/2013, quando fui acolhida pela Cooperativa António Sérgio para Economia Social (CASES) e visitei algumas organizações do setor de economia social, em especial as Misericórdias Portuguesas, observando aspectos gerenciais passíveis de serem agregados às coirmãs brasileiras para elevação do desempenho.

Este relato, em primeira pessoa e repleto de subjetividades, visa apresentar a experiência de minha Residência Social, descrevendo, dentre outros pontos, os principais achados no âmbito da participação de instituições não governamentais na prestação de serviços de saúde em cooperação com o governo português. Além desta introdução, o texto encontra-se organizado em mais três partes, a primeira delas contém informações sobre a instituição acolhedora, seguida da descrição das atividades realizadas e, por fim, algumas notas poéticas sobre o estranhamento. Espero que este trabalho contribua para os estudos sobre inovação e criatividade no ensino superior, sobretudo no que se refere ao ensino e aprendizagem em gestão social.

2. CASES: A CASA DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL

A Cooperativa António Sérgio para Economia Social (CASES) é um modelo inovador de cooperativa de serviços que veio a substituir o Instituto Antônio Sérgio de Economia Social, este último um órgão da Administração Pública Indireta do Governo de Portugal extinto nos anos 2000.

Juridicamente, a CASES é uma "Cooperativa de interesse público" que tem o objetivo de promover o fortalecimento do setor de economia social e o aprofundando da cooperação entre o Estado e as organizações que o integram. Em 2013, o capital social da CASES era de 302 mil Euros, dos quais 200 mil foram integralizados pelo Estado e o restante integralizado em partes iguais pelas seguintes entidades: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR); Confederação Cooperativa Portuguesa (CCRL – CONFECOOP); Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CCRL – CONFAGRI); Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS); União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e

União das Mutualidades Portuguesas (UMP).

O estatuto da CASES possibilita a integração de outras instituições afeitas à economia social. Entretanto, a participação do Estado não poderá ser inferior a 60%. Os órgãos da CASES são a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal. É importante ressaltar que na Direção, a Presidência e a Vice-Presidência são indicadas pelo Governo.

Dentre as competências da CASES destacamos algumas por suas especificidades, a saber: promover e colaborar com as instituições representativas das várias organizações do sector da economia social, assim como com instituições públicas e privadas, na prestação de apoio técnico, nos domínios, fiscal, legal e financeiro; celebrar acordos de cooperação e protocolos com entidades públicas e privadas de âmbito nacional e internacional; emitir pareceres e pronunciar-se sobre propostas de legislação relativas ao sector da economia social; Colaborar com organismos oficiais ligados à estatística para a obtenção e fornecimento de dados de interesse mútuo referentes ao sector da economia social, promovendo um maior conhecimento do sector; fiscalizar a utilização da forma cooperativa, com respeito pelos princípios e normas relativos à sua constituição e funcionamento; emitir credencial comprovativa da legal constituição e regular funcionamento das cooperativas e credenciar as cooperativas e suas organizações de grau superior para os efeitos previstos na legislação cooperativa.

A escolha do meu lócus de Residência Social deu-se em função da participação da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) como cooperada. O papel da UMP é, principalmente, reunir as demandas de cerca de 400 misericórdias existentes em Portugal, agrupa-las e tratar sobre elas junto ao Governo. Por meio da UMP foram agendadas as visitas de observação às instituições hospitalares mantidas pelas misericórdias em Portugal.

3. O PASSO A PASSO

*“Caminante, son tus huellas
el camino, y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar (...).”
António Machado (1999)*

O Plano de Trabalho da Residência Social foi elaborado e encaminhado para a CASES, juntamente com o Termo de Referência, cerca de dois meses antes do início da RS. Naquela época já havia a ideia de que o plano era um “mapa provisório” e, portanto, passível de sofrer ajustes durante o processo de execução.

Ao final das 160 horas de atividades da RS, é possível afirmar que o “mapa provisório” foi integralmente cumprido, levando-se em consideração pequenos ajustes feitos em função de restrições de acesso ou choque de agendamentos (ver quadro 1). Doravante passarei a

descrever as atividades realizadas, distribuídas nas quatro semanas de trabalho, com ênfase nas observações afeitas ao meu objeto de pesquisa. O material empírico acumulado por meio do estudo documental, observação participante e entrevistas permitirão a elaboração posterior de uma série de produtos técnicos científicos.

Plano de Trabalho para Residência Social		
Período	Atividades Previstas	Atividades Realizadas
Semana I 29/04 a 03/05/2013	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação geral e discussão da agenda de trabalho com o representante institucional da CASES; ▪ Observação participante do ambiente organizacional da CASES; ▪ Apresentação do trabalho do Residente Social. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reunião com Diretor da CASES e colaboradores, apresentação geral e discussão da agenda de trabalho; ▪ Visita às instalações da CASES; ▪ Reunião com o Supervisor; ▪ Estudo sobre o Sistema de Saúde de Portugal; ▪ Estudo sobre a legislação da Economia Social, Mutualidades, Misericórdias e IPSS; ▪ Planejamento do Workshop; ▪ Visita ao Parlamento Português.
Semana II 06/05 a 10/05/2013	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visita de campo (Organizações Não Governamentais); ▪ Visita aos espaços de articulação entre ONG e o Governo local. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Workshop sobre a Residência Social. Público alvo membros e funcionários da CASES; ▪ Visita à Clínica de São Cristóvão; ▪ Reunião com o Dr. João Salazar Leite.
Semana III 13/05 a 17/05/2013	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visita de campo (Misericórdias); ▪ Visita aos espaços de articulação das Misericórdias Portuguesas com o Governo local (gestão da saúde) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação no Colóquio "Gestão, Saúde e Apoio Social: Qual o futuro?" na Santa Casa de Misericórdia Golegã; ▪ Participação do IX Encontro da FPAT sobre toxicodependência e envelhecimento; ▪ Reunião com o Dr. Márcio Borges na União das Misericórdias Portuguesas; ▪ Visita à OIT – Escritório Lisboa;
Semana IV 20/05 a 24/05/2013	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise e síntese da experiência; ▪ Reflexão sobre o diário de bordo; ▪ Esboço da sistematização da experiência; ▪ Esboço do artigo técnico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visita à Santa Casa de Misericórdia de Entroncamento; ▪ Entrevista com Inês Fortunato, projeto articulado com o Centro de Saúde Fernão Ferro; ▪ Workshop de Encerramento da RS com almoço na Associação de Cabo Verde.

Quadro 01: Comparativo entre atividades previstas e atividades realizadas na Residência Social

Fonte: Termo de Referência encaminhado para a CASES em 03/2013 e Plano de Trabalho atualizado em 24/05/2013.

3.1 Primeira semana: conhecendo a organização e estudando sobre a legislação das misericórdias e do sistema de saúde português

Na primeira semana concentraram-se as atividades de reconhecimento da organização acolhedora e de estudo sobre o Sistema de Saúde Português. A apresentação da CASES foi realizada a partir de uma reunião na qual participaram o Diretor da instituição, Dr. Eduardo Graça, e colaboradores envolvidos com as atividades da RS, seguida de uma visita guiada às instalações.

No que tange às providências operacionais deste primeiro momento, o Plano de Trabalho provisório foi discutido e ajustado com a Secretária Geral da CASES, Dra. Cátia Cohen, e, em seguida, o supervisor Dr. João Teixeira, jurista da CASES, me recebeu reservadamente para um diálogo acerca de meus interesses de pesquisa, oportunidade na qual tratamos sobre a provisão de serviços de saúde locais e sugestões de leituras técnicas.

O Sistema de Saúde Português tem suas bases calcadas na Constituição Portuguesa e na Lei de Bases da Saúde. O 64º Artigo da Carta Magna Portuguesa reza que todos têm direito à proteção da saúde através de um serviço nacional de saúde universal e geral que leve em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito e com gestão descentralizada e participativa.

Para assegurar o direito à saúde cabe ao Estado Português garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação; garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde; orientar a sua acção para a socialização dos custos dos cuidados médicos e medicamentosos; disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o serviço nacional de saúde, por forma a assegurar, nas instituições de saúde públicas e privadas, adequados padrões de eficiência e de qualidade; disciplinar e controlar a produção, a distribuição, a comercialização e o uso dos produtos químicos, biológicos e farmacêuticos e outros meios de tratamento e diagnóstico e estabelecer políticas de prevenção e tratamento da toxicodependência.

A Lei de Bases da Saúde dispõe sobre a responsabilização compartilhada entre os cidadãos, a sociedade e o Estado pela livre procura e prestação de cuidados de saúde, sendo os cidadãos os primeiros responsáveis pela sua própria saúde.

Tem-se que o sistema de saúde Português é constituído pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) e por todas as entidades públicas, bem como todas as entidades privadas e profissionais livres que acordem com o SNS por meio de “contratos” firmados com o Ministério da Saúde ou com as administrações regionais. O Governo de Portugal é o responsável por definir a política de saúde, cabendo ao Ministério da Saúde propor tal definição e exercer funções de regulamentação, orientação, planeamento, avaliação e inspeção do Serviço Nacional de Saúde.

O SNS tem organização descentralizada em cinco Regiões de Saúde, sendo que em cada Região de Saúde há uma Administração Regional dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio (Baganha, & Pires, 2002).

A gestão dos hospitais e centros de saúde deve obedecer, na medida do possível, as regras da gestão empresarial, sendo que a lei poderá permitir a realização de experiências inovadoras de gestão, submetidas a regras por ela fixadas. Poderá ser, por meio de lei, autorizada a entrega, através de contratos de gestão, de hospitais ou centros de saúde do SNS a outras entidades ou, em regime de convenção, a grupos de médicos. A lei poderá ainda prever a criação de unidades de saúde com natureza de sociedades anónimas de capitais públicos.

O Estado deixa claro o apoio ao desenvolvimento do setor privado de cuidados de saúde em função das vantagens sociais decorrentes. O apoio poderá ser feito mediante facilitação da mobilidade de pessoal do SNS para o setor privado e ainda concessão de incentivos à criação de unidades privadas.

Dentre as instituições do setor privado, as instituições de solidariedade social com objetivos de saúde gozam de maiores possibilidades de incentivos, inclusive podendo ser subsidiadas financeiramente e apoiados tecnicamente pelo Estado e pelas autarquias locais. Tais instituições estão sujeitas à orientação e inspeção do Ministério da Saúde sem prejuízo da independência de gestão estabelecida na Constituição e na sua legislação própria.

Neste cenário, as Irmandades da Misericórdia ou Santas Casas da Misericórdia, associações constituídas na ordem jurídica canónica com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristãs, despontam como potenciais colaboradoras do SNS.

Ainda nesta primeira semana, fui ao Parlamento Português com o intuito de acompanhar a votação acerca dos Projetos de Resolução nº 680/XII/2ª (BE) e nº 698/XII/2ª (PCP) que recomendam ao Governo a manutenção da gestão pública dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde cujos edifícios pertencem às Misericórdias. Muito embora ambos projetos não tenham sido aprovados, a experiência vivida foi significativa para a RS.

Foram quase duas horas de espera para entrar no Palácio São Bento. Sede do Parlamento de Portugal, desde 1834, o enorme edifício de estilo neoclássico, está situado em Lisboa e foi construído em finais do século XVI como mosteiro beneditino. Na fila, além de nós, jovens estudantes e muitos idosos esperavam, de pé e ao sol, pelo ingresso no Palácio. Aquela situação esdrúxula me chamou atenção: em plena Europa, onde o envelhecimento populacional há tempo é ponto de agenda política, aqueles senhores e senhoras estavam a passar por um enorme constrangimento.

Conversando com alguns presentes, descobri que os que ali estavam integravam a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Reformados (APRe) e foram ao Parlamento para acompanhar a votação de uma Petição apresentada pela referida associação acerca dos cortes advindos das reformas empreendidas a partir da crise financeira que assola toda a Europa.



Figura 1: Membros da APRe

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Muito lentamente, cada um de nós passou por um rígido esquema de segurança que incluía retenção dos pertences (bolsas, celulares, câmeras, etc.) e inspeção por detectores de metais. Esta medida visa reduzir o risco de violência e manifestações envolvendo arremesso de objetos. Em determinado momento, ouvi de um dos manifestantes a seguinte frase: “Meu cuspe ele não irá tirar: eu cuspo!”.

A área reservada aos visitantes fica no pavimento superior do salão da Assembleia, sendo necessário subir muitos lances de escada. Fiquei no mesmo setor dos idosos que aguardavam a votação da matéria.

Uma parlamentar do Bloco da Esquerda (BE) apresentou a Petição e acusou o Estado de quebrar o contrato estabelecido com os reformados (aposentados) que ao longo de anos de trabalho recolheram contribuições esperando o retorno ao final da vida laborativa. Tais reformados, segundo ela, estão a ver seus recursos encolherem cada vez mais. Da parte dos “governistas” um Deputado apresentou réplica à acusação alegando que, no contexto de crise em que o país se encontra é legítimo que o Estado adote medidas redistributivas austeras.

A petição não fora aprovada. Então, os idosos manifestantes levantaram-se e entoaram em protesto a “Grândola, Vila Morena”, hino da Revolução dos Cravos de 1974, ao passo que abriram os casacos deixando à mostra uma camiseta preta onde se lia: “APRe! Não somos descartáveis”. Gritavam também como palavra de ordem: “Somos credores do Estado!”.

Dado a manifestação, expressamente proibida pelas regras da casa, todos foram “gentilmente” convidados a sair pela Polícia do Parlamento. Os jovens estudantes, futura geração de trabalhadores contribuintes, que, como eu, também visitavam o Palácio de São Bento, assistiram “de camarote” aquele ato tão pacífico e ao mesmo tempo tão forte. Neste cenário, eu, estrangeira, chorei de emoção e deixei o local bastante reflexiva.

3.2 Segunda semana: integração e imersão

Sob o título “Residência Social: Interculturalidade e Internacionalização à serviço da formação do Gestor Social”, foi realizado, por mim e mais duas colegas mestrandas, um Workshop objetivando contextualizar a Residência Social (RS) para colaboradores da CASES. Na oportunidade, alguns participantes sugeriram leituras pertinentes aos temas de pesquisa e fizeram observações acerca da realidade portuguesa e europeia.

Conforme aponta Freitas e Dantas (2014), “um estrangeiro começa a se reconhecer pelo que ele não é, mas aos poucos ele sente a necessidade de apresentar-se, dizer de onde veio e o que faz ali [...] Já não se é mais um mero caso administrativo. Já não se é mais invisível!”. Coadunando com o pensamento dos autores, percebemos que após o Workshop, houve uma maior interação entre os residentes e os profissionais da CASES que se tornaram ainda mais receptivos e colaborativos para atividades da RS.

No dia posterior ao Workshop aconteceu uma “reunião-aula” sobre cooperativismo com o Dr. João Salazar Leite, responsável pelo setor de Relações Institucionais da CASES. O técnico discorreu sobre o histórico da economia social na Europa e sobre as questões atuais que têm contribuído para a retomada do crescimento do cooperativismo no velho continente. Falou sobre a necessidade de as instituições de economia social ganharem espaço na agenda política e social por meio da articulação em rede: “o problema da economia social é a falta de afirmação”, disse ele. Ao longo da explanação ocorreram-me ideias sobre a aplicação dos princípios cooperativistas para congregar as diversas pequenas entidades que prestam serviços de saúde no interior da Bahia, onde resido, que por sua diminuta escala não têm poder de barganha ou voz política.

Nesta segunda semana realizei, ainda, uma visita à Clínica de São Cristóvão - Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa, uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada a 12 de abril de 1872, que se rege pela legislação especial aplicável às Associações Mutualistas. Com cerca de 20 mil associados, a referida associação é dotada de patrimônio próprio, onde tem sediados todos os seus serviços, que ocupam uma área coberta de oito mil metros quadrados, atendendo diariamente, em média, mais de 1.500 pessoas.

Dentre os serviços oferecidos pela Clínica de São Cristóvão (CSC), me chamou atenção a Residência Medicalizada. Trata-se de um serviço de internação que se assemelha a um “Lar dos Idosos”, entretanto, com a oferta de serviços de saúde em tempo integral. Observamos, em especial, os espaços de convivência (sala de estar e jardim) os quais têm ambiência específica para acomodar idosos. Os idosos que usufruem dos serviços da Residência Medicalizada também realizam atividades externas acompanhados de profissionais das CSC.

Quanto às estruturas de gestão, observei que a CSC tem protocolo firmado com o Serviço Nacional de Saúde e com outras organizações. Com uma gestão moderna, a CSC conta com serviços de nutrição e análises clínicas terceirizados, têm no quadro de direção, profissionais com formação específica em gestão, prezam pela escuta dos usuários visando auferir a qualidade dos serviços prestados e possuem inovações com vistas a alcançar maior eficiência, tais como captação de

energia solar e sistema de gestão hospitalar informatizado.

3.3 Terceira semana: gestão, saúde e apoio social, qual o futuro?

Na terceira semana de trabalho visitei Golegã, uma vila portuguesa pertencente ao Distrito de Santarém com aproximadamente quatro mil habitantes, com o objetivo de participar do “Colóquio Gestão, Saúde e Apoio Social: Qual o Futuro?”, realizado pela Santa Casa Misericórdia de Golegã em parceria com a Escola Superior de Gestão de Tomar.

Para além das brilhantes apresentações feitas por profissionais das áreas de gestão da saúde e do setor social, pude observar, durante o evento, o Lar de Idosos Dr. Rodrigo da Cunha Franco e as Residências Nossa Senhora das Misericórdias. Estas últimas com um conceito diferenciado de instituição de apoio social para idosos, reproduzindo um “condomínio” no qual os residentes podem desfrutar de privacidade e exercer sua autonomia. Na oportunidade, conheci o Dr. Mariano Cabaço, representante da União das Misericórdias Portuguesas, o qual tratou conosco sobre o perfil das misericórdias portuguesas.



Figura 2: Painel de Azulejos na entrada das Residências Nossa Senhora das Misericórdias

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016)

Ainda nesta profícua semana, participei do IX Encontro FPAT - Toxicodependência, Envelhecimento, Exclusão e Relações Intergeracionais que tratou sobre Toxicodependência, Envelhecimento, Exclusão e Relações Intergeracionais, realizado na Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento, localizada na Lapa. Professores pesquisadores de diversas instituições de ensino e dirigentes de instituições de apoio social a exemplo da Cruz Vermelha, Caritas e Misericórdias palestraram no evento apresentando valiosas contribuições para a compreensão do tema proposto.

Para a Dra. Maria Helena Paes, Diretora da FPAT, o idoso toxicodependente está mais propenso ao isolamento e a infecções. Além da idade cronológica, há de se considerar a idade biológica dos usuários de substâncias psicoativas, pois, segundo ela, um toxicodependente de 40 anos demanda de cuidados semelhantes a um indivíduo de 60 anos.

Neste sentido, a Dra. Marta Gonçalves, Investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS/IUL), afirmou que apostar na prevenção é uma aposta acertada e que se deve trabalhar no terreno da ciência e política enquanto indivíduo, família e sociedade. A oradora ainda discorreu sobre a importância de tratar, neste ano que precede o ano internacional da família, temas como o combate à pobreza, a conciliação trabalho/família e os conflitos intergeracionais. Seguiram-se as falas da Dra. Sara Carvalho, que focou na dicotomia planejamento versus operacionalização de políticas de prevenção e combate às drogas e da Dra. Suzana Ramos, que abordou a transversalidade de temáticas que tangem a toxicodependência.

Na primeira Mesa Redonda o Dr. Luís Vasconcelos trouxe para reflexão o conceito de crise por meio da explanação de um caso teorizado pelo autor Phillippe Bourgois. Ainda nesta mesa fomos brindados com a exposição do Dr. Luís Patrício que problematizou a existência de incontáveis substâncias psicoativas e na mais valia de educar as pessoas para o uso adequado e prevenção do abuso de tais substâncias. Para Patrício, conhecer a natureza das substâncias psicoativas (estimulantes, perturbadoras e sedativas) é importante para planejar a abordagem do consumidor.

Na segunda Mesa Redonda, que tratou sobre a vulnerabilidade, a Dra. Maria Conceição Sotto Mayor conceituou a vulnerabilidade como “uma predisposição individual para apresentar resultados negativos no desenvolvimento” e tratou sobre aspectos comportamentais dos consumidores de substâncias psicoativas, a saber, compulsão, obsessão e tolerância à substância.

A terceira Mesa abordou com sensibilidade os problemas de consumo e nos desafiou a “tirar a venda dos olhos” quanto ao uso de substâncias psicoativas entre os idosos.

Na quarta e última Mesa, da qual participaram representantes da Caritas e da Misericórdia de Amadora, foram apresentados trabalhos na área de apoio social ao cidadão usuários de substâncias psicoativas. Nesta mesma Mesa a Dra. Florbela Ferreira falou sobre o trabalho de apoio a usuários dentro do sistema prisional português.

Finalizando o agendamento da semana, visitamos a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), onde fomos recebidas pelo Dr. Marcio Borges. Por aproximadamente duas horas conversamos sobre as Misericórdias Portuguesas, instituições tradicionais da sociedade lusitana calcadas nos princípios da fé e da solidariedade cristã.

Segundo o anfitrião, existe em Portugal cerca de 400 Misericórdias e a maioria delas respondem às demandas do setor social. Entretanto, é fato relevante que as Misericórdias têm um histórico de serviços no setor saúde, anterior a 25 de abril de 1974, quando então o setor saúde foi “nacionalizado”, passando os hospitais para a gestão do Governo e ficando as Misericórdias predominantemente a trabalhar com Lares de Idosos.

Ocorre que, por questões do envelhecimento populacional e aumento da expectativa de vida, tem-se que os idosos, cada vez mais, demandam por serviços de saúde que por aqui foram

enquadrados como “cuidados continuados” e as Misericórdias estão a celebrarem acordos com o Serviço Nacional de Saúde para dar esta resposta social, retomando então os antigos laços com o setor saúde. Logicamente, nem todas as Misericórdias estão a credenciar-se para prestar este tipo de resposta, sendo as que anteriormente a 25 de abril mantinham hospitais são as mais interessadas.

Questionei ao Dr. Márcio sobre aspectos da gestão das Misericórdias e este, deixando sempre claro a autonomia de cada uma das instituições quanto à condução dos processos de gestão e gerência, falou-nos sobre a profissionalização da direção das Misericórdias, sobretudo naquelas de maior porte e maior volume de serviços. O entrevistado relatou que a observação direta permite afirmar que o desempenho das instituições que contam com a figura do Diretor Geral e Diretor Técnico, com permanência integral, apresentam maior desempenho e refletiu sobre a tendência crescente da profissionalização da gestão das Misericórdias. Disse que a maioria dos Diretores Gerais tem formação na área de gestão.

Sobre a captação e gestão de Recursos Humanos, Dr. Márcio retomou a questão da autonomia e disse que várias modalidades são observadas. A indicação de indivíduos da rede de conhecimento dos colaboradores é, por vezes, utilizada, entretanto, nas unidades com gestão mais profissionalizada, tem-se observado processos seletivos.

Sobre a utilização de tecnologia da informação e comunicação para gestão das Misericórdias, ocorre o mesmo quanto á gestão de RH. As unidades mais profissionalizadas contam com soluções tecnológicas de informação mais avançadas.

Quanto à “terceirização” de serviços pelas Misericórdias, o entrevistado afirmou que no âmbito da UMP existe o credenciamento de empresas visando reduzir custos, a exemplo dos serviços de alimentação e cuidados com roupas e que os associados, por iniciativa própria, podem aderir ou não.

Sobre o papel da UMP junto às Misericórdias associadas, o Dr. Márcio falou que existem organizações regionais das Misericórdias que reúnem demandas e encaminham para o órgão central – UMP- que fica responsável por agrupa-las e tratar sobre elas junto ao Governo. Geralmente as demandas são afetas a legislação e regulamentação das Misericórdias.

Importante relatar que, muito embora não seja objeto de minha pesquisa, fiquei especialmente interessada em aprofundar o estudo sobre as respostas sociais para os idosos no âmbito do setor social. Os serviços domiciliares, em especial, são novidades para nós brasileiros.

3.4 Quarta semana: santa casa de misericórdia de entroncamento e devolutiva dos resultados

Na quarta e última semana fui até Entroncamento conhecer a Santa Casa de Misericórdia local. A obra conta com três componentes a saber, um lar, uma unidade de cuidados continuados e um

hospital geral. Fui recebida pelo Provedor, o Sr. Manoel Fanha Vieira; pela Dra. Vera Araújo, Médica Responsável pela unidade de Cuidados Continuados e pelo Enfermeiro Antônio Nunes. Ao longo do dia pudemos observar o funcionamento das unidades e entrevistar diversos colaboradores.

Avalio a visita como um “*grand finale*” para as atividades da Residência Social pois a instituição reúne o esforço do Estado e da sociedade para responder a grandes demandas sociais e de saúde.

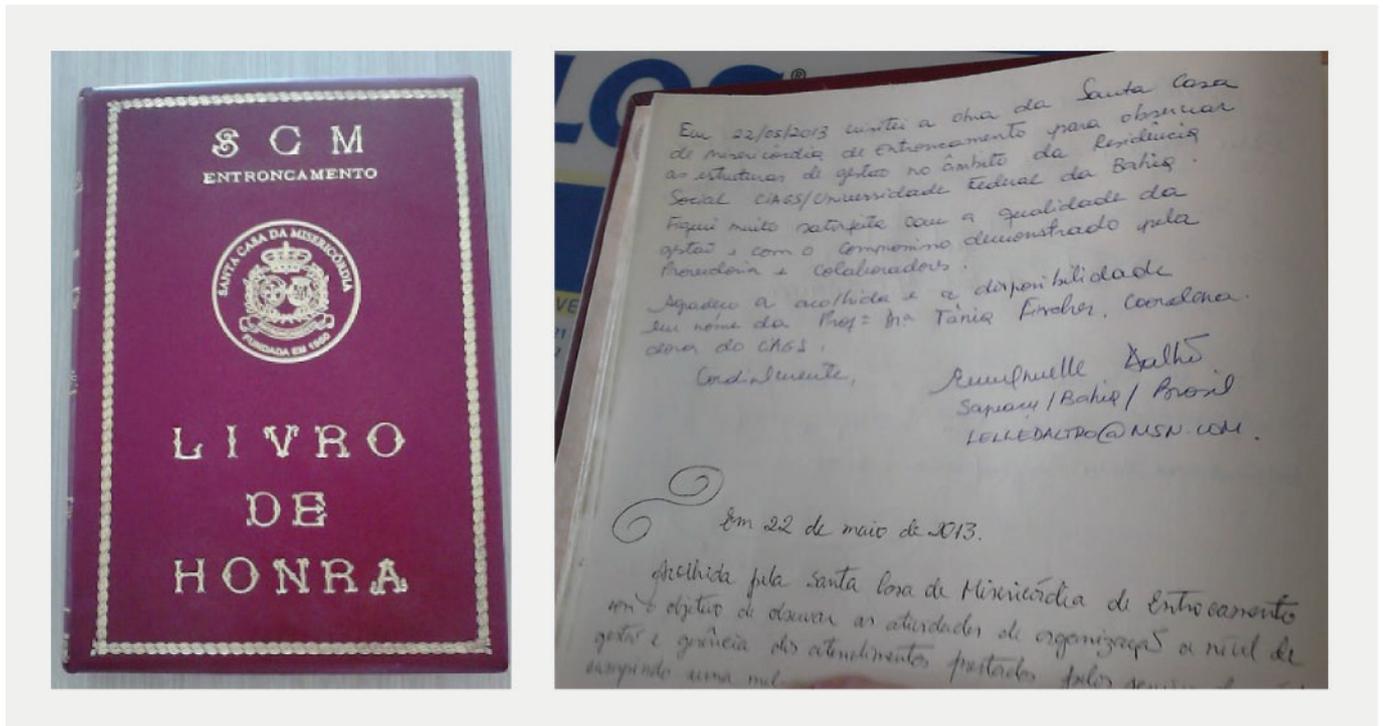


Figura 3: Registro no Livro de Honra da Santa Casa de Misericórdia de Entroncamento

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016)

No penúltimo dia da RS, já com um “cadinho” de saudade instalada, realizamos uma Roda de Conversas na qual apresentamos para os colegas da CASES nossas considerações finais. Foi um momento interessante onde pudemos compartilhar nossos resultados.

Residência Social

Imersão e cooperação, para além do academicismo!

Andrea Sestelo, Emmanuelle Daltro e Lídice Miranda, convidam os colaboradores da CASES para uma Roda de Conversa com o objetivo de partilhar os principais achados da Residência Social. Dia 23/05/2013 (quinta-feira), às 10h no Auditório da Cooperativa António Sérgio para Economia Social.



Figura 4: Convite para Roda de Conversa Final

Fonte: Arquivo pessoal da autora

4. O REENCONTRO NO ESTRANHAMENTO

Acreditamos que a experiência de ser estrangeiro varia não apenas de pessoa para pessoa como também em função das condições e das razões que o motivaram a essa inserção num território 'estranho' Freitas & Dantas (2014).

O dia do 60º aniversário de emancipação política de minha cidade natal marcou minha primeira viagem internacional. Depois de dias arrumando, desarrumando e re-arrumando as malas consegui finaliza-las a menos de 3 horas da partida. Despedi-me dos meus meninos e de minha e segui para o Aeroporto Internacional Luis Eduardo Magalhães, em Salvador, onde encontrei minhas companheiras de viagem, Lídice e Andrea. As lágrimas que foram poupadas junto aos meus filhos finalmente caíram quando vi Lara – a pequena de Andrea - despedir-se dela.

...

No 14º dia da Residência Social, chorei muitas vezes. Senti saudade dos meus na véspera do Dia das Mães no Brasil. Pra quem nunca esteve tão longe, é muita saudade...

A saudade de meu pai, do enorme amor que troco com ele por meio de conversas diárias. Muitas vezes sem abraços e beijos, mas com muita cumplicidade.

De minha mãe, de quem discordo tanto, mas que também amo tanto.

De minha irmã, única e muito amada irmã, junto com seus apêndices (rs).

De meu marido, amigo, companheiro, confidente: amor da minha vida!

De meu amado filho Ednaldo Neto. Impressionante como eu descobri a falta que este moleque abusado me faz!

Dos meus gêmeos, Tales e Mateus, tão pequeninos e expostos a uma ausência dessas (...) meu Deus, tomara que valha realmente a pena!

Descobri que quando nos permitimos sentir a falta que o outro faz, descobrimos que não somos apenas uma vida, mas muitas vidas entremeadas. Eu sou um pedaço de cada um dos que amo e a cola que me molda é a nossa convivência!

Sou estrangeira de mim mesma e estou a me descobrir.

O pessoal do CIAGS tem muita razão ao dizer que apenas no estranhamento a sensibilidade é a florada.

REFERÊNCIAS

Baganha, M. I., Ribeiro, J. S., & Pires, S. (2002). O sector da Saúde em Portugal. Funcionamento do sistema e caracterização sócio-profissional. *Policopiado, oficina do CES*, 1(182), 2-11.

Boullosa, R. F., & Barreto, M. L. S. (2010). A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. *NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA*, Salvador, v.1, n.1, p. 181-202.

de Brito, B. R. P., & Oliveira, G. (2015). Residência Social em Angola: Traçando Caminhos, Enlaçando Parcerias e Afirmado Identidades. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 4(2).

de Menezes Ettinger, V. M. T. (2015). Líderes e Empreendedoras do Pacífico Colombiano: Cultura, Identidade e Associativismo. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 4(2).

Fischer, T. M. D. (2001). Projeto programa de desenvolvimento e gestão social. Edital MCT / FINEP 01/2001/12 – Fundo Verde – Amarelo. Salvador, UFBA / FAPEX.

Freitas, M. E., & Dantas, M. (2014). L'étranger dans le groupe: pont et porte de l'interculturel. In: Guenette, Mutabazi, Ottina e Pierre. (Org.). *Management Interculturel: Alterité et identités*. ed.Paris: L'Harmattan, v. 1, p. 523-531.

Schommer, P. C., & França Filho, G. C. (2010). A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. *NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA*, Salvador, v.1, n.1, p. 203-226.

Francisco Alves de Queiroz

franciscoqueirozz@gmail.com

Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbanismo pela Universidade Salvador, Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia, possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2006); Pós graduado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, pela Faculdade Adventista de Administração; É Professor de Ensino Superior e Pós-Graduação, tem Experiência em Gestão de Políticas Públicas, Análises Estatísticas, Educação a Distância e Avaliação de Desempenho. É Consultor de Políticas nas áreas de Saúde e Gestão Educacional.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2017
Caderno Especial

MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO INFORMAL: UM ENSAIO A LUZ DA SOCIOLOGIA

Este ensaio objetiva discutir a gênese, características da informalidade e a sua relação com a discussão do que é modernidade e pós-modernidade a luz da Sociologia. Uma análise introdutória, superficialmente histórica que observa a evolução desses fenômenos a partir da revolução industrial e dos pensadores desta época. Para ajudar neste debate apresenta-se os conceitos de sociólogos e economistas sobre as temáticas.

O que é trabalho precário? O que é modernidade? Nomenclaturas filhas das transformações sociais provocadas pela revolução industrial no século XVIII referem-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa e se tornaram globais. Trabalho precário, de baixa produtividade, definição que Marx deu aos trabalhadores expulsos do sistema produtivo capitalista industrial formal, com baixa remuneração e sem relações institucionais. Mas desde quando o trabalho do menos qualificados e desprotegidos e oprimidos socialmente, ao longo de toda história deixou de ser precário? Esta resposta não cabe aqui, mas fica a percepção de que, ao longo de toda a humanidade, os trabalhadores, sejam desempregados, servos, ou escravos, sempre tiveram relações produtivas bastante precárias.

Do trabalho precário, ou ausência de oferta de trabalho, no pós revolução industrial surgiu a informalidade, assim dizemos que a informalidade é contemporânea da modernidade, filha, sei lá, algum “parentesco” tem. Mas a informalidade, um termo moderno, superou a questão da precariedade e da baixa produtividade, não sei se se metamorfoseou com o capital, numa explicação marxista, mas, o fato é que o trabalho informal é intrínseco ao sistema, necessário, nunca vai ser completamente integralizado, pois muitos trabalhadores não pretendem

QUEIROZ, Francisco Alves de. **Modernidade, pós-modernidade e relações de trabalho informal: um ensaio a luz da sociologia.** *Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 10, n. 5, p. 115 - 119, nov. 2017.*

sair dessa condição, pois em diversas oportunidades tem renda e condições de trabalho melhores do que no emprego formal. (QUEIROZ, 2006), (QUEIROZ, 2009) e (QUEIROZ, 2012). Talvez seja isto um prenúncio de uma situação pós-moderna da relação de trabalho informal.

Boaventura de Souza Santos, desde a década de oitenta diz que estamos caminhando para uma ciência pós-moderna, que o atual paradigma dominante de se fazer ciência está ultrapassado e em crise. Giddens (1991) argumenta que estamos no limiar de uma nova era, e questiona sobre o que está para além da própria modernidade, um novo tipo de sistema social, alguns termos tem sido empregados, “sociedade de informação”, “sociedade de consumo”, “pós-modernidade”, “sociedade pós-industrial”. A leitura de Giddens sugere que estamos nos deslocando da produção de bens materiais para a de informação, baseando-se na noção de pós-modernidade, Jean-François Lyotard, com fé no progresso planejado humanamente. (GIDDENS, 1991)

A produção industrial se tornou o eixo das relações de trabalho, emprego e vida dos seres humanos, definiu uma nova relação com a natureza, antigamente em continuidade e mais harmônica com o meio ambiente, agora em condições de modernidade altamente explorador e com grandes impactos, provocando desastres naturais e relações de trabalho precárias, desemprego e concentração de renda. “A indústria moderna, modelada pela aliança da ciência com a tecnologia, transforma o mundo da natureza de maneiras inimagináveis às gerações anteriores”. (GIDDENS, 2009, p. 57).

A modernidade vem com grandes forças de conflitos, a principal é a separação de tempo e espaço. As explicações teóricas iniciais sobre isto vêm da sociologia, as que derivam dos escritos de Marx, Durkheim e Weber, com a tendência de analisar questão da dinâmica de transformação e a natureza da modernidade. Marx numa vertente econômica afirmou que o que modela o mundo moderno é o capitalismo. Este ponto de vista foi criticado tanto por Durkheim como por Weber. (GIDDENS, 1991, p. 16). Durkheim, intelectual de gabinete, não poderia fazer outra coisa a não ser criticar Marx, afinal sua teoria sobre os fatos sociais e seu método de pesquisa são lineares e positivista, defensor da descrição, enumeração e métrica na pesquisa, por opção, viu de longe as transformações da sociedade e as analisou como se estivesse em um laboratório de ciências naturais e julgou que o impulso energizante foi a divisão do trabalho. A crítica de Weber é controversa, pois discordar que o capitalismo molda a sociedade moderna, enfoca a racionalização, os avanços tecnológicos e a organização burocrática e por outro estabelece que a principal função das cidades é uma função de mercado. A produção industrial moderna capitalista redefiniu todas as relações sociais, a ciência, o produto e a renda. A divisão do trabalho, a burocracia e a tecnologia estão sob domínio e a serviço da produção capitalista.

Giddens (1991) tenta trazer uma nova dimensão, que julga mais adequada, rompendo com as perspectivas sociológicas existentes, muito pretencioso, diz “temos que dar conta do extremo dinamismo e do escopo globalizante das instituições modernas e explicar a natureza de suas discontinuidades em relação às culturas tradicionais”.

De fato a perspectiva da análise da modernidade é a transformação do tempo e do espaço, neste sentido como em tantos outros pontos, Giddens está correto, o dinamismo e a velocidade que as mudanças estão ocorrendo tiram da sociedade a noção de lugar, e poderia-se afirmar

ainda outro fato, a perda de identidade. Observe Giddens “o advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles.” (GIDDENS, 1991, p. 22)

Giddens, Bauman, Souza Santos e Milton Santos afirmam que os pesquisadores sociais estão desorientados, em um universo de eventos complexos e fora de controle e não basta meramente inventar novos termos, “pós-modernidade”, é necessários olhar novamente para a natureza da própria modernidade “a qual, por certas razões bem específicas, tem sido insuficientemente abrangida, até agora, pelas ciências sociais” (GIDDENS, 1991), e precisamos esmiuçar as naturezas das relações de forma histórica e dialética.

Os pensadores precursores, Marx, Web, Weber, os dos séculos XX, Hannah Arendth, Gramisc, Habermas, Milton Santos, Souza Santos, Castells, tem um consenso, os modos de vida produzidos pela modernidade trouxe uma nova ordem social que não tem precedentes, as divergências vem das análises da intencionalidades dos atores sociais e dos caminhos da produção capitalista.

A modernidade tem um ritmo de mudança bem mais dinâmico e tecnológico, diferentes áreas do globo são postas em interconexão virtual, grande dependência da produção por atacado e de fontes de energia inanimadas e por fim a completa transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado. “O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante do que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no século atual.” (GIDEENS, 1991) A cidade, como o próprio Weber trata, tem uma função predominante de ser o local para realização da produção e do consumo.

Tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como uma era turbulenta. Mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam suas características negativas. Marx via a luta de classes como fonte de dissidências fundamentais na ordem capitalista, mas vislumbrava ao mesmo tempo a emergência de um sistema social mais humano. Durkheim acreditava que a expansão ulterior do industrialismo estabelecia uma vida social harmoniosa e gratificante, integrada através de uma combinação da divisão do trabalho e do individualismo moral. Max Weber era o mais pessimista entre os três patriarcas fundadores, vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais. (GIDDENS, 1991)

Marx já anunciou há muito tempo a capacidade de mutação do capitalismo, Buaman (2009) acredita que para se manter vivo o sistema, não era mais necessário “remercadorizar” o capital e o trabalho, e sim garantir mecanismos de consumo constante mantido pelo Estado. O crédito era o dispositivo mágico (esperava-se), o Estado “capitalista” garante a disponibilidade contínua de crédito.

É necessário se adaptar aos novos nuances da produção capitalista, e nisto a produção informal

é muito eficiente, se molda e se adapta com facilidade as crises econômicas, ao desemprego e as fragilidades reguladoras do Estado. Neste sentido Bauman traz um metafórico exemplo:

No mundo volátil da modernidade líquida, no qual é difícil uma forma manter sua estrutura pelo tempo necessário para garantir a confiança e se coagular numa credibilidade de longo prazo (...), andar é melhor que ficar sentado, correr é melhor que andar, e surfar é ainda melhor que correr. Melhor surfista é o que desliza com leveza e agilidade, que não é muito exigente quanto às ondas que virão e que está sempre pronto a abandonar as antigas preferências." (BAUMAN, 2009. p. 45)

A oferta de oportunidade de trabalho em funções administrativas, industriais e comerciais tradicionais se esgota depressa, o desemprego força aos trabalhadores adotar um comportamento de subordinação e a saída é recorrer a outras possibilidades de produção. Assim, numa visão marxista, a modernidade é vista como um monstro destruidor, e irreversível. "A modernidade era para Marx o que Habermas chamou com precisão de um "projeto inacabado" (BAUMAN, 2009)

Se a modernidade é um projeto inacabado, estamos caminhando para onde? O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e mais segura. Um sistema pós-moderno será institucionalmente complexo e podemos caracterizá-lo como representando um movimento para "além" da modernidade. Define a pós-modernidade como transformações possíveis para "além" das instituições da modernidade. (GIDDENS, 1991, p. 154).

A pós-modernidade se refere a algo diferente, ao menos como eu defino a noção. Se estamos nos encaminhando para um fase de pós-modernidade, isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social (GIDDENS, 1991, p. 45).

Mas essa transição não é básica, nem simples, ninguém tem convicção de onde estamos indo e onde realmente vamos chegar. Uma questão a se colocar, numa perspectiva marxista: será que isto, pós-modernidade da forma como está se manifestando, não é apenas mais uma metástase da produção capitalista. Reafirma-se Giddens (1991) "falar da pós-modernidade como suplantando a modernidade parece invocar aquilo mesmo que é (agora) declarado impossível".

Deseja-se ao menos numa condição pós-moderna uma ascensão de novos movimentos sociais e a criação de novas agendas políticas e a acessão do trabalho, ao menos, em condições de garantir a sobrevivência dos trabalhadores. E ironicamente os trabalhadores informais passam de excluídos do sistema pelo desemprego, de exército de reserva, a uma poderosa massa de consumo de apoio ao sistema atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade produziu a informalidade, não do nada e nem do acaso, os desempregados que habitavam um "exército de reservas" buscou alternativas à sobrevivência, mediante um estado brasileiro que não garantia as condições mínimas de vida. Os trabalhadores que não tiveram acesso

ou simplesmente foram expurgados do processo capitalista/industrial de produção migraram pra outras possibilidades de produção. Arrisco dizer que a informalidade começou no Brasil com a abolição da escravatura, no qual os negros foram retirados das lavouras e jogados nas favelas e nos guetos sem nenhuma alternativa de trabalho formal, e se potencializou nas cidades grandes que não absorveram a mão de obra migrada do campo.

O grande detalhe é que a informalidade gerou uma nova perspectiva, uma nova ordem de produção, não tão efetiva e produtiva como a industrial, mas forte em consumo por ter uma gigantesca massa de trabalhadores, e, nem sempre, em condições precárias e baixa produtividade. Tanto que, a informalidade deixa de ser uma saída, e sim uma opção de vida para muitos trabalhadores, pois estes se recusam ao processo formal da produção industrial vigente. Seria aqui está modelagem do trabalho informal uma nova transcendência da indústria moderna?

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2010.

GIDDENS, A. **As Consequencias da Modernidade**. São Paulo: UNESP. 1991

KEYNES, **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**, Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LAUTIER, Bruno. Informalidade das Relações de Trabalho e Cidadania na América Latina.

Caderno CRH, Brasília, DF, 6.18, 16/03/2007. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=350>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

MARX, Karl, **O capital: Crítica da Economia Política: Livro I – Volume 2 – O processo de produção do capital**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

QUEIROZ. Francisco Alves de. **A Economia Informal e as Políticas Públicas Brasileira**. Monografia. Cachoeira-BA: Faculdade Adventista de Administração, dez. 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Editora Record, São Paulo. 2000.

VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, 1967.

WEBER, Max. **Conceito e categorias da cidade** In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, 1967.

Cintya de Abreu Vieira

cintyadeabreusantana@gmail.com

Aluna do Curso de Psicologia da Faculdade Adventista da Bahia (FADBA).

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Caderno de Educação e Cultura 2017
Caderno Especial

A PRIMEIRA ENTREVISTA EM PSICANÁLISE: UM CLÁSSICO DA PSICANÁLISE

Maud Mannoni nasceu em 22 de outubro de 1923 em Ceilão, onde viveu seus primeiros anos, depois mudou-se para os Países baixos. Estudou criminologia e psiquiatria e se especializou em psicanálise de crianças psicóticas no modelo terapêutico de Françoise Dolto. A elaboração teórica de sua experiência baseia-se em Jacques Lacan. Autora de obras como *O nomeável e o inominável*; *A criança retarda e sua mãe*; *O psiquiatra, seu louco e a Psicanálise*; *O sintoma e o saber*, entre outras. A obra *A primeira entrevista em psicanálise* publicada pela primeira vez em 1923, tem por autora do prefácio Françoise Dolto. A obra é classificada por ela como um documento-testemunho.

Mannoni nessa obra coloca o leitor em contato com a problemática dos “desajustes” na infância, principalmente no que desrespeito a problemas escolares. Logo, a autora questiona a imposição da reeducação de crianças e adolescentes, a forma como os sintomas são analisados, a posição dos pais nesse contexto e como isso está elencado com o sintoma das crianças. A obra aqui apresentada está estruturada em duas partes: a primeira contém trinta casos clínicos da primeira consulta e na segunda parte a autora extrai o sentido dos dados coletados nessa primeira entrevista.

Dolto no prefácio situa o leitor dentro de alguns conceitos importantes da psicanálise que ajudam a entender os casos enunciados, como por exemplo o conceito do complexo de Édipo. Mannoni primeiramente informa que os casos expostos são notas tomadas ao término da primeira consulta. E explicita o papel do psicanalista nesse momento, esse vai ajudar com sua presença o indivíduo organizar sua demanda, a conceber-se no seu discurso

MONNONI, Maud. **A primeira entrevista em psicanálise: um clássico da psicanálise**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VIEIRA, Cintya de Abreu. **A primeira entrevista em psicanálise: um clássico da psicanálise**. *Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 10, n. 5, p. 120 - 123, nov. 2017.*

em relação a sua história, para então ter condições de atribuir um sentido. O analista propõe a tomada de posição do sujeito, por meio de um sistema que é da ordem do significante e não do que dá a significação dos distúrbios. A autora ratifica o papel da linguagem e da lei para o desenvolvimento e estruturação do sujeito, e a importância da teoria de Jacques Lacan para discutir essas questões. De acordo com a assimilação psicanalítica do que se passa na primeira consulta que os problemas colocados na obra serão discutidos, para então compreender esse encontro e quais suas implicações.

As consultas relatadas na obra são agrupadas por temas em comum, sendo eles: distúrbios escolares, dificuldades caracteriais, reações somáticas e inícios de uma psicose. De acordo com a autora, boa parte das consultas são por distúrbios escolares. É verdade que há problemas pedagógicos, mas para além disso o sintoma pode camuflar outra coisa. O psicanalista entrou em contato com a neurose familiar, que se fixa em um sintoma, que tem a criança como apoio. É pertinente identificar o que há de não comunicável em palavras que se torna imóvel e se fixa em um sintoma.

Mannoni sinaliza que é fundamental compreender a desordem familiar que há por detrás de um sintoma, o que não determina uma relação direta de causa e efeito com. O que prejudica a criança é a negação dos pais dessa desordem. O que faz mal para a criança não é tanto a situação real, e sim aquilo que não foi verbalizado, a mentira. A autora ainda afirma que se deve dar atenção às palavras dos pais, não apenas da mãe. E que a posição que o pai ocupa para a criança vai depender do lugar que ele ocupa no discurso materno. Isso tem influência na resolução do Édipo da criança e seu sucesso nos processos de sublimação.

Segundo a autora os relatos apresentados são insuficientes para se fazer uma análise detalhada, contudo fazem menção de características que se encontram em boa parte das vezes em situação neurotizante. Nas entrevistas com demandas sobre dificuldades escolares, percebe-se no discurso características do mundo fantasmático da mãe. E ainda que essa mãe responsabiliza a criança de realizar seus sonhos perdidos. Quando a criança se nega a ocupar o lugar que lhe foi reservado causa desconforto. Para os pais aceitarem a análise para o filho é preciso aceitar o desconforto de ser deslocados pelos filhos da cumplicidade da mentira. O sintoma da criança é por intermédio dos pais, para eles ou contra eles. Esse pode aparecer como uma solução ou pedido de ajuda, e a angústia é o seu motor. Para o sujeito é a busca de reconhecimento, uma tentativa de afirmar-se no simbólico. Na consulta, é primordial a mensagem no nível simbólico e evitar intervir no nível real.

Os casos apresentados sobre crianças delinquentes, apontam que é preciso tratá-las antes que sejam irreversíveis. A sociedade exige do psicanalista uma receita educativa, porém é necessário priorizar a dimensão simbólica do sujeito, ajudá-lo em sua demanda para que possa dar-lhe sentido. O sintoma é uma tentativa da criança de se expressar, e o que interessa aqui é a relação do sintoma com o mundo do sujeito. A autora aponta para a posição teórica de Lacan sobre o sintoma, para ele o sintoma se relaciona com um desejo que se direciona ao outro. Ainda, Mannoni aponta que casos de delinquência revelam uma cumplicidade mãe-filho, que tem ausência de identificação masculina, essa cumplicidade também pode se dar entre crianças e avós maternos.

Sobre reações somáticas a autora indica que a doença parece ser uma garantia para a mãe contra as suas próprias tensões libidinais, ela se inscreve em um contexto fóbico. O sintoma da criança mascara a angustia da mãe. Este serve às vezes a mãe para se eximir as solicitações do mundo exterior. A doença permite que mãe e filho escapem da situação de perigo presente na angustia. Nesses casos é importante que o médico pediatra utilize os recursos da investigação psicanalítica. É permitindo que a criança decifre seu segredo incluído no sintoma que lhe permitimos exprimir-se numa linguagem diferente da do corpo. Sobre casos de início de psicose a autora pontua que o psicótico vive ao nível do corpo toda ameaça que uma relação com outro implique para ele.

Quanto a utilização dos testes a obra faz uma análise crítica e reflexiva a respeito. Os testes na maioria das vezes são usados a serviço da reorientação da criança imposta pelos pais e pela sociedade. Tanto psicanalistas quanto psicólogos devem ter cuidado com essa prática. Por fim, respondendo a problemática: o que é a entrevista com o psicanalista? Mannoni pontua que existe uma vulgarização das noções psicanalíticas, reduzindo-as a um relacionamento de projeção do paciente para o analista. A entrevista psicanalítica vai se centrar no discurso. O que não é fácil uma vez que as pessoas usam a linguagem para mascará-lo. A entrevista com o psicanalista é um encontro, por meio de outro, com a sua própria mentira. A mentira se apresenta como sintoma na criança, o que faz mal a criança não é tanto a situação real, mas tudo o que não é dito. O analista vai por meio de um reexame da situação encontrar um caminho que seja o caminho da criança.

A autora situa o leitor nos problemas de desajuste escolar de forma abrangente. Pois, aponta as dificuldades da estrutura da educação atual, salas superlotadas com crianças desassistidas de atenção e a falta de um trabalho individualizado, professores e diretores sobrecarregados. Logo, crianças que não se ajustam ao sistema de ensino são vistas como problema. E muitas vezes são tratadas pela medicina através de fármacos. Há uma grande variedade de casos de inadaptação escolar, mas nem todos precisam de tratamento com a psicanálise. Há aqueles que não tem sintomas com valor de mensagem, logo poderiam ser tratadas dentro do próprio sistema de educação, se esse tivesse condições de atendê-las, porém aquelas que possuem sintomas com valor de mensagem se não forem atendidas em um plano psicanalítico pode ter a situação agravada.

Em síntese, a autora finaliza a obra definindo que a primeira entrevista psicanalítica é um encontro com o próprio eu. A primeira entrevista é uma ordenação dos papéis, dos personagens para que sejam posteriormente trabalhados. O papel do psicanalista deve ser de ajudar o sujeito a se situar corretamente em relação a si próprio e aos outros. Para criança o tratamento com a psicanálise representa a possibilidade de se tornar um ser autônomo, não alienado no desejo dos pais.

Maud Mannoni é hábil em tratar desde uma perspectiva psicanalítica uma temática que é uma polémica atual. A autora consegue expressar isso de forma compreensível, coerente e organizada. A maneira como os casos são relatos e depois analisados permitiu ao leitor compreender a abrangência e as variáveis envolvidas nos sintomas infantis. Uma leitura atenta da obra é um convite a reflexão e também a mudança, sobre tudo a responsabilização. Pode-se dizer que essa é uma característica marcante da obra, posicionar os atores/autores sociais de forma responsável, quer seja os pais, os professores, o psicanalista e até mesmo a própria criança. O que dialoga com o que Freud e Lacan afirmaram respectivamente: "Qual a sua responsabilidade na desordem da

qual você se queixa?” “Por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis.”

A obra é relevante e o posicionamento da autora tem princípios em comum com grandes pensadores da educação. Como por exemplo, Paulo Freire em seu livro pedagogia da autonomia. Percebe-se que na sociedade pós-contemporânea está em voga medicalizar as crianças, diagnosticá-las e rotulá-las. Entretanto, o que se expressa como desajuste é na verdade uma maneira que elas encontram de se ajustarem a uma família disfuncional, muitas vezes a um sistema de educação deficitário e a uma sociedade que está mais preocupada com os rótulos do que com as particularidades de cada indivíduo. Quiçá não seja demasiado afirmar que a ênfase da sociedade atual esteja equivocada. A ênfase deveria ser deslocada do desajuste da criança para a estrutura onde essa criança se situa, quem sabe boa parte dos adultos não suportam o que está no plano do simbólico, para além do real. Logo, é mais confortável se apoiarem no sintoma da criança ou adolescente. E viver de mentiras, do não dito claramente. Uma frase de Platão ajuda a elucidar essa noção: “Podemos facilmente perdoar uma criança que tem medo do escuro; a real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz.”